

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL

EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**O DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS
FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DE
PROGRAMAS HABITACIONAIS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO
DE MACAPÁ-AP**

PATRÍCIA LIMA FERRAZ

Brasília-DF, 2024

PATRÍCIA LIMA FERRAZ

**O DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS
FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO
DE PROGRAMAS HABITACIONAIS PÚBLICOS NO
MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Pedro Luiz Costa Cavalcante

Brasília-DF 2024

PATRÍCIA LIMA FERRAZ

**O DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS
FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO
DE PROGRAMAS HABITACIONAIS PÚBLICOS NO
MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 22 / 02 / 2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pedro Luiz Costa Cavalcante - Orientador

Prof. Dra. Pedro Palotti

Prof. Dr. Ronaldo Nogueira

Cutter Ferraz, Patrícia Lima
O diagnóstico do perfil socioeconômico das famílias contempladas com a
implementação de programas habitacionais públicos no município de Macapá-AP /
Patrícia Lima Ferraz. – Brasília: IDP, 2024.

136 p.
Inclui bibliografia.

Dissertação – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa –
IDP, Curso de Administração Pública, Brasília, 2024.
Orientador: Prof. Dr. Pedro Luiz Costa Cavalcante.

1. Política de habitação. 2. Minha Casa, Minha Vida. 3. Macapá-AP. I. Título.
CDD: 351

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

AGRADECIMENTOS

Poderia passar páginas e páginas da minha vida agradecendo a Deus pela jornada da vida. Concluir este Mestrado, ter enveredado no ramo da Administração Pública, buscar conhecimento e trocas de experiências é uma missão dada por Ele para transbordar na vida de outras pessoas, pois todos estes momentos vividos são para uma evolução e capacitação mental e espiritual.

Ao meu amado e estimado filho Matheus, presente de Deus para a minha vida, a você meu amor, todo carinho e gratidão, por me compreender e me incentivar a ser melhor a cada dia.

A minha família, meus pais, Sheda e Waldemar, aos meus irmãos Julia Helena, Caroline e Rodrigo, meu sobrinho Lucas, vocês me ensinam como uma família deve incentivar, unir e impulsionar, através de palavras e exemplos.

A todas as pessoas que passaram pela minha vida, as que se foram e as que permaneceram. Sou grata a cada uma por ter me ensinado, hoje entendo quem sou e o que preciso fazer para ser um ser humano melhor e cumprir meu propósito.

Com amor,

Patrícia Ferraz

RESUMO

Este estudo objetiva realizar o perfil socioeconômico e o diagnóstico das necessidades das famílias que habitam os quatro empreendimentos Residenciais de Macapá, capital do estado do Amapá, região Norte do Brasil, sob a gestão da Prefeitura Municipal, sendo eles: Residencial Mucajá, inaugurado em 2011, Residencial Mestre Oscar Santos, inaugurado em 2013, o conjunto habitacional São José, inaugurado em 2016 e o conjunto habitacional Jardim Açucena, cuja inauguração foi em 2018. A implementação do modelo de empreendimento público para fins residenciais à população de baixa renda, efetivadas na cidade de Macapá a partir de 2011, proporcionou a diminuição do Déficit Habitacional da cidade, mas houve a melhora na qualidade de moradia e de vida da população atendida? Eis que ao longo deste estudo poderemos entender o perfil socioeconômico e as reais necessidades desta população contemplada com o maior programa habitacional do Brasil, o “Minha Casa, Minha Vida”, o qual Governo Federal e Municipal desenvolveram parceria na tentativa de diminuir o Déficit Habitacional e garantir os direitos previstos na Constituição Brasileira de 1988. A metodologia adotada é baseada no Experimento Ideal, partindo de uma premissa que as aparências não coincidem imediatamente com o que seja real. Dessa feita, busca-se uma maior aproximação com a realidade estudada usando atribuição aleatória na pesquisa como forma de torná-la mais confiável. Essa pesquisa possui o caráter socioeconômico, e busca compreender a realidade e os variados aspectos da vida do ser humano em sociedade, principalmente em projetos de habitação e remoção de habitat. É classificada como descritiva e de levantamento, pois descrevemos características de uma população determinada, assim como estabelecemos relações entre as variáveis envolvidas, coletamos dados padronizadas e utilizamos fontes documentais e de informantes, através de escuta e anotações. A pesquisa bibliográfica e a coleta de dados por meio de entrevistas, e por fim sua análise, é o que nos possibilitou entender e compreender o ambiente dessas moradias e destes seres humanos. Com isso entendemos que não basta apenas remover pessoas do seu habitat inicial, é necessário compreender suas origens, costumes e cultura, é necessário construir um ambiente não apenas com a habitação, mas com toda uma estrutura mínima de deslocamento, saneamento básico, acesso aos serviços de saúde,



educação, lazer e segurança e assim proporcionar um ambiente de convívio agradável e duradouro.

Palavras chave: Política de habitação; Minha Casa, Minha Vida; Macapá-AP;



ABSTRACT

This study aims to carry out the socioeconomic profile and diagnosis of the needs of families living in the four residential developments in Macapá, capital of the state of Amapá, Northern region of Brazil, under the management of the City Hall, namely: Residencial Mucajá, opened in 2011, Residencial Mestre Oscar Santos, opened in 2013, the São José housing complex, opened in 2016 and the Jardim Açucena housing complex, which opened in 2018. The implementation of the public development model for residential purposes for the low-income population, carried out in city of Macapá from 2011 onwards, led to a reduction in the city's Housing Deficit, but was there an improvement in the quality of housing and life of the population served? Therefore, throughout this study we will be able to understand the socioeconomic profile and the real needs of this population covered by the largest housing program in Brazil, “Minha Casa, Minha Vida”, in which the Federal and Municipal Governments developed a partnership to reduce the Housing Deficit. and guarantee the rights provided for in the Brazilian Constitution of 1988. The methodology adopted is based on the Ideal Experiment, based on the premise that appearances do not immediately coincide with what is real. This time, we seek to get closer to the reality studied using random assignment in the research to make it more reliable. This research has a socioeconomic nature and seeks to understand the reality and the varied aspects of human life in society, mainly in housing projects and habitat removal. It is classified as descriptive and survey, as we describe characteristics of a given population, as well as establish relationships between the variables involved, collect standardized data and use documentary and informant sources, through listening and notes. Bibliographical research and data collection through interviews, and finally its analysis, is what allowed us to understand and understand the environment of these homes and these human beings. With this we understand that it is not enough to just remove people from their initial habitat, it is necessary to understand their origins, customs, and culture, it is necessary to build an environment not only with housing, but with an entire minimum structure for displacement, basic sanitation, access to services health, education, leisure and safety and thus provide a pleasant and lasting living environment.



Keywords: Housing policy; My home, my life; Macapá-AP.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FJP	Fundação João Pinheiro
PNAD	Nacional por Amostra de Domicílios
ITT	Intention to Treat (Intenção de Tratar)
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
CADÚNICO	Cadastro Único
CEF	Caixa Econômica Federal
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PPC	Paridade de Poder de Compra
IBGE	Instituto Brasileiro
UH	Unidade Habitacional
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
UPAS	Unidades de Pronto Atendimento
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
PBEs	Políticas Baseadas em Evidências
PPBEs	Políticas Públicas Baseadas em Evidências
MCIDADES	Ministério das Cidades
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SAE	Sistema de Avaliação Educacional
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento do Governo Federal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social de Macapá – Amapá
NIS	Número de Identificação Social do Governo Federal do Brasil
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CDM	Coordenadoria de Direito a Moradia da Prefeitura de Macapá
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social do Governo Federal
BPC	Benefício de Prestação Continuada do Governo Federal



FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FAR	Fundo de Arrendamento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1

Resultado da quantidade de moradores nas residências do residencial Mucajá

63

Gráfico 2

Resultado da quantidade de crianças nas residências do residencial Mucajá

64

Gráfico 3

Resultado da quantidade de adolescentes nas residências do residencial Mucajá

65

Gráfico 4

Resultado da quantidade de idosos nas residências do residencial Mucajá

65

Gráfico 5

Resultado da existência de pessoas com necessidades especiais nas residências do residencial Mucajá

66

Gráfico 6

Resultado da quantidade de pessoas com acesso a benefício social nas residências do residencial Mucajá

67

Gráfico 7

Resultado da quantidade de pessoas que participam de projetos sociais no residencial Mucajá

69

Gráfico 8

Resultado da situação dos moradores do residencial Mucajá em relação ao mercado de trabalho

70

Gráfico 9

Resultado da renda familiar dos moradores do residencial Mucajá

71

Gráfico 10

Resultado do exercício de atividade econômica no residencial Mucajá

71

Gráfico 11

Resultado da intenção de abertura ou ampliação do próprio negócio

72

Gráfico 12

Resultado da necessidade de projetos sociais e ou serviços no residencial Mucajá

74

Gráfico 13

Referente ao quantitativo de moradores nas residências do residencial Açucena

76

Gráfico 14

Referente a existência de residências com crianças no residencial Jardim Açucena

77

Gráfico 15

Resultado do quantitativo de moradias com adolescentes no Habitacional Jardim Açucena

78

Gráfico 16

Resultado do quantitativo de residências que possuem idosos no residencial Jardim Açucena

79

Gráfico 17

Resultado do quantitativo de residências com pessoas com necessidades especiais no residencial Jardim Açucena

80

Gráfico 18

Resultado do quantitativo de pessoas que possuem síndicos ou líderes em seus blocos

81

Gráfico 19

Resultado do quantitativo de residências que possuem pessoas que estão com o CADÚNICO atualizado

82

Gráfico 20

Resultado do quantitativo de pessoas que recebem ou receberam benefício social do poder público no residencial Jardim Açucena

83

Gráfico 21

Resultado do tipo de benefício social que o morador do residencial Jardim Açucena recebe ou já recebeu do poder público

84

Gráfico 22

Resultado do tipo de espaço ou serviços públicos que os moradores têm acesso perto do habitacional Jardim Açucena

85

Gráfico 23

Resultado da intenção de abertura ou ampliação do próprio negócio

91

Gráfico 24

Resultado da comparação do quantitativo de imóveis nos habitacionais e sua situação regular ou irregular

115

Gráfico 25

Resultado do total de apartamentos em situação irregular Residencial São José

116

Gráfico 26

Resultado do total de apartamentos de forma irregular Residencial Mucajá **117**

Gráfico 27

Resultado do total de apartamentos de forma Irregular Residencial Jardim Açucena **118**

Gráfico 28

Resultado do total de apartamentos de forma Irregular Residencial Mestre Oscar **119**

Gráfico 29

Resultado da comparação da subdivisão das irregularidades das moradias entre os habitacionais **121**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1

A pesquisa do tipo documental

.....57

Quadro 2

Qualidade das fontes documentais

.....58

Quadro 3

As etapas da pesquisa documental

.....58

Quadro 4

O levantamento

.....59

Quadro 5

As etapas da pesquisa baseada em Levantamento

.....60

Quadro 6

Resultado da divisão do tipo de benefício social recebido pelos moradores do Residencial Mucajá

.....68

Quadro 7

Resultado do tipo de espaço ou serviços públicos que os moradores têm acesso perto do habitacional Mucajá

.....68

Quadro 8

Resultado do quantitativo de moradores nas residências do residencial Jardim Açucena

.....75

Quadro 9

Resultado do quantitativo de residências com crianças no habitacional Jardim Açucena

.....76

Quadro 10

Resultado do quantitativo de moradias com adolescentes no Habitacional Jardim Açucena

.....77

Quadro 11

Resultado do quantitativo de residências que possuem idosos no residencial Jardim Açucena

.....78

Quadro 12

Resultado do quantitativo de residências com pessoas portadoras de necessidades especiais no residencial Jardim Açucena

.....79

Quadro 13

Resultado do quantitativo de residências que possuem síndicos ou líderes em seus blocos

.....80

Quadro 14

Resultado do quantitativo de residências que possuem pessoas que estão com o CADÚNICO atualizado

.....81

Quadro 15

Resultado do quantitativo de pessoas que recebem ou receberam benefício social do poder público no residencial Jardim Açucena

.....82

Quadro 16

Resultado do tipo de benefício social que o morador do residencial Jardim Açucena recebe ou já recebeu do poder público

.....83

Quadro 17

Resultado do tipo de espaços ou serviços públicos que os moradores possuem acesso perto do habitacional Jardim Açucena

.....85

Quadro 18

Resultado da participação dos moradores em projetos sociais no residencial Jardim Açucena

.....86

Quadro 19

Resultado do interesse dos moradores em participação de projetos sociais no residencial Jardim Açucena

.....86

Quadro 20

Resultado do tipo de atividade que os moradores do residencial Jardim Açucena gostariam que fosse implantada pelo poder público

.....87

Quadro 21

Resultado do interesse dos moradores do residencial Jardim Açucena em participar de cursos profissionalizantes

.....87

Quadro 22

Resultado do tipo de curso profissionalizante que os moradores gostariam que fosse ofertado no residencial Jardim Açucena

.....88

Quadro 23

Resultado da situação dos moradores do residencial Jardim Açucena em relação ao mercado de trabalho

.....89

Quadro 24

Resultado da renda familiar dos moradores do residencial Jardim Açucena

.....90

Quadro 25

Resultado do exercício de atividade econômica no residencial Jardim Açucena

.....90

Quadro 26

Resultado da intenção de abertura ou ampliação do próprio negócio

.....91

Quadro 27

Resultado do quantitativo de moradores nas residências do residencial Mestre Oscar

.....92

Quadro 28

Resultado do quantitativo de crianças nas residências do residencial Mestre Oscar

.....92

Quadro 29

Resultado do quantitativo de adolescentes nas residências do residencial Mestre Oscar

.....93

Quadro 30

Resultado do quantitativo de idosos nas residências do residencial Mestre Oscar

.....93

Quadro 31

Resultado do quantitativo de pessoas portadoras de necessidades especiais nas residências do residencial Mestre Oscar

.....94

Quadro 32

Resultado do quantitativo de pessoas que recebem ou receberam benefício social do poder público no residencial Mestre Oscar

.....94

Quadro 33

Resultado do tipo de benefício social que o morador do residencial Mestre Oscar recebe ou já recebeu do poder público

.....95

Quadro 34

Resultado do tipo de espaço ou serviços públicos que os moradores têm acesso perto do habitacional Mestre Oscar

.....96

Quadro 35

Resultado da participação dos moradores em projetos sociais no residencial Mestre Oscar

.....97

Quadro 36

Resultado do tipo de atividade que os moradores do residencial Mestre Oscar gostariam que fosse implantada pelo poder público

.....97

Quadro 37

Resultado da situação dos moradores do residencial Mestre Oscar em relação ao mercado de trabalho

.....99

Quadro 38

Resultado da renda familiar dos moradores do residencial Mestre Oscar
.....99

Quadro 39

Resultado moradores do residencial Mestre Oscar
.....100

Quadro 40

Resultado da renda familiar dos moradores do residencial Mestre Oscar
.....100

Quadro 41

Resultado do quantitativo de moradores nas residências do Residencial São José
.....101

Quadro 42

Resultado da existência e do quantitativo de crianças nas residências do Residencial São José
.....102

Quadro 43

Resultado da existência e do quantitativo de adolescentes nas residências do Residencial São José
.....102

Quadro 44

Resultado da existência e o quantitativo de idosos nas residências do Residencial São José
.....103

Quadro 45

Resultado da existência e o quantitativo de pessoas portadoras de necessidades especiais nas residências do Residencial São José
.....103

Quadro 46

Resultado da quantidade de famílias que estão com seu CADÚNICO atualizado residências do Residencial São José
.....104

Quadro 47

Resultado da existência de síndico ou líderes nas quadras ou blocos do residencial São José
.....105

Quadro 48

Resultado da quantidade de pessoas com acesso a benefício social nas residências do residencial São José

.....105

Quadro 49

Resultado da divisão do tipo de benefício recebido pelos moradores do residencial São José

.....106

Quadro 50

Resultado dos espaços públicos que os moradores possuem acesso próximo ao habitacional

.....106

Quadro 51

Resultado das famílias participantes de projetos sociais no residencial

.....107

Quadro 52

Resultado do interesse dos moradores em participar de projetos sociais no residencial

.....107

Quadro 53

Resultado dos principais projetos sociais que a população gostaria que fosse implantado no residencial

.....108

Quadro 54

Resultado do interesse dos moradores do residencial em participar de cursos profissionalizantes

.....109

Quadro 55

Resultado dos cursos profissionalizantes que os moradores do residencial gostariam que fosse implementado

.....109

Quadro 56

Resultado da situação no mercado de trabalho dos chefes de família

.....110

Quadro 57

Resultado da renda mensal familiar

.....111

Quadro 58

Resultado do exercício de atividade econômica no residencial

.....111

Quadro 59

Resultado da abertura e ampliação de negócio no residencial

.....112

Quadro 60

Resultado da comparação do quantitativo de imóveis nos habitacionais e sua situação regular ou irregular

.....114

Quadro 61

Resultado do total de apartamentos em situação irregular no residencial São José

.....116

Quadro 62

Resultado do total de apartamentos em situação irregular no residencial Mucajá

.....117

Quadro 63

Resultado do total de apartamentos em situação irregular no residencial Jardim Açucena

.....118

Quadro 64

Resultado do total de apartamentos em situação irregular no residencial Mestre Oscar

.....119

Quadro 65

Resultado da comparação da subdivisão das irregularidades das moradias entre os habitacionais

.....120

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO25

2. REFERENCIAL TEÓRICO37

2.1 Direito E Política De Habitação37

2.2 Avaliação De Políticas Públicas42

3. A METODOLOGIA52

3.1 A Modelagem Da Pesquisa52

3.2 O Experimento Ideal e o PMCMV53

3.3 Tipo De Pesquisa56

4. DIAGNÓSTICO DA PESQUISA NO ÂMBITO DO PERFIL FAMILIAR, SOCIAL E ECONÔMICO DOS MORADORES DOS RESIDENCIAIS MUCAJÁ, JARDIM AÇUCENA, MESTRE OSCAR E SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AMAPÁ62

4.1 Residencial Mucajá62

4.1.1 Perfil Familiar Dos Moradores Do Residencial Mucajá62

4.1.2 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial Mucajá67

4.1.3 Perfil Econômico Dos Moradores Do Residencial Mucajá69

4.1.4 Adequação Do Entorno Do Residencial Mucajá72

4.2 Residencial Jardim Açucena74

4.2.1 Perfil Familiar Dos Moradores Do Residencial Jardim Açucena75

4.2.2 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial Jardim Açucena81

4.2.3 Perfil Econômico Dos Moradores Do Residencial Jardim Açucena88

4.3 Residencial Mestre Oscar91

4.3.1 Perfil Familiar Dos Moradores Do Residencial Mestre Oscar92

4.3.2 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial Mestre Oscar94

4.3.3 Perfil Econômico Dos Moradores Do Residencial Mestre Oscar98

4.4 Residencial São José100

SUMÁRIO

4.4.1 Perfil Familiar Dos Moradores Do Residencial São José	101
4.4.2 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial São José.....	103
4.4.3 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial São José.....	110

5. QUANTITATIVO DE APARTAMENTOS EM SITUAÇÃO REGULAR OU IRREGULAR NOS RESIDENCIAIS:..... 114

5.1 Residencial São José	115
5.2 No Residencial Muçajá.....	116
5.3 Residencial Jardim Açucena.....	117
5.4 Residencial Mestre Oscar	118
5.5 Comparação Da Subdivisão Das Irregularidades Das Moradias Entre Os Habitacionais.....	119

6. CONCLUSÃO 123

REFERÊNCIAS 129

APÊNDICES 133

Apêndice A: Roteiro De Entrevista Mutuários	133
---	------------



1

INTRODUÇÃO

O enfrentamento do déficit habitacional no Brasil requer por parte da gestão pública aprimoramentos, de um lado das ferramentas de mensuração do crescimento populacional de baixa renda e, de outro, da consequência das ações mais eficientes do poder público visando resultados mais robustos que possam alterar os indicadores socioeconômicos do país. Os Programas habitacionais são os modelos que vem sendo adotado pelo Governo Federal em parceria com os governos estaduais e municipais, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional e proporcionar a população de baixa renda os direitos garantidos pela Constituição brasileira de 1988.

Em 2009 o Governo Federal, através do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, criou O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em união com municípios e estados, com a finalidade de auxiliar pessoas de baixa renda a possuírem sua residência. Entretanto, os beneficiários devem atender a algumas condições e se enquadrar em alguma faixa da renda mensal prevista pelo PMCMV, todas essas regras encontra se no site do governo federal para consulta pública. São elas para famílias residentes em área urbana:

- a) Faixa 1: renda mensal de até R\$ 2.640,00**
- b) Faixa 2: renda mensal acima de R\$ 2.640,01 a R\$ 4 mil reais.**
- c) Faixa 3: renda mensal acima de R\$ 4.000,01 a R\$ 8 mil reais.**

Ainda de acordo com as regras pode se destacar que, “para efeito de enquadramento, os limites de renda não considerarão em seu cômputo os valores percebidos a título de auxílio-doença, de auxílio-acidente, de seguro-desemprego, de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família, garantindo a sinergia entre as diversas políticas do governo federal e aquelas com foco nos mais pobres, buscada pelo MCMV.

Com a mesma perspectiva, nas linhas de atendimento com unidades habitacionais subsidiadas, com recursos da União para a Faixa 1, os beneficiários que recebam BPC ou sejam participantes do Bolsa Família serão isentos de prestações. Para essas famílias, o imóvel será 100% gratuito. As novas regras constam da Portaria nº 1.248, de 26 de

setembro de 2023, que define a participação financeira de beneficiários, subvenção e quitação das operações contratadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e do Fundo de Desenvolvimento Social, e das operações contratadas do Programa Nacional de Habitação Rural”. Conforme redigido no site do governo federal.

Ressalta-se que, compete ao Ente Público municipal, realizar o cadastro habitacional, a depender da linha de atendimento e a indicação de famílias candidatas ao benefício. Dessa forma, deverá o Município, Estado e Distrito Federal estabelecer os critérios de seleção dos beneficiários, observando os já estabelecidos pelo Ministério das Cidades por meio de seus normativos.

O Minha Casa Minha Vida foi custeado por várias fontes e, quando o dinheiro na operação envolver o Orçamento da União, recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, do Fundo de Desenvolvimento Social ou do Fundo de Arrendamento Social, haverá prioridades, conforme descrito no site do governo federal:

- a) que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar;**
- b) pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme o disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), inclusive aquelas com transtorno do espectro autista, conforme a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, devendo os imóveis destinados a essas pessoas ser adaptados à deficiência apresentada;**
- c) pessoas idosas, conforme o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), devendo os imóveis destinados a essas pessoas ser adaptados às suas condições físicas;**
- d) crianças ou adolescentes, conforme o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);**
- e) pessoas com câncer ou doença rara crônica e degenerativa;**
- f) em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social);**
- g) que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais em localidade em que tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública;**
- h) que tenham mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, conforme o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);**

- i) residentes em área de risco;**
- j) integrantes de povos tradicionais e quilombolas.**

Os Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades podem incluir outros critérios e prioridades considerados adequados à cobertura de situações de vulnerabilidade social e econômica afim de que as pessoas sejam contempladas com o PMCMV.

Como este programa habitacional e essas construções são relativamente novas, começam a gerar dados mais recentes, passíveis de uma crítica analítica dos impactos ocasionados, tanto positivo, quanto negativo, das perspectivas atendidas, do perfil socioeconômico dos residentes e da necessidade de novas políticas públicas de resultado. Baseado nesta sistemática, a pesquisa e o referente trabalho tem como objetivo avaliar o perfil socioeconômico das famílias contempladas com a implementação de programas habitacionais públicos do Governo Federal em parceria com o Governo Municipal de Macapá a partir de 2011. Além de sistematizar dados de déficit habitacional, em Macapá, em uma série histórica e seus respectivos contextos socioeconômicos, analisar dados oficiais de déficit de moradia e moradias inadequadas no intervalo de abrangência do referido problema de pesquisa, avaliar possíveis efeitos colaterais sociais decorrentes do modelo de enfrentamento do déficit habitacional em Macapá, e também a satisfação da população com o tipo de modelo implantado e as necessidades de melhorias de acordo com a visão dos moradores.

Quando analisamos a Administração Pública percebemos que ela exige cada vez mais esforços de gestão técnica, de recursos financeiros e humanos, o que visa uma administração moderna e de resultados, acrescentando características de transparência e controle social. Dessa feita, ao procurar analisar o perfil socioeconômico e as necessidades oriundas da implementação de programas residências à população vulnerável e de baixa renda no Município de Macapá, a partir de 2011, oportuniza-se um debate sobre o modelo, sua eficiência, seus efeitos colaterais, contribuindo ao mesmo tempo com o conhecimento acadêmico e do planejamento e avaliação de políticas públicas voltadas à garantia de moradia adequada como direito fundamental do ser humano.

O Déficit Habitacional é um indicador utilizado na gestão e planejamento de políticas públicas voltadas as necessidades de

moradias. Orienta, dessa feita, os gestores públicos vinculados à política habitacional na configuração de programas capazes de atender as demandas existentes. No caso específico da União, o uso deste indicador ocorre pela atuação da Fundação João Pinheiro, bem como pelo Ministério das Cidades. A partir da década de 1990, a FJP desenvolveu uma metodologia baseada nos dados obtidos a partir da PNAD, Pesquisa por Amostra de Domicílios, como forma de calcular o déficit habitacional, levando em conta a inadequação domiciliar. Duas características são tomadas nessa metodologia, sendo elas, o incremento de estoque e a reposição de estoque; e a inadequação dos domicílios. O déficit trata da necessidade de construção de novas moradias ou residências, quando falamos em incremento de estoque, estamos medindo os domicílios improvisados, decorrentes de coabitação forçada, de situações em que a família reside em imóvel locado com ônus excessivo que comprometa acima de 30% do total da renda familiar, e do excessivo adensamento em imóveis locados (Furtado; Lima Neto; Krause, 2013) e a reposição de estoque trata de domicílios rústicos e com depreciação superior a 50 anos. Já os domicílios com inadequação são aqueles que apresentam alguma inconformidade.

Dessa feita, busca-se uma maior aproximação com a realidade estudada usando atribuição aleatória na pesquisa como forma de torná-la mais confiável, pois busca investigar as causalidades de alguns fenômenos sociais relacionados às políticas públicas de moradia. De acordo com Gil (2008, p. 42), esse tipo de pesquisa procura identificar centralmente quais são os fatores determinantes ou que tem contribuição para ocorrência dessas realidades. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos e operacionais, a coleta de dados será principalmente do tipo documental. Isso quer dizer, que a pesquisa recorre a dados que ainda não receberam qualquer tratamento analítico ou que porventura foram elaborados para atender às expectativas da referida pesquisa (Gil, 2008, p. 45).

A análise estatística sobre os dados primários oficiais como relatórios, planilhas, e dados foram obtidas nas instituições que lidam com essas políticas públicas tanto no município de Macapá, quanto estado do Amapá e na esfera federal. Esses dados são colecionados para análise a partir das avaliações críticas e que se mostram com credibilidade. Por fim, os documentos produzidos por diversos agentes políticos de Estado, de Instituições de Mercado, e outros organismos reguladores, de intervenção social, e operacionais serviram de apoio na

avaliação do papel das intervenções políticas no município de Macapá sobre o fenômeno em estudo. Pela característica dos estudos, os delineamentos dos procedimentos recorrem a métodos quantitativos e qualitativos para fins analíticos. Quanto à Modelagem, a Estratégia Empírica e o Banco de Dados, foram adotados os procedimentos descritos por Pacheco (2019) em sua dissertação Moradia, Localização e o Programa Habitacional "Minha Casa Minha Vida" no Município do Rio de Janeiro.

No que se refere à Estratégia empírica, será seguida a Intenção de Tratar, que no inglês é chamada de Intention to Treat (ITT). Segundo Pacheco (2019), o tratamento se realiza:

Uma vez que se compara um grupo para o qual havia intenção de tratar (sorteados) com grupos para os quais não havia intenção de tratar (não sorteados). Seguindo Angrist e Pischke (2008), imagine uma política pública qualquer em que os indivíduos ou participam ou não participam dessa política, $C_i = 0, 1$. Seja Y_i um resultado de interesse, no caso a probabilidade de estar empregado no mercado de trabalho formal. A questão que se busca responder é se Y_i é afetado pela política. O ideal seria saber o que teria acontecido com alguém que recebeu a política se essa pessoa não tivesse recebido a política e comparar esses dois resultados. (Pacheco, 2019, p. 49).

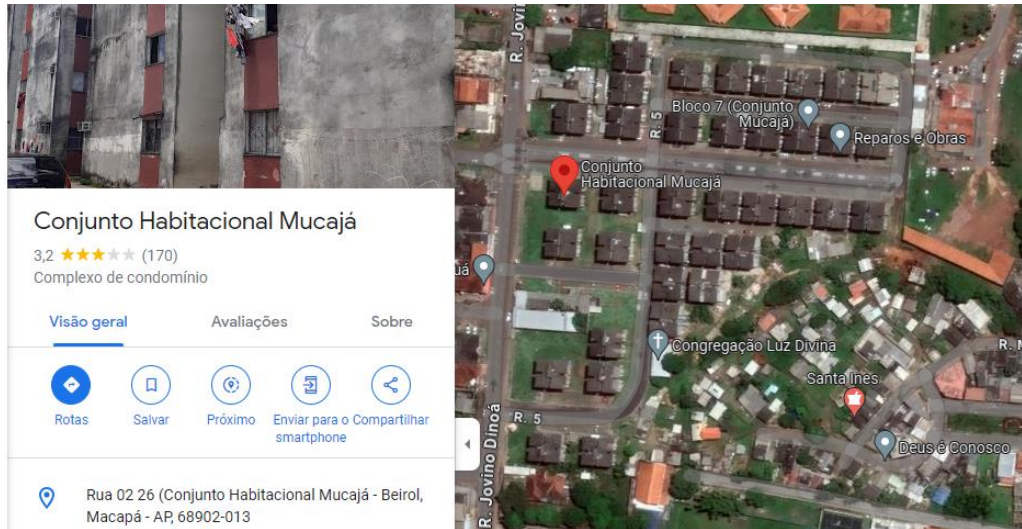
As fontes de consulta de dados primários e oficiais foram encontradas nas Instituições citadas, em suas bases digitalizadas e arquivos físicos. Algumas delas são: Listas de inscritos(as) e sorteados(as) para contemplação de residência da Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), Lista de beneficiários(as) dos habitacionais, obtida junto à Caixa Econômica Federal (CEF), o CADUNICO obtido junto ao Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal e por fim, os próprios moradores das residências dos quatro conjuntos habitacionais e ou Residenciais de Macapá, que são fonte do nosso estudo socioeconômico, sendo assim, analisamos os perfis dos moradores dos seguintes residenciais:

- 1) O residencial Jardim Açucena, inaugurado no dia 2 de fevereiro de 2018, constituinte do programa do governo federal "Minha Casa, Minha Vida", que oferece o financiamento da casa própria em condições mais acessíveis às famílias de baixa renda. São 1.500 apartamentos, com 42 m², dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de uso comum. Ao todo, são 75 blocos. O habitacional está localizado no bairro**

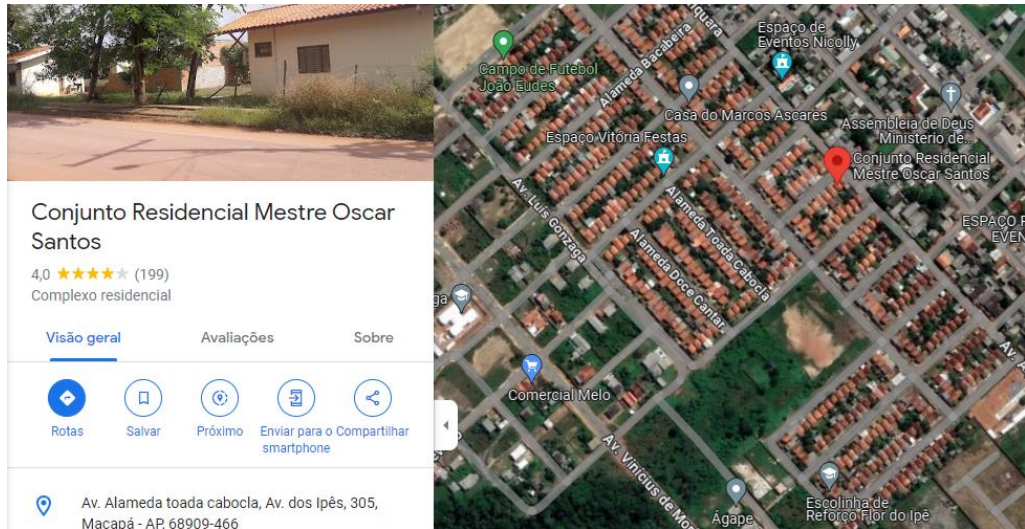
Cuba de Asfalto, zona sul da cidade. O local conta com área de lazer, centros comunitários, e área reservada para a construção de duas escolas. As obras do conjunto contaram com orçamento de R\$ 91 milhões da União. A pesquisa de campo foi realizada com um percentual de 74,4% das famílias residentes no residencial.



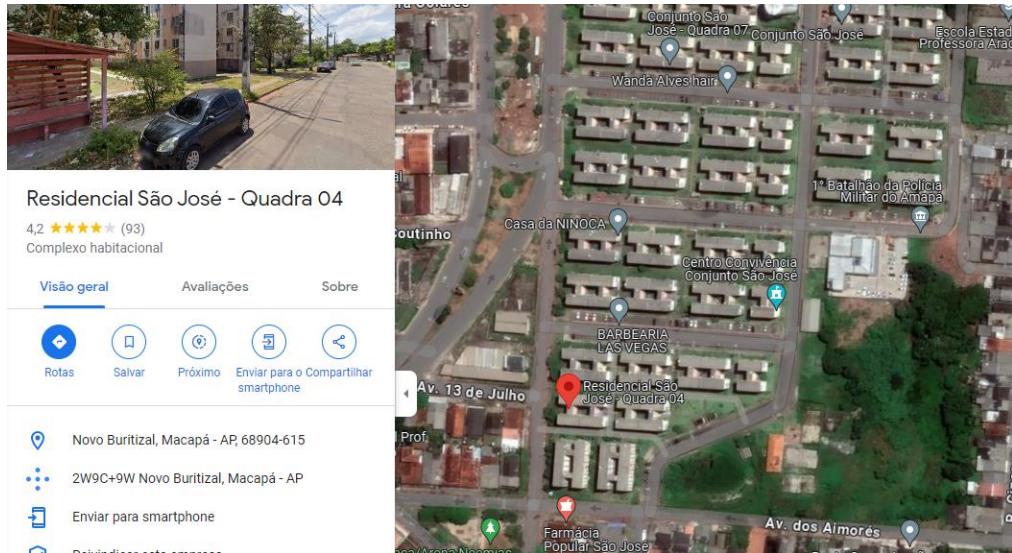
- 2) O Conjunto Mucajá foi inaugurado em 2011 pelo Governo Federal, englobado pelo PAC – Intervenção em Favelas, em parceria com a Prefeitura de Macapá e tendo a Caixa Econômica Federal – CEF como financiadora da obra. É de se dizer que, ao contrário do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, este programa não previa subvenção econômica por parte dos beneficiários. Foram beneficiadas no Conjunto Mucajá 592 famílias, divididas em 37 blocos com 16 apartamentos cada. Estas famílias vieram em sua maioria da área de risco denominada “baixo Mucajá”, que ficava abaixo de uma encosta da área onde foi construído o empreendimento. Outras 33 famílias vieram da área próxima a alta tensão localizada na Rua Rio Grande do Sul, na Zona Norte de Macapá. A amostragem de dados com pesquisa de campo foi realizada com um percentual de 90,5 % das famílias residentes na área.



3) O Conjunto Habitacional Mestre Oscar está localizado na Avenida Aquariquara, Bairro Ipê km 3, as margens da Rodovia do Curiaú, na Zona norte da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. Foi uma iniciativa do Governo Federal em parceria com a PMM para atender as demandas de moradias da cidade, inaugurado em 2013. O PMCMV é incluso no plano de desenvolvimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, ampliar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos ao crescimento, promovendo o crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria da condição de vida da população (Brasil, 2007). Foram beneficiadas no conjunto Habitacional Mestre Oscar 528 famílias. Registra-se que estas famílias, 100 famílias contempladas com moradia são vítimas do incêndio do dia 23 de outubro de 2013, no bairro Perpétuo Socorro, Zona Leste de Macapá. A tragédia destruiu 250 casas, deixando 700 pessoas desabrigadas e 1.245 desalojadas. O restante dos beneficiados pelo PMCMV neste residencial foram via sorteio na PMM. Cerca de 75% dos moradores responderam ao questionário.



4) O Residencial São José é um empreendimento construído pelo PMCMV, inaugurado no dia 10 de junho de 2016. Está localizado no município de Macapá – Amapá, próximo à Feira do Agricultor no bairro Novo Buritizal. Edificado em uma área total com 77.567.37 m², sendo 61.776 m² de área privativa com 06 quadras distribuídas em 72 blocos. Seus apartamentos possuem 42 m² de área construída e distribuídas em 2 (dois) quartos, sala, cozinha e banheiro. Cada edifício é composto por cinco pavimentos com quatro apartamentos em cada andar totalizando 1.440 unidades habitacionais. O complexo do Residencial inclui equipamentos comunitários que permitem o acesso da população residente à saúde, educação e lazer. Além de área de tratamento de água e esgoto, institucional, área verde, com obras de asfaltamento e calçamento. Conta ainda com quadras poliesportivas, playground, centro comunitário, praça e estacionamento com 485 vagas. O nome do Residencial teve origem no padroeiro da cidade, o santo católico, São José. A coleta de dados foi feita com pesquisa de campo realizado com um percentual de 84,31% das famílias residentes.



No Amapá, de acordo com o levantamento feito por uma parceria entre Fundação João Pinheiro (FJP), Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), até 2015 o déficit habitacional era de 29.248 moradias. Isso levando em conta que já havia sido entregue a população os Residenciais Mestre Oscar e Mucajá. Este elevado número é devido, como na maioria das cidades brasileiras, a um crescimento desordenado da população, sendo que muitas famílias optaram por morar em aglomerados urbanos e em áreas de ressaca. Essas áreas são locais úmidos e de preservação ambiental permanente e correspondem a sistemas físicos fluviais colmatados pelos sedimentos aluviais do rio Amazonas, influenciados fortemente pela pluviosidade, drenados por água doce e interligadas a um curso principal d'água e caracterizados pela vegetação herbácea (Takiyama et al., 2012). Possui valores e funções no âmbito social, ecológico e climático, tais como: “controle de enchentes, alimentação dos reservatórios de água subterrânea, controlador do clima, manutenção da biodiversidade, recreação e turismo, valor cultural, e geração de produtos (alimentos)” (Takiyama et al., 2012).

Além de serem reservatórios de água de enchente, como corredor de ventilação natural e regulamentação do microclima urbano e protegem contra erosão as margens dos rios. Entretanto muitas famílias no Amapá invadem essas áreas sem estrutura nenhuma de saneamento básico, coleta de lixo, energia elétrica e constroem suas residências de tábuas de madeira e conseqüentemente seus acessos são por vias de madeira conhecidas como passarelas. Muitas das vezes essas regiões se tornam imexíveis,

pois a poder do homem contra a natureza vai tornando essas regiões verdadeiros bairros sedimentados ao ecossistema, o degradando, mas por outras vezes são estruturas que ainda podem ser removidas, ou seja, essas moradias precisam urgentemente serem substituídas por moradias com condições dignas.

De acordo com a espacialização dos dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2010) feita por Neri (2004), a população que reside nas áreas de ressaca em Macapá era de aproximadamente 53.461 habitantes, o que equivale a 19,75% da população do município da época. Ainda que não tenhamos dados atuais seguros disponíveis, estes apresentados servem para se ter noção da dimensão dessas ocupações em Macapá.

Entretanto quando consultamos via Google a quantidade de moradores em área de ressacas no município de Macapá identificamos a seguinte resposta: é de 63.771, o equivalente a 16% de seus habitantes. Ou seja, do ano de 2004 para os dias atuais houve um aumento no número de moradores de áreas de ressaca, que necessitam de moradias dignas, mas em termos percentuais houve uma redução, saindo de 19,75% para 16%. A população cresceu e com este crescimento mais famílias necessitam de políticas públicas voltadas para habitação.

Quando analisamos as famílias que residem nos habitacionais administrados pela Prefeitura de Macapá, encontramos apartamentos cedidos, alugados, vendidos, abandonados e invadidos e diversas famílias insatisfeitas com a política habitacional. Muitas destas famílias cujos apartamentos estão de forma irregular voltam para áreas alagadas, ou áreas de ressaca, onde encontram ao entorno mais estrutura social, econômica, de saúde e educação. Por mais que haja uma política habitacional instalada ela não está sendo suficiente para reduzir os números de pessoas e famílias que necessitam de auxílio do poder público. Deve haver mais investimento dos programas do governo federal, estadual e municipal em interesse de amenizar o déficit habitacional no município de Macapá, criando uma política pública eficiente e de resultados.

Por fim, esta dissertação será organizada em quatro capítulos além da introdução e conclusão. O primeiro apresenta o referencial teórico do contexto Habitacional brasileiro especificamente na cidade de Macapá, estado do Amapá. O segundo aborda a metodologia de pesquisa baseada no experimento ideal. O terceiro trata do diagnóstico

da pesquisa voltado aos moradores dos residenciais Mucajá, Jardim Açucena, Mestre Oscar e São José, com uma abordagem por questionário contendo perguntas que se limitaram sobre o quantitativo de moradores em cada residência e seu perfil, sendo constituído por crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais. Sobre o perfil econômico procurou entender qual a situação no mercado de trabalho do responsável familiar, sua renda mensal, se utilizam do espaço do residencial para geração de renda, pretensão em abertura ou expansão do próprio negócio e necessidade de cursos profissionalizantes. Por outro lado, no quesito perfil social visou compreender o acesso, via CADÚNICO, a distribuição de renda através do recebimento ou não de benefícios municipal, estadual ou federal, comparando todos os tipos e identificando qual ente público necessita fortalecer sua política. Já na esfera dos projetos sociais existentes, pesquisou a participação dos moradores, suas expectativas, sugestões e o acesso a espaços públicos próximo do habitacional, além da existência de líderes para tomada de decisões. O quarto parágrafo faz uma síntese da situação dos imóveis das quatro residências, classificando os em regulares ou irregulares, como cedidos, vendidos, alugados ou abandonados, o que por fim, norteia o poder público e os órgãos de controle a tomarem providências para regularização das moradias.



?

2

REFERENCIAL TEÓRICO**2.1 Direito E Política De Habitação**

O Déficit Habitacional somado ao conceito de moradias inadequadas compreende uma questão bastante relevante no Brasil. Longe de ser um problema social mais contemporâneo, vem ganhando dimensões vultuosas, conforme é possível por observação direta, ser percebida na crescente situação de pessoas em situação de rua, de espaços vulneráveis e estruturalmente inadequados para a moradia de muitos brasileiros. Tentando encontrar saída para essa sequela social, que contraria o direito básico à cidadania, historicamente o país viveu sucessões de planos e programas governamentais para mitigar esse déficit e na busca de garantias da dignidade de se morar. Alguns mais impactantes nos indicadores, outros nem tanto.

Dentre os elementos que compõem o déficit habitacional, alguns indicadores ajudam a mensurar essa deficiência. Destaca-se, por exemplo, a população residente, sendo formada por moradores que residem na unidade de habitação, seja um domicílio particular ou coletivo, com permanência de no mínimo 12 meses. Outro indicador é a situação do domicílio, se urbana ou rural, segundo a área em que o domicílio se localiza. A espécie do domicílio, se é permanente (casa, apartamento, os ambientes que sirvam de moradia), ou se é improvisado, em estruturas que não são exclusivas para moradia (sala comercial, estabelecimentos, barraca, vagão etc.). Ao se considerar em qual condição as pessoas ocupam o domicílio, algumas características são analisadas: domicílios particulares permanentes, que podem ser próprios, legalmente quitados; próprios em aquisição (em fase de quitação); alugados, se o aluguel é pago parcialmente ou totalmente pelo morador; cedido (sessão gratuita de um empregador ou instituição), e outra (por exemplo, casos de invasão) (PNAD,2016).

Do ponto de vista do direito Internacional, a garantia de moradia com qualidade também pode ser verificada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na qual morar com dignidade constitui-se em direito humano. A Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, sendo que o Brasil ratificou no mesmo ano

sua adesão a esse importante instrumento jurídico e político Internacional. No seu texto, encontra-se a moradia como um direito de todo ser humano, resguardando um padrão de vida adequada ao indivíduo e a sua família (D'Avila, 2018).

Todo ser humano possui direitos relativos à garantia de um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família. Reconhece também, tal declaração, a tutela do direito relacionado à vida privada, em se tratando de moradia, como forma de assegurar direitos contra interferências abusivas e ataques. É importante destacar, que a ideia de moradia como direito envolve o padrão de vida digno e não apenas moradia adequada. Por certa ineficiência da Declaração dos Direitos Humanos, dois novos pactos internacionais são efetivados para dar mais consequência ao que previa a Declaração. São eles: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (D'Avila, 2018).

O direito constitucional à moradia com qualidade está presente no capítulo dois, que trata dos direitos sociais na Constituição Federal do Brasil, de 1988. A primeira referência aparece no artigo VI, que estabelece que são direitos sociais a moradia, juntamente com saúde, alimentação, trabalho, transporte, lazer, segurança, entre outros. No inciso IV, estabelece que a própria natureza do salário-mínimo, é de tal forma capaz de atender aquilo que é preconizado com necessidades vitais básicas ao indivíduo e a sua família. Dessa feita, reforça o direito à moradia, além de outros aspectos considerados básicos. É destacado no inciso IX, a promoção de programas estruturais de construção de moradias, assim como a melhoria das condições dessas habitações e do saneamento básico. Quanto à responsabilização do ente estatal, compete à União Federal a definição de diretrizes voltadas para o desenvolvimento urbano, incluindo a habitação, além do saneamento e do transporte urbano (Brasil, 2020).

A urbanização no Brasil, vai passar no século XX por um desenvolvimento acelerado. A vida rural vai cedendo lugar à vida urbana, com a população ocupando cada vez mais as sedes das cidades, o que passa a configurar o novo perfil habitacional do país. Fatores como a industrialização e a modernização tecnológica respondem por esse fenômeno social, representado pela busca de melhor qualidade de vida. Embora tenha sido essa a perspectiva desse fluxo migratório, a realidade se mostrou diferente do pretendido. O processo de urbanização se deu de forma pouco organizada, e com

características excludentes, favorecendo as classes sociais mais abastadas (Bezerra; Helal, 2023). Soma-se a esse fenômeno, o poder do mercado imobiliário, que consolida o afastamento das classes menos favorecidas do acesso a essa modernidade e a essa qualidade de vida. A esses segmentos da sociedade restou a ocupação de regiões desprovidas ou mal equipadas com infraestrutura, com moradias de baixa qualidade, ocasionando um fenômeno recorrente de segregação de espaço, e respondendo pelo déficit habitacional. Por seu turno, o estado brasileiro não conseguiu assegurar o direito da população em relação ao acesso à moradia com qualidade, sendo muitas vezes responsável pelo acesso precário desses cidadãos à cidade (Bezerra; Helal, 2023).

No arcabouço infraconstitucional, é relevante destacar o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que passa a estabelecer as condições necessárias ao atendimento do que se preconiza como função da cidade, buscando assegurar aos mais pobres uma distribuição mais justa do ônus, que historicamente decorreu nesse processo de urbanização desorganizado (Bezerra; Helal, 2023).

A ausência de políticas públicas habitacionais mais eficientes ocasiona a segregação do espaço da cidade, o incremento populacional em áreas desprovidas de infraestrutura, desenhando núcleos de moradias informais, inseguras e irregulares do ponto de vista legal. Decorrência dessa irregularidade, a lei 13.463/2017 é regulamentada buscando uma normalização fundiária objetivando assegurar a construção social da propriedade urbana e o direito ao acesso à cidade, com moradias de qualidade (Bezerra; Helal, 2023).

As condições de moradia, e por conseguinte a qualidade dessas habitações, estão profundamente relacionadas à concentração de renda existente no Brasil, que pode ser percebido também pela desigualdade regional e racial. A partir de dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a partir do ano de 2016, é possível ter um retrato dessas desigualdades e como ela se manifesta no acesso à moradia pela população brasileira.

Considera-se o domicílio dos brasileiros, quanto à estrutura física, o acesso a diversos serviços domiciliares e de bens presentes no domicílio. A relação entre rendimentos e a condição de moradia oportuniza verificar se o domicílio é próprio, alugado ou cedido. Observou-se no levantamento feito, que o domicílio próprio, já pago, é

a condição dominante de ocupação em qualquer uma das faixas de renda, aproximando aquela população cuja renda per capita é inferior a 5,5 Dólares PPC/ dia, da população em geral. Esse fenômeno decorre do processo histórico relativo à expansão urbana ocorrida no Brasil, ao longo do século XX. A casa própria tornou-se a principal forma de moradia, na maioria das vezes resultantes de autoconstrução (edificações inadequadas), em localizações periféricas, com restrições aos equipamentos públicos e com fragilidade de posse legal. Tratava-se de autoconstrução em áreas periféricas, com dificuldades de acesso às políticas públicas, e insegurança na Posse legal da moradia (IBGE, 2020).

Em decorrência desse processo histórico, são observadas cinco inadequações nessas moradias, sendo elas, a ausência de banheiro exclusivo por moradia, uso de materiais inadequados na construção estrutural das residências, o adensamento na ocupação da moradia, quando mais de três pessoas ocupam o mesmo cômodo na condição de dormitório, o preço de aluguel como ônus excessivo, quando passa de 30% do rendimento do total de moradores da habitação, e a inexistência de documentação comprobatória da propriedade da moradia (IBGE, 2020).

Sobre o déficit habitacional estimado, em 2019, para o Brasil, perfazia o montante de 5,876 milhões de domicílios, sendo que na área urbana esse número era de 5,044 milhões. A região Sudeste apresentava, em termos absolutos, os maiores números, chegando ao déficit de 2,287 milhões de domicílios. Seguia-se com o Nordeste, e após este, a região Norte com déficit de 719 mil domicílios. Já se tratando de números relativos, a região Norte ocupava o primeiro lugar, com 12,9% do estoque de domicílios particulares, ou permanentes ou improvisados. O norte do país também registrou maior índice de precariedade habitacional, 43,1 % do total. Ao se analisar as regiões metropolitanas, quanto aos domicílios déficit estão Manaus com 15,5%, Macapá com 14,2% e grande São Luís com 11,8% (Fundação João Pinheiro, 2021).

A década de 1990 representa um marco no crescimento da população na cidade de Macapá. Juntamente com este crescimento, surgem as desigualdades da ocupação do espaço diante da expansão do tecido urbano na capital. Esses acontecimentos podem ser identificados como responsáveis pela criação de loteamentos e habitações sociais destinados à população de baixa renda. Nessa

esteira, surgem os projetos de habitação social sob o comando do Governo Federal e da prefeitura da capital. Isso foi possível por conta da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, porque segundo suas diretrizes visava atender a população de menor poder aquisitivo, que residia em área urbana para garantir o acesso a dignidade em suas moradias com padrões envolvendo características de segurança, a habitabilidade e sustentabilidade (Tostes; Tavares, 2023).

Entre esses empreendimentos está o Residencial Mestre Oscar, inaugurado em 2011, executado a partir da parceria entre a Prefeitura Municipal de Macapá e o Governo Federal, a partir dos recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, com localização no bairro do Ipê, na região norte da capital, contando com 528 unidades habitacionais, todas térreas, destinadas a moradias unifamiliares, com área de 37 m². O Residencial Mucajá, inaugurado em 2011 (Tavares, 2022), construído pelo Governo Federal, englobado pelo PAC – Intervenção em Favelas, em parceria com a Prefeitura de Macapá e tendo a Caixa Econômica Federal – CEF como financiadora da obra, este programa não previa subvenção econômica por parte dos beneficiários. Foram beneficiadas 592 famílias que vieram em sua maioria de áreas de risco. Também oriundo do PMCMV, o conjunto São José, inaugurado em 2016, é a maior construção habitacional realizada pela gestão municipal. Ocupa uma área de 77.567,37 m², anteriormente ocupada por moradias informais, possui 1440 unidades habitacionais, com mais de 70 blocos, cada qual com cinco pisos, e por andar, quatro apartamentos. Situa-se na zona sul da cidade, no bairro do Buritizal, em uma área de fácil acesso a comércios e instituições (Tavares, 2022). O mais recente empreendimento, é o conjunto habitacional Jardim Açucena, cuja inauguração foi em 2018 (TOSTES; TAVARES, 2023), localizado na zona sul da capital, no bairro Nova Esperança, conta com cerca de 100.000 m², nessa área foram construídas mais de 1500 moradias, contando também com áreas específicas coletivas, como área de lazer, o centro comunitário e espaço destinado a duas escolas. O conjunto desses empreendimentos gerou em torno de 8.586 unidades habitacionais, ao longo de uma década, cujo investimento ficou em torno de pouco mais de 639 milhões de reais (Tavares, 2022).

Como consequência desse adensamento de novas unidades habitacionais, há um aumento na demanda por equipamentos sociais, infraestrutura e serviços públicos nos seus entornos. Essa demanda não

se vê atendida na mesma proporção que surgem, pelo poder público (Tavares, 2022).

O grande desafio da gestão pública é o de enfrentar uma diversidade de deficiências diante das políticas públicas. Há Também de enfrentar o hiato existente, muitas vezes, entre a vontade política e a execução de programas mal elaborados ou daqueles que enfrentam ações políticas contrárias. Algumas dessas forças contrárias não estão no campo da governança desses gestores públicos, causando uma inoperância no sentido de solucioná-las. Tais deficiências contribuem no comprometimento da eficiência da gestão, por conseguinte, na imagem que se projeta do serviço público. Posto isso, a avaliação de políticas públicas procura analisar as ações executadas por uma variedade de atores institucionais e sociais no sentido de pretender aferir a qualidade do resultado e de como se projetará o futuro dessas ações.

2.2 Avaliação De Políticas Públicas

O método da avaliação das políticas públicas se mostra fundamental quando:

- a) sintetiza o que se sabe sobre um problema e a solução proposta de política pública ou programa;**
- b) desmitifica a sabedoria convencional ou mitos populares relacionados com o problema ou suas soluções;**
- c) desenvolve novas informações sobre a eficácia do programa ou da política pública; e**
- d) explica aos atores da política pública as implicações das novas informações obtidas por intermédio da avaliação (WU et al, 2014, p.118).**

Na abordagem sobre avaliação de políticas públicas, convém a definição do que sejam essas políticas. Trata-se de um conjunto governamental de políticas organizadas em um conjunto de programas que sejam eficientes em função das necessidades reais, que possuem articulação das estruturas institucionais com objetivos de prover bens e serviços à sociedade. Por sua vez, essas ações devem possuir suporte financeiro conforme cada caso requer. Assim, a avaliação desse esforço institucional e político deve ter como suporte um processo sistematizado, institucionalizado e contar com a sinergia integradora das estruturas de governo, Como mecanismo de apurar

eficiência no uso dos recursos públicos, e por ser avaliativo, verificar necessidades de aperfeiçoamento da ação pública, buscando dessa forma, melhorar os processos e potencializar os resultados obtidos na gestão (BRASIL, 2018).

É importante frisar a diferença entre monitoramento e avaliação de políticas públicas. No caso do monitoramento, a sua função é fundamental na execução das políticas programadas, e

[...] é um processo contínuo ao longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas. O monitoramento permite identificar problemas e falhas durante a execução que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública e, assim, reúne condições para corrigir rumos ou ajustar os planos de implementação (Brasil, 2018, p.15).

No caso da avaliação, é uma metodologia cujo processo visa examinar e diagnosticar determinada política pública. Entre as preocupações desse exame estão:

[...] a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais stakeholders, e a forma como os recursos públicos estão sendo utilizados. Para tanto, é necessário o uso de metodologias formais, já que, diferentemente da análise individual (em que aspectos subjetivos são facilmente racionalizados e ordenados de acordo com o seu grau de importância relativa), no caso das políticas públicas ocorre uma impossibilidade de sintetização de benefícios subjetivos de toda a sociedade (Brasil, 2018, p. 14).

A avaliação de políticas públicas deve assumir sua característica tanto técnica, quanto política, posto que, em certas circunstâncias, a avaliação da política pública não é implementada no sentido de verificar a resolução de problemas, e sim de ocultar ou disfarçar, quando politicamente determinada situação pode dar visibilidade negativa a um governo. Outro aspecto a se destacar, é o fato que o gestor público pode projetar a avaliação de uma determinada forma, conduzindo para resultados preferenciais em relação ao mérito e ao demérito para as suas opções políticas. Do outro lado, agentes externos ao governo podem se valer dessas avaliações políticas objetivando a crítica a essa determinada gestão, visando politicamente conseguir vantagens partidárias ou no travamento da luta ideológica, quanto ao

perfil das intervenções governamentais na política ensejada (WU et al, 2014).

Quanto à necessidade dessas avaliações, internacionalmente é percebido que metodologias padronizadas permitem alcançar resultados fiáveis, além de possibilitar a comparação entre políticas públicas diversas, visto a oportunidade de sistematização e homogeneização das linguagens e dos dados obtidos. Nesse sentido, quando avaliações se mostram negativas por não passarem por uma validação da sociedade, nem pela crítica formulada pelo meio acadêmico e outros agentes opinativos, presume-se que não terão vida longa enquanto política. Desta feita, as avaliações devem contar com o reconhecimento de se mostrar claras e acessíveis aos setores da sociedade interessados. Com resultados que gozam dessa credibilidade há novos investimentos, ou seja, a expansão dessas metodologias avaliativas e o maior cuidado com o recurso público (Brasil, 2018).

Como as políticas públicas são avaliadas interna e externamente aos governos pelos atores envolvidos em determinada política pública, no caso interno, essas avaliações são rotineiramente executadas por órgãos conhecidos como departamentos de linha, em variados países. É comum que este órgão possua um setor específico para realização de todas as formas avaliativas. Também é possível encontrar modelos em países que adotem comissões ad hoc com intuito de avaliar as suas políticas públicas de alto nível (WU et al, 2014).

Além dos atores vinculados aos governos, que se dedicam ao processo avaliativo das políticas públicas,

[...] existe também um número maior ainda de atores não governamentais. Pesquisadores em universidades, usinas de ideias e empresas de consultoria oferecem avaliações pagas e não pagas (e às vezes solicitadas, mas também não solicitadas). A mídia também oferece sua própria avaliação das políticas públicas, especialmente em casos em que ocorrem escândalos ou lapsos de julgamento por parte dos administradores e criadores de políticas (WU et al, 2014, p.120).

Os usuários do serviço público são efetivamente os avaliadores, externos ao governo, mais importantes. Deles se espera a maior experiência diante do problema ou dificuldade enfrentada, cuja alternativa se mostra a partir de determinada política pública. Sendo assim, tornam-se os informantes mais efetivos do sucesso ou insucesso

de determinada ação. Considera-se também o fato, de que esses usuários são também eleitores, exercendo uma pressão sobre a gestão pública diante de possíveis sucessos e insucessos, o que causa impacto direto sobre decisões e comportamento dos agentes políticos (WU et al, 2014).

Existe uma variedade de modelos avaliativos de políticas públicas, que devem ser escolhidos a partir dos atores que estão envolvidos nessas ações. É preciso considerar, também, o quanto de informação se encontra disponível no intuito de fortalecer o escopo de determinada política. Dentre essas avaliações, pode-se distingui-las entre administrativas e políticas, sem que se esqueça as judiciais, que embora não envolvam num primeiro momento os gestores públicos, mas suas decisões causam impacto e forte influência sobre o encaminhamento administrativo e político, ocorrendo às vezes permissões ou proibições de determinadas ações e programas (WU et al, 2014). As avaliações administrativas podem se enquadrar em cinco tipos, a princípio, sendo elas:

- a) Avaliações de esforços são tentativas de medir a quantidade de insumos do programa – pessoal, espaço do escritório, comunicação, transporte e assim por diante –, todos calculados em termos dos custos monetários que eles envolvem. Seu propósito é estabelecer uma linha de base de dados que pode ser usada para outras avaliações de eficiência ou qualidade de entrega do serviço.**
- b) Avaliações de desempenho examinam os produtos do programa – como o número de leitos hospitalares ou vagas nas escolas, ou o número de pacientes atendidos ou crianças ensinadas –, em vez de insumos. Seu principal objetivo é simplesmente determinar o que a política pública está produzindo, muitas vezes independentemente dos objetivos definidos.**
- c) Avaliações de processo examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e procedimentos operacionais, utilizados para executar programas. Seu objetivo normalmente é ver se um processo pode ser simplificado e tornado mais eficiente.**
- d) Avaliações de eficiência tentam avaliar os custos de um programa e julgar se a mesma quantidade e qualidade de produtos poderia ser alcançada de forma mais eficiente, ou seja, a um custo menor.**

- e) Avaliações de adequação de desempenho (também conhecidas como avaliações de eficácia) comparam o desempenho de um determinado programa aos seus objetivos propostos, a fim de determinar se o programa está atingindo suas metas e/ou se as metas precisam ser ajustadas em função do cumprimento do programa (WU et al., 2014, p. 121).**

Quanto aos tipos, as avaliações podem ser formativas ou somativas. Elas se enquadram em função do momento do desenvolvimento de determinada política. Assim, as avaliações formativas estão voltadas para o momento e que se implanta um programa, como forma de obter mais conhecimento sobre objetivos que se quer alcançar. A avaliação formativa, por sua vez, ocorre após a implementação do programa (também chamada de avaliação ex post), com vistas a uma aferição de eficácia e do seu resultado geral (Brasil, 2018).

A partir de uma tendência internacional as avaliações sobre políticas públicas podem, por primeiro, recorrerem a uma abordagem executiva da avaliação por oportunizar, de maneira mais breve, a identificação de elementos no processo do desenvolvimento da política, que mereçam ser aprimorados. Isso ocorre a partir da apresentação panorâmica da referida política, do problema estratégico, que tal política busca resolver, a análise do programa das atividades e dos resultados buscados, a identificação de indicadores referentes a eficiência, e o custo financeiro executado. Quando bem desenvolvida, a avaliação executiva pode exigir o aprofundamento da análise do problema original, que por mudança conjuntural, a referida política pública poderá ter sido efetiva, ou porque as causas do problema original cessaram (BRASIL, 2018).

A avaliação com foco na implementação da política é uma percepção mais acurada sobre a transformação de insumos utilizados pelos programas de políticas públicas em resultados. Conhecida como avaliação de processos está voltada para uma engenharia reprodução das políticas. Por meio dela, é possível verificar a política pública executada conforme o desenho que fora estabelecido, se o produto foi entregue adequadamente e se o público eleito para tal política esteja sendo contemplado (Brasil, 2018).

A avaliação de governança trata da análise das estruturas de política pública, “das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que as ações planejadas (políticas) sejam executadas de tal maneira que atinjam seus objetivos e resultados de forma transparente”. Dessa forma procura maior efetividade e economicidade (Brasil, 2018, p. 32).

A avaliação de resultados é utilizada como resposta sobre as variáveis dos resultados e dos impactos dos programas que possam ser medidos, se estão sendo cumpridas as metas propostas na unidade de tempo e se estão alinhadas com os planejamentos anteriores de políticas macro setoriais. Os indicadores que são utilizados devem dar conta sobre as metas estabelecidas, considerando

[...] se foram indicadores com relevância (a relação entre o indicador e o objetivo da política), comparabilidade (se o indicador utiliza dados padronizados), periodicidade (se podem ser construídas séries históricas) e desagregabilidade (se podem ser extraídos do indicador microdados que podem ser tabulados conforme o que o avaliador deseja saber), ou se foram outros indicadores que podem ser incluídos no escopo do monitoramento da política pública (Brasil, 2018, p. 32).

A avaliação de impacto procura identificar junto aos beneficiários da política pública a qualificação atribuída a tal programa executado, recorrendo a formas variadas de se verificar de maneira mais abrangente os impactos proporcionados (BRASIL, 2018).

A escolha por qual método se mostrará mais eficiente na análise na política pública implementada ou em vias de implementação, dependerá fortemente a importância atribuída a determinado programa, a facilidade no manuseio das ferramentas de cada modelo avaliativo, assim como, a perspectiva de produção de resultados mais efetivos e confiáveis, procurando ao mesmo tempo fortalecer os mecanismos avaliativos tanto internamente ao governo, quanto diante dos agentes externos (WU et al, 2014).

Como forma de se ter uma avaliação de políticas públicas sobre aspectos mais científicos e menos ideológicos, surge o que se tornou popular chamar de elaboração de políticas baseadas em evidências. Muito assemelhada a medicina baseada em evidências, que procura descrever a forma que se produzir essas evidências, em função da validação de evidências hierarquicamente definidas capazes de se demonstrar de forma mais objetiva a prática (Cairney, 2017).

Uma busca de uma maior racionalidade no uso das evidências passou a ser demandada pelas políticas baseadas em evidências. As PBEs buscaram aumentar a aceitação das evidências sobre essa nova perspectiva mais objetiva e confiável, procurando assim superar os entraves práticos existentes. Dessa forma, passa a se enquadrar em uma racionalidade instrumental característica de governos mais modernos. A eliminação de traços irracionais das percepções mais tradicionais, passa a dar lugar a uma razão instrumental (Saguin, 2022).

Embora sejam reconhecidos outros fatores, não somente as evidências, na formulação de políticas públicas, as PBEs, já modificadas e informadas pelas evidências, têm a pesquisa de cunho científico como o único método validado. Partem, dessa forma, de uma compreensão que os problemas da política pública podem efetivamente ser compreendidos e as soluções necessárias, ambas seguindo o critério da cientificidade (Saguin, 2022).

As políticas públicas baseadas em evidências, do ponto de vista mais tradicional, tratam as evidências a partir de uma perspectiva racional dos processos de decisão diante de políticas públicas. Dentro desse parâmetro, há uma aproximação do que é chamado de evidência científica, ou seja, uma aproximação das ciências naturais, quando essas produzem seus conhecimentos do ponto de vista sistematizado e possíveis de reprodução (Pinheiro, 2022).

Essa necessidade de se diferenciar a ciência e a política não data de período recente. Ainda hoje, esses debates possuem certa semelhança com o pós-guerra e sua ciência politizada, procurando construir análises baseadas em uma racionalidade mais científica, diante de muitas dificuldades encontradas por problemas empíricos e normativos. Parte-se do princípio de que a realidade é profundamente complexa e que qualquer tentativa tecnocrática de constituir sua interpretação necessitava de um debate político aprofundado. Por conta disso, a atualização dessas discussões deve considerar o estado da arte das reflexões sobre formulação de políticas, que ao mesmo tempo são racionais e irracionais, travadas em ambientes políticos também complexos, buscando a profundidade dessa análise, que deve ser construída com, mas não somente, a partir de evidências (Cairney, 2017).

Uma questão central deve ser levantada, qual seja, como não aderir a uma formulação de políticas públicas essencialmente baseadas

no princípio racional e na coleta de dados empíricos como forma de tomada de decisões? Há três aspectos que podem ser considerados a partir desse questionamento, sendo o primeiro relativo à atração pelos termos usados por conta de se demonstrarem vagos. Entretanto, quando se procura dar conteúdo a esses termos, surgem as diferenças nas abordagens originando questões sem resoluções. O segundo aspecto, relaciona-se ao fato de que políticas racionais não existem em um mundo real, utilizando-se, a partir disso, uma racionalidade abrangente, ou seja, uma racionalidade do tipo ideal, porém limitada. Dessa feita, essa racionalidade limitada permeia boa parte das teorias políticas atuais. O terceiro aspecto diz do caráter prescritivo, no qual utiliza uma racionalidade abrangente, partindo dos requisitos e condições que são necessários à investigação (Cairney, 2017).

Como na matemática, uma soma total da política se mostra atraente, entretanto acaba por mascarar os problemas na identificação dos variados instrumentos da política, como no caso do gasto de recursos, do uso dos incentivos e das penalidades econômicas, e das normativas legais, entre outros. Isso demonstra, que maior que a obtenção de uma evidência de um único evento possa, por si só, ensejar o estímulo necessário aos formuladores de políticas (Cairney, 2017).

Quanto à obtenção de evidências na análise de políticas públicas, faz-se necessário a observação relativa à hierarquização realizada por cientistas e aquela feita por formuladores de políticas. Diferentemente daquela realizada pela ciência, esta formulada por agentes políticos procura brevidade no acesso às fontes, obtendo o maior número de informações não necessariamente promovendo críticas sobre essas mesmas fontes, o que, pelo contrário, é característico da ciência. Há, portanto, uma debilidade que dará base para os procedimentos de análise. Outra característica é a incorporação da opinião pública como estratégia de acelerar a definição das políticas. Considerando esses aspectos, as evidências baseadas em políticas públicas terminam por oferecer um ideal de bastante dificuldade para os formuladores de políticas, ao tentarem aproximar a hierarquização de evidências da ciência com aquelas características da política pública (Cairney, 2017).

Dentro da perspectiva qualitativa envolvendo pesquisas e suas metodologias, a etnografia ainda se mostra tímida no uso avaliativo de políticas públicas. Prefere-se a produção de dados quantitativos aos qualitativos, tomando como base a preferência dos gestores públicos.

Estes últimos, preferem uma possibilidade de se compreender o funcionamento das políticas públicas a partir da apreensão processual cotidiana, bem como, “atividades organizacionais e comportamentais, além das narrativas e práticas de seus agentes e do público aos quais são direcionados”. Estes métodos qualitativos servem tanto para auxiliar no momento da tomada de decisão, quanto para empreender uma crítica aos comportamentos e ações que influenciam a operacionalidade das gestões públicas (Bachtold; Robert, 2022, p. 251).

Recorre-se à etnografia como método de análise e avaliação de políticas públicas no momento da necessidade de se compreender de forma mais efetiva determinado problema de ordem social, e de como essa política pode intervir sobre um determinado público-alvo ou sobre uma localidade determinada. Isso ocorre porque a etnografia permite análise de fatores considerados subjetivos, sociais e simbólicos, que se mostram bastante difíceis de serem apreendidos por outros métodos investigativos (Bachtold; Robert, 2022).



3

3

A METODOLOGIA

3.1 A Modelagem Da Pesquisa

A metodologia que adotada é baseada no Experimento Ideal. Parte-se de uma premissa de que as aparências não coincidem imediatamente com o que seja o real. Dessa feita, busca-se uma maior aproximação com a realidade estudada usando atribuição aleatória na pesquisa como forma de torná-la mais confiável. Assim descrevem a relação entre aparência e realidade, Angrist e Pischke em *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion*:

Por exemplo, no planeta Terra, o homem sempre se considerou mais inteligente que os golfinhos porque ele havia conquistado tanto - a roda, Nova York, guerras e assim por diante - enquanto todos os golfinhos já haviam feito foi ficar na água se divertindo. Mas, inversamente, os golfinhos sempre acreditavam que eles eram muito mais inteligentes do que o homem - precisamente pelas mesmas razões. Na verdade, havia apenas uma espécie no planeta mais inteligente que os golfinhos, e eles gastavam muito de seu tempo em laboratórios de pesquisa comportamental correndo dentro de rodas e conduzindo experimentos assustadoramente elegantes e sutis com o homem. O fato de que mais uma vez o homem completamente interpretou mal esta relação foi inteiramente de acordo com os planos dessas criaturas. (Angrist; Pischke, 2008, p.9, tradução nossa).

Considerando que os projetos que se qualificam como mais influentes partem do que se chama atribuição aleatória. A presente metodologia tem por referência o que foi denominado de projeto pré-escolar Perry:

[...] um experimento randomizado de 1962 projetado para avaliar os efeitos de uma intervenção precoce em programa envolvendo 123 pré-escolares negros em Ypsilanti (Michigan). O grupo de tratamento Perry foi aleatoriamente designados para uma intervenção intensiva que incluiu educação pré-escolar e visitas domiciliares. É difícil exagerar o impacto do pequeno, mas bem projetado experimento de Perry, que gerou dados de acompanhamento até 1993 sobre os participantes aos 27 anos. Dezenas de estudos acadêmicos citam ou usam as conclusões de Perry (ver, por exemplo,

Barnett, 1992). Mais importante ainda, o projeto Perry forneceu a base intelectual para a massiva O programa pré-escolar Head Start, iniciado em 1964, atendeu (e continua a atender) milhões de Crianças americanas (Angrist; Pischke, 2008, p.9, tradução nossa).

Para melhor exemplificar como se dá o problema da seleção, quando se quer uma investigação sobre efeitos causais, ou seja, quando se busca umnexo causal do tipo “se-então”, pode-se imaginar perguntas do tipo: os hospitais propiciam que as pessoas fiquem mais saudáveis? Se o estudo em questão envolve uma população idosa que recorre aos serviços de atendimento de emergência de um determinado hospital, ao serem internados, encontram a unidade hospitalar lotada, com serviços caros, e nem sempre com resolutividade. Nessa circunstância, acabam por se expor em contato com outros pacientes doentes, o que pode ocasionar um impacto ainda mais negativo para suas saúdes. Nessa linha de raciocínio pode-se aferir que ir ao hospital propicia que as pessoas fiquem ainda mais doentes, ou seja,

os hospitais estão cheios de outros doentes que podem nos infectar e máquinas perigosas e produtos químicos que podem nos prejudicar. Ainda assim, é fácil ver por que essa comparação não deve ser feita de imediato [...] as pessoas que vão para o hospital provavelmente são menos saudáveis para começar. Além disso, mesmo depois da hospitalização pessoas que procuraram atendimento médico não são tão saudáveis, em média, quanto aquelas que nunca conseguem ser hospitalizadas em primeiro lugar, embora possam muito bem-estar melhores do que estariam de outra forma (Angrist; Pischke, 2008, p. 10, tradução nossa).

3.2 O Experimento Ideal e o PMCMV

Com o intuito de aplicar avaliação de impacto ideal em relação ao PMCMV, deve-se ater ao fato do indivíduo ser mutuário ou mutuária do programa, e na “vida dos (as) beneficiários (as) se daria pela escolha aleatória, dentre todos (as) aqueles(as) elegíveis ao programa que possuem renda bruta familiar de até 3 salários-mínimos, de quem se tornaria mutuário(a) do programa” (PACHECO, 2019, p. 46). No plano ideal considera-se que:

Uma vez que a pessoa fosse sorteada ela não poderia escolher desistir da sua vaga nem haveria problemas de documentação

ou com algum critério de elegibilidade que a impedissem de se tornar mutuária da nova residência. Além disso, a pessoa se mudaria e permaneceria na UH, pelo menos durante os anos até o momento da avaliação de impacto, bem como os outros membros da sua família. O grupo que não foi sorteado não seria beneficiado por nenhum outro programa habitacional no período, conservando suas características iniciais em relação à qualidade e localização da moradia. Se houvesse outros programas que impactam o resultado de interesse, os dois grupos deveriam participar desses programas em igual proporção. (Pacheco, 2019, p. 46).

Complementando os quesitos anteriores deveria haver informações socioeconômicas adequadas antes que se realizasse o sorteio para todos os inscritos, sendo que tais informações seriam com frequência acompanhadas, tanto em relação ao grupo que se tornou mutuário quanto aquele que não fora sorteado. Assim sendo, se será possível mensurar a média das variáveis que foram selecionadas para os que participam do programa, confrontando com aqueles que não participam, podendo assim, verificar o impacto do PMCMV (PACHECO, 2019, p. 46).

É preciso destacar e esse desenho é fictício, os que na realidade ele dificilmente se concretiza. Entretanto, considerando-se a forma como o PMCMV foi implementado na cidade de Macapá, é possível se alcançar uma modelagem bem mais próxima do ideal, considerando-se o fato de que a escolha dos beneficiários, ou seja, dos novos mutuários se dar por procedimento aleatório, via sorteio (PACHECO, 2019, p. 46).

Em relação ao “Banco de Cadastro de Demandas”, da forma que ele é composto, apresenta um primeiro distanciamento do experimento ideal. Nele “os indivíduos devem se inscrever de forma voluntária, podendo fazê-lo por diversas razões que podem estar correlacionadas com as variáveis de interesse do estudo”. É preciso considerar que o fato de ser assim estabelecido não causa prejuízo a validade interna da análise, fato que não ocorre com a validade externa, posto que os resultados que serão obtidos são particularmente pertencentes aqueles que procuraram o programa (PACHECO, 2019, p.46).

No que tange a validação, Angrist e Pischke (*apud* PACHECO, 2019, p. 46) afirmam que “validade interna diz respeito a capacidade da modelagem do estudo conseguir medir o efeito causal de uma ação

sobre resultados da população que está sendo estudada”. Completam lembrando que “um experimento clínico aleatório ou um bom estudo com variável instrumental possuem uma forte reivindicação de validade interna. Lembram os autores que a “validade externa é a capacidade preditiva dos resultados do estudo para diferentes contextos” (PACHECO, 2019, p.46).

Deverá ser considerado outro distanciamento do experimento ideal. No caso, que diz respeito ao poder de escolha de ser efetivamente contemplado com o programa. Nem todos aqueles sorteados tornam-se, de fato, beneficiários (as) do PMCMV, por pelo menos quatro razões:

1. Não ter recebido a notificação [...] de que foi sorteado;
2. Não comparecer ao posto de atendimento [...] com os documentos exigidos;
3. Não ter os documentos exigidos de acordo com as normas do PMCMV ou do financiamento da CEF;
4. Não ter interesse em receber uma UH naquele empreendimento (Pacheco, 2019, p.47).

Outro distanciamento ocorre, hipoteticamente, na impossibilidade de se saber efetivamente se o grupo que não foi sorteado teria participado ou não de qualquer outro programa habitacional. E, também, se os dois grupos não tiveram participação em outras políticas habitacionais públicas ou privadas. Essas ocorrências poderão alterar o valor das variáveis que interessam ao estudo. Pacheco (2019, p.48) afirma que:

[...] não será possível controlar e será feita a hipótese de que não houve outro programa habitacional para o grupo de controle e que, se existiram outros programas sociais que afetaram as variáveis de interesse eles foram de igual magnitude para o grupo sorteado e para o grupo não sorteado. Dessa forma, na média, a diferença entre os grupos se dá por conta do PMCMV (Pacheco, 2019, p.48).

Por último distanciamento, está a dificuldade e se alcançar informação ou referências sobre aqueles que não foram sorteados. Deverá ser considerado o fato de que o "Banco de Cadastro de Demandas", por conter informações sigilosas, poderá oferecer óbices ao seu acesso durante a pesquisa. Assim sendo, apresenta-se como alternativa, buscar essas informações no CADUNICO (PACHECO, 2019, p.49).

3.3 Tipo De Pesquisa

A pesquisa social, como todo processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, objetiva fundamentalmente descobrir respostas aos problemas levantados a partir de procedimentos metodológicos. Portanto o caráter social da pesquisa busca encontrar um empreendimento sobre a realidade social, envolvendo os variados aspectos da vida do ser humano em sociedade (GIL, 2008, p. 26).

Considerando os objetivos da presente pesquisa, esta é classificada como descritiva¹, posto que, primordialmente, procura descrever características de uma população determinada, assim como estabelecer relações entre as variáveis envolvidas. Recorreu, portanto, ao uso de técnicas de coleta de dados padronizadas. “Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação”. Há de se notar, que quando ocorre essa pretensão relacional, a pesquisa descritiva chega a se aproximar da explicativa. Gil (2002, p.42) afirma que

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. Geralmente assumem a forma de levantamento [...] (Gil, 2002, p.42).

Ao se considerar os procedimentos técnicos que serão utilizados ao longo da pesquisa, com a finalidade de se alcançar um ponto de vista empírico, e dessa feita poder comparar com referenciais teóricos os dados obtidos de uma determinada realidade, faz-se necessário o uso de um modelo conceitual e operativo que dê sustentação à investigação. Assim dizendo:

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de

¹ “Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática” (PRODANOV, 2013, p.52).

"papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa ex-post facto, o levantamento e o estudo de caso (GIL, 2002, p.43).

No caso da presente pesquisa, foram utilizadas as fontes documentais² e de informantes. Também presente à pesquisa do tipo Levantamento. Quanto à documentação (Quadro 1), conforme orienta Gil (2002, p.45),

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p.45).

Quadro 1 - A pesquisa do tipo documental	
Pesquisa documental (as fontes são muito mais diversificadas e dispersas)	
“De primeira mão”	“De segunda mão”
Ainda não receberam nenhum tratamento analítico	De alguma forma, já foram analisados
“Documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc.”	“Relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.”

² “Documentação é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; no contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho” (SEVERINO, 2013, p. 108)

<p>“Inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.”</p>	
---	--

Fonte: adaptação a partir de Gil (2002, p.45)

Como toda fonte, as documentais merecem cuidado na escolha e tratamento.

Quadro 2 - Qualidade das fontes documentais	
Quanto à qualidade das fontes documentais	
Vantagens	Desvantagens
“os documentos constituem fonte rica e estável de dados”	“a não-representatividade e à subjetividade dos documentos”
“os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”	“pesquisador experiente tem condições para, ao menos em parte, contornar essas dificuldades”
“vantagem da pesquisa documental está em seu custo”	“pesquisador considere as mais diversas implicações relativas aos documentos antes de formular uma conclusão definitiva”
“pesquisa documental não exige a obrigatoriedade de contato com os sujeitos da pesquisa”	

Fonte: adaptação, a partir de Gil (2002, p.47)

O desenvolvimento da pesquisa documental deverá seguir as etapas descritas abaixo:

Quadro 3 - As etapas da pesquisa documental	
A PESQUISA DOCUMENTAL fases na pesquisa documental	
a) determinação dos objetivos;	os objetivos são aqueles que são inerentes a investigação proposta nesse projeto

b) elaboração do plano de trabalho;	de acordo com o acesso as estruturas informantes institucionais, como a CEF, a prefeitura de Macapá, ministérios do governo federal.
c) identificação das fontes ³ ;	a partir do contato com essas estruturas institucionais, identificar as Fontes primárias e secundárias,
d) localização das fontes e obtenção do material;	para identificação das Fontes estabelecer os critérios de seleção
e) tratamento dos dados;	análise dos dados coletados
f) confecção das fichas e redação do trabalho;	redação analítica
g) construção lógica e redação do trabalho.	Adequação ao relatório final

Fonte: adaptação, a partir de Gil (2002, p.87-88)

Quanto ao levantamento (Quadro 4 e 5), esse se deu na intervenção direta junto aos informantes de interesse da pesquisa. Isso ocorre a partir de perguntas direcionadas “a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obtermos as conclusões correspondentes aos dados coletados” (GIL, 2002, p.50)

Quadro 4 - O levantamento	
Levantamentos	
<p>“mediante procedimentos estatísticos, urna amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação”</p> <p>“As conclusões obtidas com base nessa amostra são projetadas para a totalidade do universo”</p>	
Vantagens	Desvantagens
<p>“conhecimento direto da realidade”</p>	<p>“ênfase nos aspectos perceptivos: os levantamentos recolhem dados referentes à percepção que as pessoas têm acerca de si mesmas”</p>

³ “Todo documento deve passar por uma avaliação crítica por parte do pesquisador, que levará em consideração seus aspectos internos e externos. No caso da crítica externa, serão avaliadas suas garantias e o valor de seu conteúdo. Normalmente, ela é aplicada apenas às fontes primárias e compreende a crítica do texto, da autenticidade e da origem” (PRODANOV, 2013:56).

“economia e rapidez”	“Há muita diferença entre o que as pessoas fazem ou sentem e o que elas dizem”
“quantificação: os dados obtidos mediante levantamento podem ser agrupados em tabelas”	“pouca profundidade no estudo da estrutura e dos processos sociais”

Fonte: adaptação, a partir de Gil (2002, p.50-51)

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o modelo de entrevista, que na percepção de Severino (2013, p.108) a entrevista é uma

[...] técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2013, p. 108).

Quadro 5 - As etapas da pesquisa baseada em Levantamento	
Levantamento	
“Os levantamentos dos mais diversos tipos (socioeconômicos, psicossociais etc.) desenvolvem-se ao longo de várias fases.”	
a) especificação dos objetivos;	os objetivos são aqueles que são inerentes a investigação proposta nesse projeto
b) operacionalização dos conceitos e variáveis;	Foram identificados e definidos no referencial teórico
c) elaboração do instrumento de coleta de dados;	Tipo entrevista
d) pré-teste do instrumento;	Testagem dos instrumentos de coleta de dados
e) seleção da amostra;	Após identificação do universo, desenvolver as amostragens
f) coleta e verificação dos dados;	Aplicação dos instrumentos de coleta de dados
g) análise e interpretação dos dados;	análise dos dados coletados
h) apresentação dos resultados.	Adequação ao relatório final

Fonte: adaptação, a partir de Gil (2002, p.111-112)



4

4

DIAGNÓSTICO DA PESQUISA NO ÂMBITO DO PERFIL FAMILIAR, SOCIAL E ECONÔMICO DOS MORADORES DOS RESIDENCIAIS MUCAJÁ, JARDIM AÇUCENA, MESTRE OSCAR E SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ- AMAPÁ

4.1 Residencial Mucajá

O Levantamento socioeconômico no Residencial Mucajá, no qual possui 592 residências, foi feito com 536 moradores, totalizando 90,5% das famílias residentes no habitacional. As famílias foram identificadas através de informações da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Macapá (SEMAS) na Coordenadoria de Direito a Moradia (CDM). Os outros 9,5%, ou seja, 56 residências ou estavam abandonados ou não quiseram responder.

4.1.1 Perfil Familiar Dos Moradores Do Residencial Mucajá

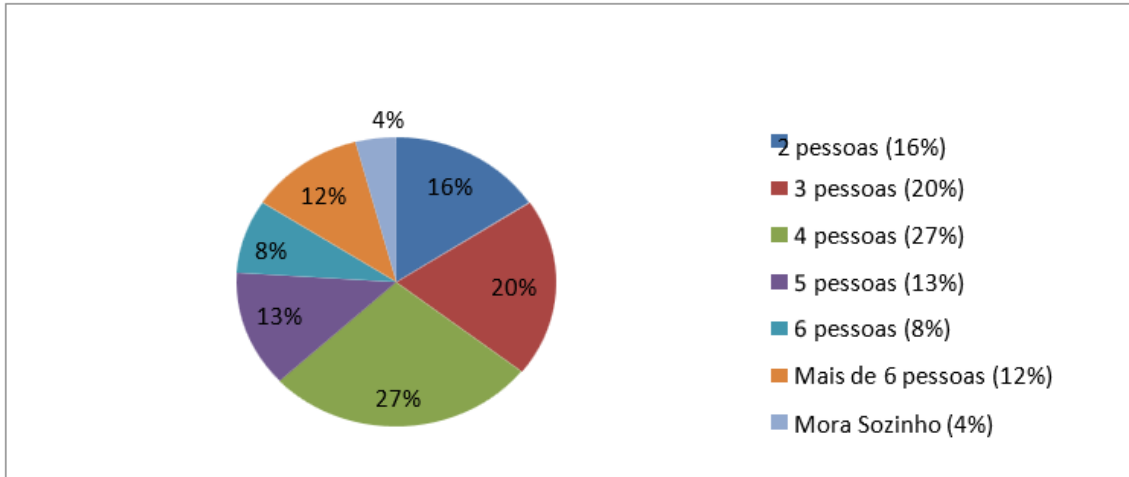
Essas perguntas visam entender a quantidade de pessoas que estão residindo em cada apartamento do residencial e o seu perfil. Abaixo elencaremos as respostas aos questionários, seus percentuais, gráficos e tabelas.

a. Quantas pessoas moram na residência incluindo você?

Quanto a quantidade de pessoas que moram em cada apartamento, 16% dos entrevistados informaram que moram 2 pessoas no apartamento, 20% informaram morar 3 pessoas, 27% informaram morar 4 pessoas, 13% informaram morar 5 pessoas, 8% informaram morar 6 pessoas, 12% informaram morar mais de 6 pessoas e 4% informaram morar sozinho. Ou seja, há em sua maioria 4 pessoas por

residência neste habitacional e em sua maioria o residente está sozinho.

Gráfico 1 – Resultado da quantidade de moradores nas residências do residencial Mucajá

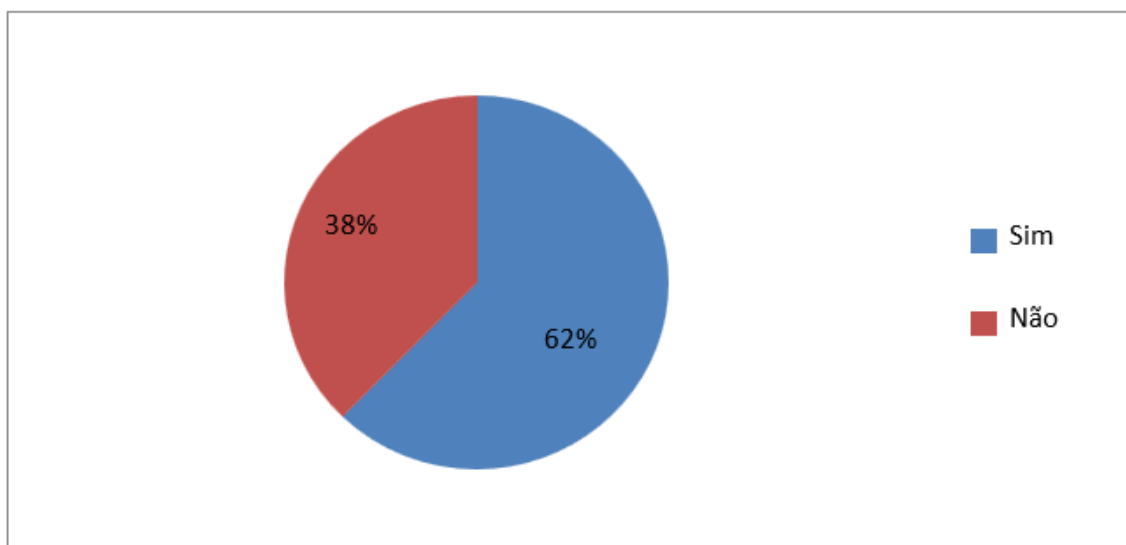


Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Há crianças na sua casa, ou seja, morador de até 14 anos na residência?

Quanto às informações sobre o a existência de crianças na composição familiar, 62% ou 332 dos entrevistados informaram ter crianças residindo no apartamento e 38% disseram não haver crianças na composição familiar. Entre os que disseram sim, duas é a quantidade média de crianças por apartamento, ou seja, em sua maioria as residências possuem crianças, totalizando 664.

Gráfico 2 – Resultado da quantidade de crianças nas residências do residencial Mucajá

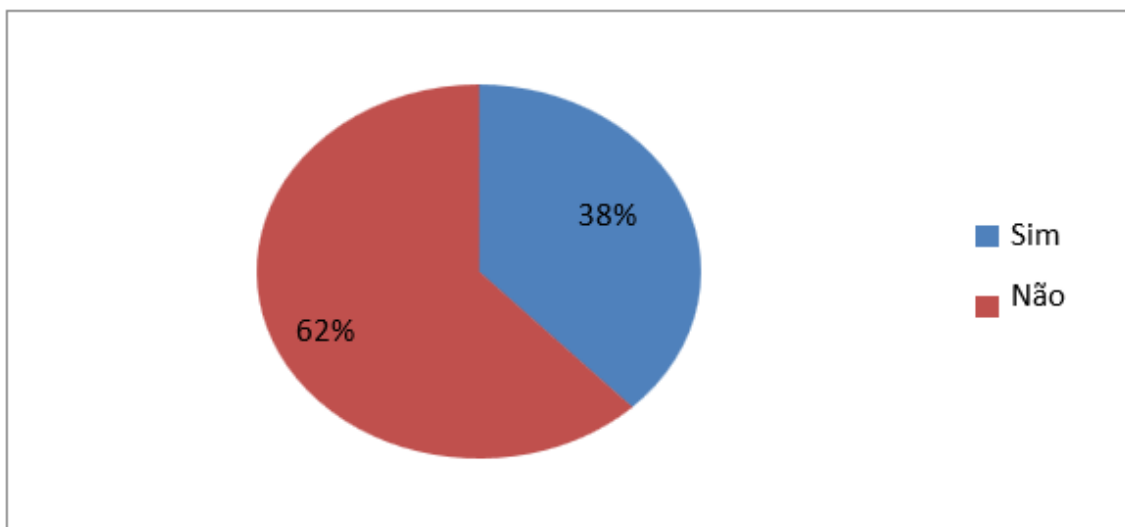


Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Tem adolescente na sua casa?

De acordo com o gráfico, 62% dos entrevistados informaram não conter adolescentes na composição familiar, os outros 38% ou 203 relataram que contém adolescentes. Entre os que disseram sim, 1,5 pessoas é a quantidade em média de adolescente por apartamento, totalizando 305. Aqui já podemos verificar o inverso em relação as crianças, ou seja, em sua maioria, as residências não possuem adolescentes, e nos que afirmaram, há uma queda em relação as crianças.

Gráfico 3 – Resultado da quantidade de adolescentes nas residências do residencial Mucajá

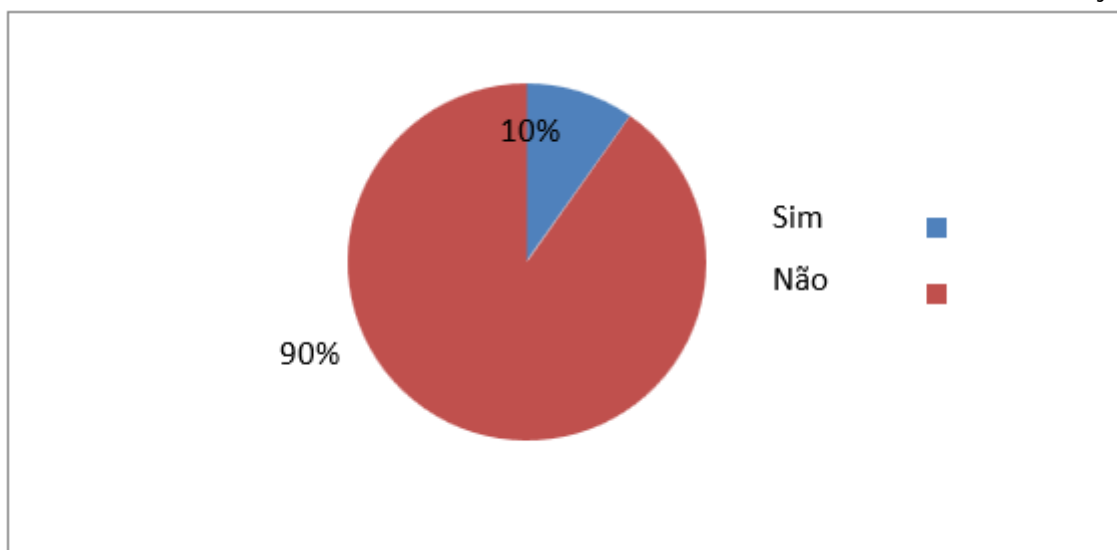


Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Tem idoso na sua casa?

Pode-se perceber, pelo gráfico que 90% dos entrevistados disseram não haver idosos residindo no apartamento. De outro lado, 10% dos pesquisados relatam que há idosos residindo. Aqui é claro que o residencial atende o quantitativo em relação ao perfil de idosos, com um número pequeno de residências contemplando os, mas satisfazendo o quantitativo mínimo previsto em lei, o qual proporciona 5% das unidades residenciais entregues pelo Minha Casa Minha Vida a este grupo. Os idosos com mais de 60 anos de idade, possuem prioridade para receberem suas moradias neste programa.

Gráfico 4 – Resultado da existência de idosos nas residências do residencial Mucajá



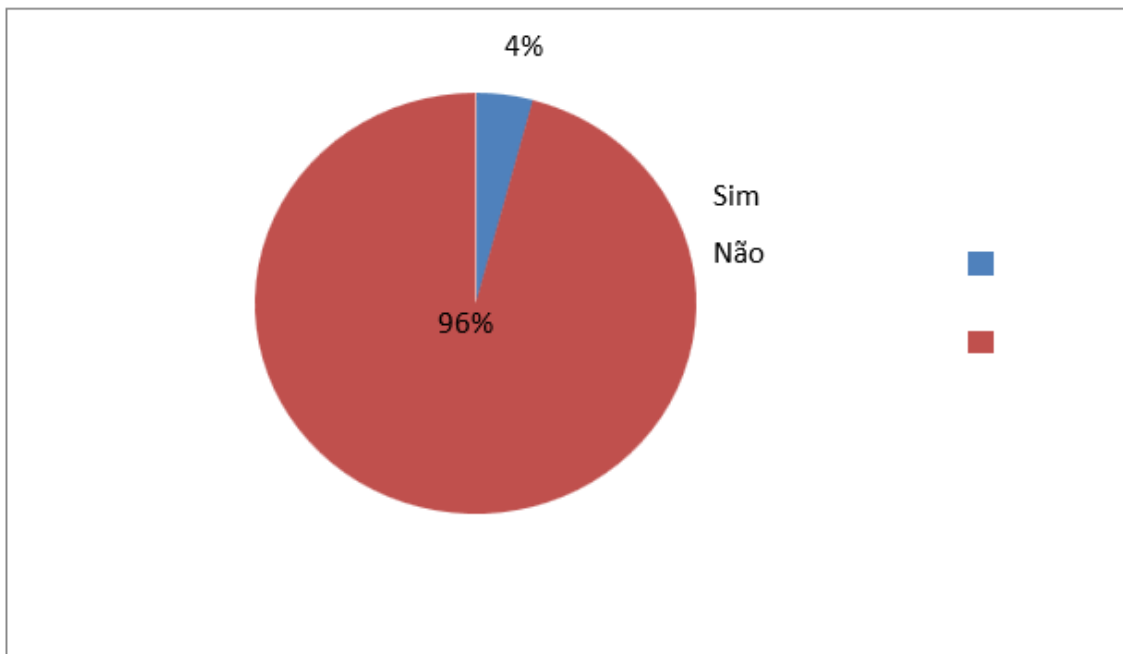
Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

e. Tem pessoas portadoras de necessidades especiais na sua residência?

Este gráfico informa que apenas 4% ou 21 dos entrevistados disseram conter pessoas portadoras de necessidades especiais residindo nos apartamentos, entre as respostas positivas, a média de pessoas portadoras de deficiência por apartamento é 1 pessoa, ou seja, há 21 pessoas que se enquadram neste perfil.

Podemos verificar que este quantitativo não atinge o mínimo de 10% destinado a cota das unidades habitacionais para pessoas portadoras de deficiência ou à família de que façam parte essas pessoas, de acordo com as exigências do Programa Minha Casa Minha Vida. Quem se inscreveu ou irá se inscrever no Programa e tem um familiar portador de deficiência possui prioridade na entrega da residência. Entretanto, para garantir o direito, a deficiência precisa ser comprovada por laudo médico. Nas prioridades, estão as famílias com pessoas afetadas pela microcefalia, com prioridade na entrega da residência, sem ter de passar por seleção ou sorteio.

Gráfico 5 – Resultado de existência de pessoas com necessidades especiais nas residências do residencial Mucajá



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.1.2 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial Mucajá

Essas perguntas visam compreender qual acesso a benefícios sociais estas famílias possuem ou possuíram e se utilizam espaços e projetos sociais proporcionados pelo poder público, municipal, estadual ou federal.

a. Você ou alguém da sua casa recebe ou recebeu benefício social municipal, estadual ou federal?

O gráfico mostra que 41% dos entrevistados informaram ter acesso a algum tipo de benefício social e outros 59% não são contemplados com nenhum programa. Dados alarmantes, pois estes residenciais foram criados com o intuito de atender as famílias de baixa renda ou que estão em situações vulneráveis, neste caso, deveriam estar assistidas com CADUNICO, Bolsa família, BPC, INSS, benefícios eventuais para que se haja uma renda mínima garantida para sobrevivência. Não adianta apenas entregar uma moradia, deve se proporcionar ao munícipe condições mínimas de alimentação, saúde, educação e lazer, direitos estes garantidos pela constituição brasileira.

Gráfico 6 – Resultado da quantidade de pessoas com acesso a benefício social nas residências do residencial Mucajá



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou já recebeu?

O Bolsa Família, benefício do governo federal, ocupa a maior porcentagem das respostas afirmativas, com 87%, INSS e BPC somam 6%, benefício Renda para Viver Melhor do Governo do estado do Amapá

atende 5% das respostas e os benefícios eventuais, cesta básica e vale gás do Município de Macapá, contam com o menor índice, apenas 2%. Estes dados nos dão a convicção de que a prefeitura municipal de Macapá, precisa ser mais atuante em políticas pública de distribuição de renda no residencial Mucajá, mantendo ações constantes de atualização do CADÚNICO, que é a porta de acesso a todos os benefícios e de sua responsabilidade. O quadro abaixo informa a porcentagem por tipo de benefício social recebido pelos moradores que responderam sim à pergunta anterior

Quadro 6 – Resultado da divisão do tipo de Benefício recebido pelos moradores do Residencial Mucajá						
	Bolsa Família	INSS BPC	Renda para Viver Melhor	Cesta Básica	Vale Gás	Kit Bebê
Porcentagem	87%	6%	5%	2%	0%	0%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Quais espaços públicos você tem acesso perto do Habitacional ou Residencial Mucajá?

Uma considerável maioria descrita em 70% dos entrevistados informa ter acesso às escolas públicas no bairro e redondezas, trazendo conforto aos beneficiários que podem matricular seus filhos nas proximidades do conjunto. Cerca de 61% afirmaram ter acesso a praças públicas para lazer, 81% disseram ter acesso a posto de saúde, 14% dos entrevistados têm acesso ao CRAS e 13% conseguem ter acesso a Delegacia, ou seja, a maioria possui acesso aos espaços públicos, o que facilita a fixação das pessoas nos residenciais.

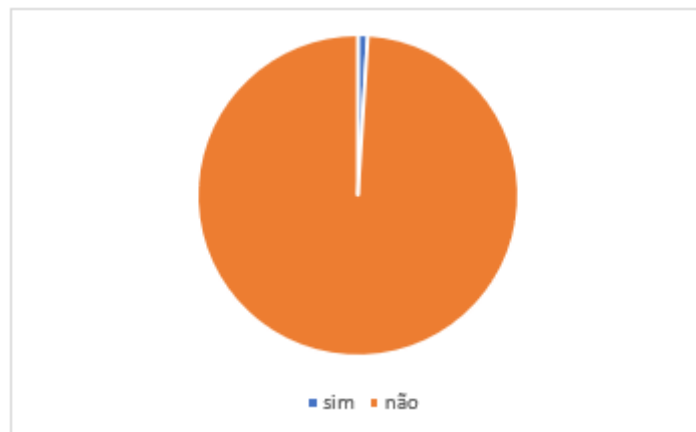
Quadro 7- Resultado do tipo de espaço ou serviços públicos que os moradores têm acesso perto do habitacional Mucajá				
Escola	Praça	Posto de Saúde	CRAS	Delegacia
70%	61%	81%	14%	13%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Alguém da sua residência participa de projetos sociais no Residencial Mucajá?

Analisando o gráfico abaixo, pode-se perceber que 99% dos entrevistados não possuem acesso a projetos sociais no residencial e apenas 1% possui acesso. Os moradores demonstram insatisfação com o poder público por não haver projetos voltados para a população do habitacional Mucajá. Esta é uma das maiores queixas dos moradores e o residencial que possui o menor número de pessoas acessando qualquer projeto social no residencial. Isso deixa claro a ineficiência do poder público neste quesito e a grande necessidade de políticas públicas de resultado.

Gráfico 7 – Resultado da quantidade de pessoas que participam de projetos sociais no residencial Mucajá



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

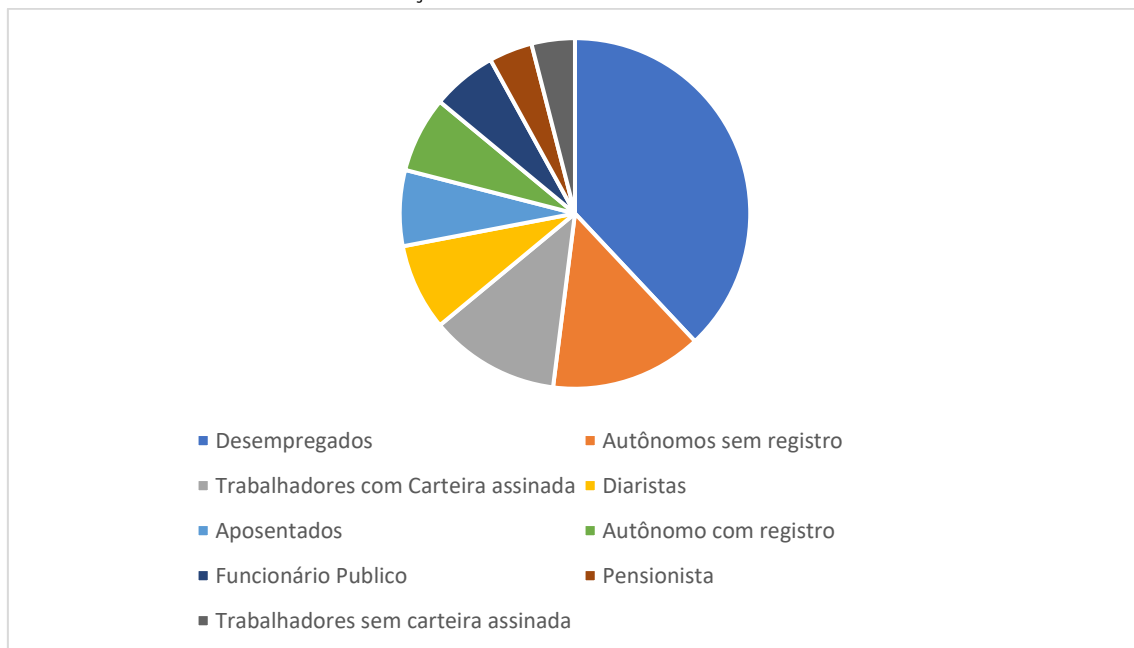
4.1.3 Perfil Econômico Dos Moradores Do Residencial Mucajá

a. Situação no mercado de trabalho

No gráfico abaixo, destaca que 38% dos entrevistados estão desempregados, 14% são autônomos sem registro, 12% são trabalhadores com carteira assinada, 8% são diaristas, 7% são aposentados, 7% são autônomos com registro e 6% são funcionários públicos. Pensionistas e trabalhadores sem carteira assinada, ambos somam 4% cada. As pessoas entrevistadas relatam a escassez de oportunidade no mercado de trabalho, por isso o maior número está em desempregados, muitos buscam então o mercado informal e muitas vezes os benefícios sociais, que sejam os eventuais da Prefeitura

de Macapá, através da secretaria municipal de assistência, ou o benefício continuado do Governo do Estado e ainda o Programa Bolsa Família do Governo Federal. É importante ressaltar que a geração de emprego e renda é de suma importância para a manutenção das condições básicas de subsistência do ser humano, que os programas e benefícios sociais são paliativos, pois o que realmente trás dignidade é emprego e renda.

Gráfico 8 – Resultado da situação dos moradores do residencial Mucajá em relação ao mercado de trabalho

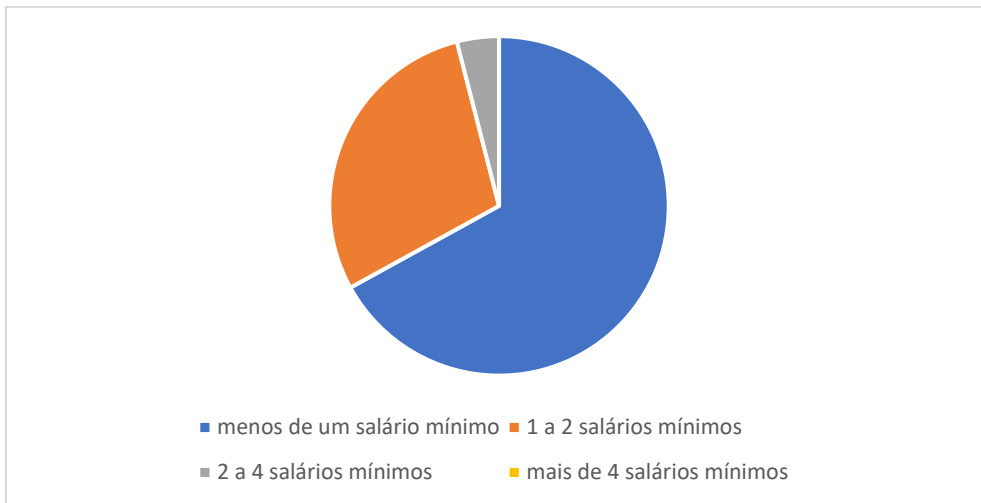


Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Renda mensal familiar dos moradores do residencial Mucajá?

No gráfico abaixo é possível perceber que 67% das famílias dos entrevistados sobrevivem com a renda mensal menor que um salário-mínimo. É importante ressaltar que muitas famílias ainda sofrem as perdas econômicas agravadas pela crise global de Covid-19. Enquanto 29% das famílias vivem com 1 até 2 salários-mínimos, apenas 4% têm renda mensal de 2 a 4 salários-mínimos. Não há registro de famílias que possuem renda mensal maior que 4 salários-mínimos. Vendo este perfil de renda familiar fica claro que o poder público necessita implantar políticas pública de geração de renda e distribuição de renda, pra que as famílias dos habitacionais tenham condições de arcar com os custos de sua moradia e de sua própria subsistência.

Gráfico 9 – Resultado da Renda Familiar dos moradores do residencial Mucajá



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Você exerce alguma atividade econômica no residencial Mucajá?

Neste gráfico é possível perceber que 16% dos entrevistados exercem algum tipo de atividade econômica no residencial. Geralmente estão associadas à venda de comidas como frango assado, açaí, comidas típicas, lanches, venda de vestuário e cosméticos, e também a prestação de serviços como barbearia, cabeleireiro e manicure. Pessoas, micro empreendedores que atuam na informalidade, são invisíveis para as estatísticas, mas de uma certa maneira estão batalhando por melhores condições de vida.

Gráfico 10 – Resultado do exercício de atividade econômica no residencial Mucajá



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu próprio negócio?

O gráfico abaixo mostra que 36% dos beneficiários entrevistados têm o desejo de abrir ou ampliar o próprio negócio, mas encontram dificuldades em relação ao espaço físico necessário para colocar um ponto comercial, pois o espaço do apartamento limita se apenas para moradia, e pode haver risco de mexer na estrutura do prédio. Contudo alguns moradores estão adaptando pequenos estabelecimentos no espaço externo dos prédios, o que vai de encontro ao plano diretor do município de Macapá. Entretanto a fiscalização por parte da prefeitura de Macapá é precária, e muitos empreendedores utilizam desta defasagem para ampliar de forma irregular seus estabelecimentos. Mas de outro lado, 64% dos entrevistados responderam que estão satisfeitos com o tamanho do seu próprio negócio. Mais uma vez o poder público pode propor a capacitação profissional e a exclusão destes empreendedores da informalidade.

Gráfico 11 – Resultado da intenção de abertura ou ampliação do próprio negócio



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.1.4 Adequação Do Entorno Do Residencial Mucajá

Com as respostas deste questionamento os responsáveis pela implantação de serviços ou equipamentos podem ter um norte de como a política publica pode alcançar resultado.

a. Qual projeto social gostaria que fosse implantado no Habitacional Mucajá?

Através deste questionamento é possível entender as necessidades dos moradores do habitacional para mais estrutura quer

seja de serviços ou espaços ofertados pelo poder público. Segue abaixo os dados:

- a) **Creche, por haver muitas crianças no residencial, 14% dos entrevistados sugeriram que fosse implantado um projeto que possa incluir o público infantil, isso inclusive proporcionaria que as mães fossem inseridas no mercado de trabalho;**
- b) **Esportes, as sugestões correspondem a 10%. Variam desde a construção de uma quadra poliesportiva, ou implantação de uma praça ou espaço para realização de atividades esportivas, contando que o poder público além de construir seria responsável pela manutenção e implantação dos projetos sociais;**
- c) **Centro Cultural ou comunitário: 12% dos moradores informam a necessidade da construção de um Centro comunitário, pois no habitacional não há espaço para os moradores fazerem reuniões, celebrar eventos e fazer apresentações culturais.**
- d) **Posto policial: 4% dos moradores afirmam que o residencial já não é tão violento como em outras épocas, contudo ainda há problemas relacionados à poluição sonora, consumo de entorpecentes em vias públicas. Há um batalhão da Polícia militar próximo ao residencial, mas informam os moradores, que as rondas pelas ruas são raras, e que a implantação de um posto policial poderia reduzir esses problemas;**
- e) **Distribuição de cestas básicas: 19% dos entrevistados informam que com a crise da pandemia de covid19 houve uma oferta de empregos formais e informais e que a distribuição de cestas básicas gratuitas pelo poder público supriria de imediato a necessidade de ter alimento na mesa destas famílias, pois se constatou que apenas 2% da população que recebe benefício social possui tal acesso, o que gera insatisfação e expectativa para que seja sanado;**
- f) **Limpeza periódica: 13% dos entrevistados gostariam que o poder público realizasse o serviço de limpeza nos entornos constantemente e que também houvesse um trabalho de conscientização para manutenção da mesma pelos moradores. Entretanto os mesmos questionados sobre justificam que não há “papa entulho” ou lixeiras próximas para fazer o descarte adequado do lixo, algo bem simples de se resolver**
- g) **Cursos profissionalizantes: esta sugestão corresponde a 19% dos entrevistados. Pois um projeto de cursos de qualificação e**

capacitação ajudaria os jovens e adultos a melhorarem o currículo e encontrar seu espaço no mercado de trabalho que está cada vez mais exigente e escasso. Aumentar a renda é um dos grandes desejos, pois a maioria da população ativa do residencial encontra se desempregada;

- h) Os outros 9% admitem que gostariam que houvesse no residencial um espaço para vendas, assim poderiam aumentar sua renda ou até mesmo encontrar um trabalho.

Este gráfico abaixo faz referência às sugestões dos moradores para projetos sociais, espaços comunitários, creches, melhoria na infraestrutura do habitacional, segurança pública, cursos, dentre outros:

Gráfico 12 – Resultado da necessidade de projetos sociais e ou serviços no residencial Mucajá



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.2 Residencial Jardim Açucena

O Levantamento no Residencial Jardim Açucena, no qual possui 1.500 apartamentos sendo cada um com 42 m², dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de uso comum, divididos em 75 blocos, teve a pesquisa de campo realizada com um percentual de 74,4% das famílias residentes no residencial, ou seja, 1.116 pessoas residentes no

habitacional responderam aos formulários, o restante ou era apartamento abandonado, vazio ou se negaram a participar da pesquisa, totalizando 25,6%, ou seja, 384 apartamentos, mas a base dos questionários respondidos está representado em sua grande maioria, o que nos propicia dados significantes para entender o perfil socioeconômico e as expectativas atendidas e frustradas dos moradores, além de nortear as próximas atitudes, quer sejam novas pesquisas ou políticas públicas dos entes federativos para garantir os direitos básicos e fundamentais garantidos na constituição brasileira a todos.

4.2.1 Perfil Familiar Dos Moradores Do Residencial Jardim Açucena

A partir dessas perguntas entenderemos o perfil familiar e socioeconômico das pessoas que estão residindo em cada apartamento do residencial Açucena. Abaixo elencaremos as respostas aos questionários, seus percentuais, gráficos e tabelas.

a. Quantas pessoas moram na residência, incluindo você?

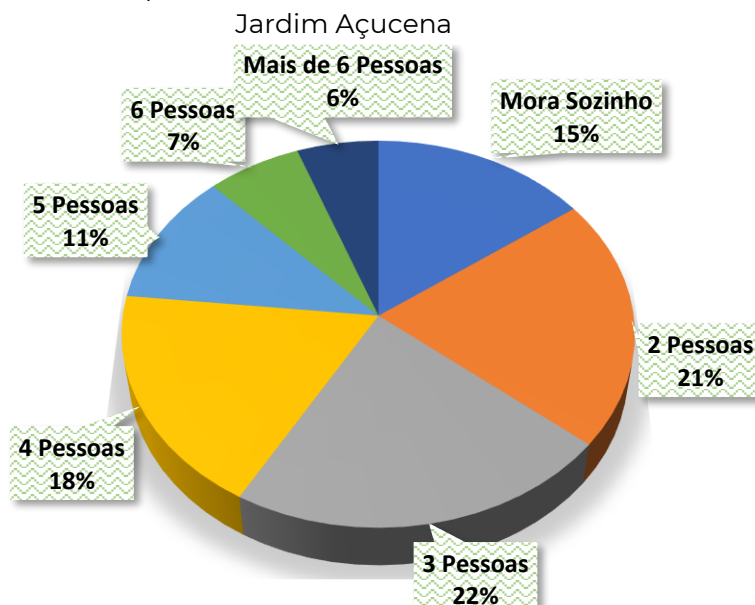
Através dos quadros abaixo poderemos entender os quantitativos e percentuais da quantidade de moradores por apartamento no residencial, referente ao percentual de pessoas que responderam ao questionário, 74,4%, ou seja, 1.116 formulários. Quantificamos das seguintes maneiras, 165 pessoas moram sozinhas nas suas residências, total de 15%, 230 residências possuem apenas 2 moradores, o que corresponde a 21%, 247 residências possuem 3 moradores, o maior percentual neste residencial, 22%, são 202 residências com 4 moradores, 18%, 123 residências com 5 pessoas, 11%, 72 moradias com 6 pessoas, 7%, e apenas 62 residências possuem acima de 6 moradores, 6%. Está exemplificado no quadro e gráfico abaixo:

Quadro 8 - Resultado do quantitativo de moradores nas residências do residencial Jardim Açucena							
	Mora Sozinho	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	6 pessoas	Mais de 6 pessoas
Resposta	165	230	247	202	123	72	62

Porcentagem em	15%	21%	22%	18%	11%	7%	6%
-----------------------	-----	-----	-----	-----	-----	----	----

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 13 – Referente ao quantitativo de moradores nas residências do residencial Jardim Açucena



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Há crianças na sua casa, abaixo de 14 anos?

Quando perguntado sobre a presença de crianças na residência, de todos os ouvidos 481 moradores responderam sim, contabilizando 44 % e destas há um total de 773 crianças, entretanto, outras 620 residências não possuem crianças, contabilizando 56% das respostas e assim o que podemos notar é que neste residencial predomina uma população adulta.

Quadro 9 - Resultado do quantitativo de residências com crianças no habitacional Jardim Açucena

	Sim	Não	Quantas?
Resposta	481	620	773
Porcentagem	44%	56%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 14 – Referente a existência de residências com crianças no residencial Jardim Açucena



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Tem adolescente na sua residência?

Já quando perguntado sobre a presença de adolescentes, foram 314 moradores que responderam sim, um total de 29%, contabilizando nestas residências do Jardim Açucena, 403 adolescentes. Outras 715 responderam que não há presença de adolescentes em sua residência, computando 71% dos questionários respondidos. O que confirma a afirmação acima que este residencial predomina a população adulta.

Quadro 10 - Resultado do quantitativo de moradias com adolescentes no Habitacional Jardim Açucena

	Sim	Não	Quantas?
Resposta	314	787	403
Porcentagem	29%	71%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 15 – Resultado do quantitativo de moradias com adolescentes no Habitacional Jardim Açucena



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Tem idoso na sua casa?

No residencial Açucena podemos perceber que foi atingido o percentual de no mínimo 5% de residências destinadas a idosos ou a famílias que tenham membros idosos, conforme as regras do PMCV do governo federal. Foram 142 casas que responderam sim ao questionário, um total de 15% de casas com a presença de idosos e contabilizando 151 idosos nestas residenciais do Habitacional Jardim Açucena e o restante de 85% não possuem.

Quadro 11 - Resultado do quantitativo de residências que possuem idosos no residencial Jardim Açucena			
	Sim	Não	Quantas?
Resposta	142	959	151
Porcentagem	15%	85%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 16 – Resultado do quantitativo de residências que possuem idosos no residencial Jardim Açucena



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

e. Há pessoas portadoras de necessidades especiais na sua residência?

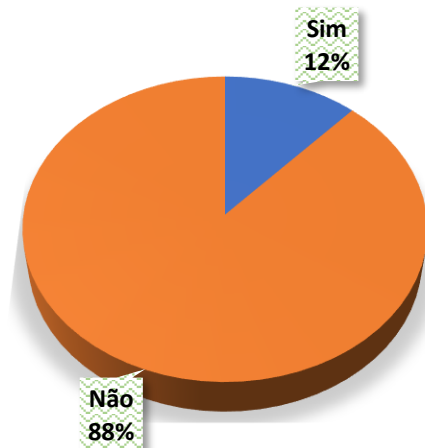
Na contabilização dos questionários, foram 130 moradores que responderam que em suas casas possuem pessoas portadoras de necessidades especiais, o que corresponde a um total de 12% e quando contabilizamos o somatório destas pessoas, chegamos a 135 moradores portadores de necessidades especiais. Como o PMCMV preconiza 10% das residências destinadas a este público, podemos concluir que o residencial está dentro da norma vigente. Por outro lado, em sua maioria absoluta, ou seja 88% dos entrevistados, responderam que não há pessoas portadoras de necessidades especiais em suas residências. O que se pode visualizar que não acessibilidades, pois não há elevadores nos prédios destes programas habitacionais, então há uma preocupação para que essas pessoas residam no térreo.

Quadro 12 - Resultado do quantitativo de residências com pessoas portadoras de necessidades especiais no residencial Jardim Açucena

	Sim	Não	Quantas?
Resposta	130	971	151
Porcentagem	12%	88%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 17 – Resultado do quantitativo de residências com pessoas portadoras de necessidades especiais no residencial Jardim Açucena



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

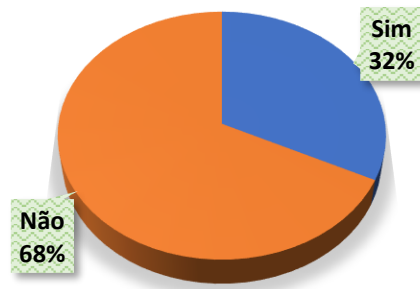
f.No seu bloco há síndico ou líder?

Essa pergunta visa entender quem são os tomadores de decisões dos blocos e quadras do residencial Jardim Açucena, embora muitos entrevistados relataram insatisfação com os seus líderes. Pelo quadro podemos ver que em sua maioria 68% não possuem tomadores de decisões, mas em 32% há sim um líder.

Quadro 13 - Resultado do quantitativo de residências que possuem síndicos ou líderes em seus blocos		
	Sim	Não
Resposta	355	746
Porcentagem	32%	68%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 18 – Resultado do quantitativo de residências que possuem síndicos ou líderes em seus blocos



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.2.2 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial Jardim Açucena

a. Seu CADÚNICO está atualizado?

O CADÚNICO é o cadastro das famílias de baixa renda em um banco de dados para que essa família tenha acesso aos programas sociais do governo federal, estadual e municipal. Sua manutenção e atualização por parte da população é de suma importância para compreender o perfil socioeconômico deste público-alvo e a necessidade de intervenção do poder público na intervenção e manutenção das suas condições de vida e de subsistência. Além de manter a regularidade do benefício recebido. É de obrigação e responsabilidade da prefeitura municipal de Macapá, neste trabalho específico, propiciar aos moradores as condições e facilidade para atualização, recadastro e novos cadastros no CADÚNICO. É necessário intervenções do poder público municipal, para que este percentual aumente, pois a não atualização pode acarretar perda ou bloqueio do benefício, como o Bolsa Família, por parte do Governo Federal, Renda para Viver Melhor do governo do estado do Amapá, dentre outros. Apenas 68% da população do residencial apresenta seu CADÚNICO atualizado, ou seja, um total de 747 famílias, os outros 32% não possui essa atualização, computando 354.

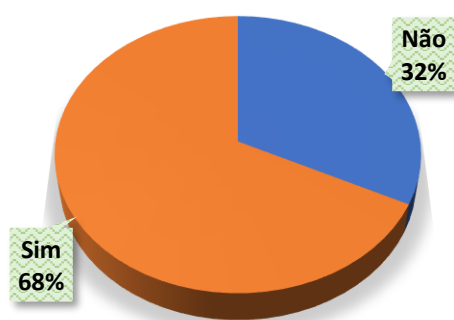
Quadro 14 - Resultado do quantitativo de residências que possuem pessoas que estão com o CADÚNICO atualizado

	Sim	Não

Resposta	747	354
Porcentagem	68%	32%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 19 – Resultado do quantitativo de residências que possuem pessoas que estão com o CADÚNICO atualizado



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Você ou alguém da sua família recebe benefício social, seja municipal, estadual ou federal?

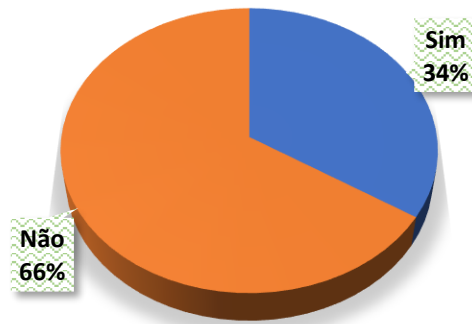
Esta pergunta visa entender o papel do poder público na manutenção da subsistência deste público alvo, com políticas de distribuição de renda. Podemos verificar que 34% recebem ou já receberam benefício social e por outro lado 66%, sua grande maioria não recebe ou não recebeu nenhum benefício, quer seja por parte de qualquer esfera do poder público. É necessário que os entes públicos deem mais atenção a essas famílias, pois em sua maioria, o que veremos abaixo, 52% das famílias, ou seja 574 residências, possuem uma renda menor que um salário-mínimo.

Quadro 15 - Resultado do quantitativo de pessoas que recebem ou receberam benefício social do poder público no residencial Jardim Açucena

	Sim	Não
Resposta	375	726
Porcentagem	34%	66%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 20 – Resultado do quantitativo de pessoas que recebem ou receberam benefício social do poder público no Residencial Jardim Açucena



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou já recebeu?

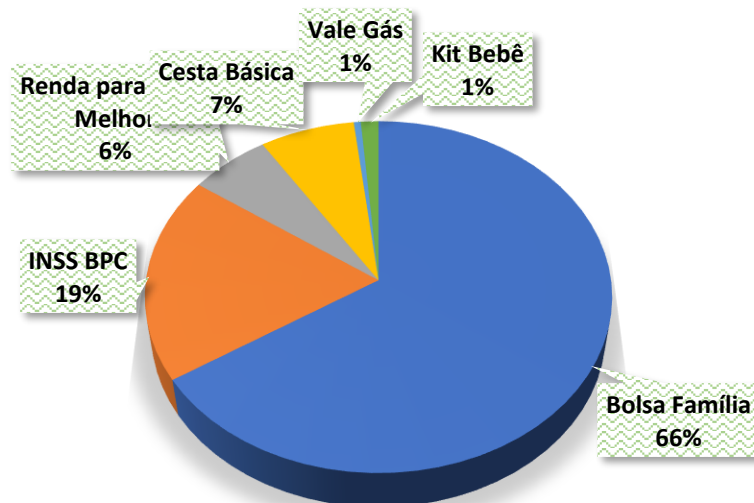
Dentre as respostas afirmativas do item b, podemos dividir a quantidade e a porcentagem sobre o total de 375 pessoas que são contempladas com algum tipo de benefício social, seja municipal, estadual ou federal. Podemos extrair deste gráfico que 66%, ou 247 dos entrevistados neste quesito recebem a Bolsa Família, benefício contínuo do governo federal. Por outro lado, apenas 9% destes entrevistados recebem ou receberam benefícios eventuais da prefeitura de Macapá, que é o somatório dos benefícios cesta básica, vale gás e kit bebê, um índice muito baixo e aquém da real necessidade desta população. Este indicador propicia a PMM a realizar estudos sobre quais políticas deverá implementar no residencial. Já 6% ou 23 famílias recebem o Renda para viver Melhor, programa do Governo do Estado e 19% ou 71 familiares recebem aposentadorias, como o INSS e o BPC. Todos estes dados estão exemplificados conforme o quadro e gráfico abaixo:

Quadro 16 - Resultado do tipo de benefício social que o morador do residencial Jardim Açucena recebe ou já recebeu do poder público						
	Bolsa Família	INSS BPC	Renda para Viver Melhor	Cesta Básica	Vale Gás	Kit Bebê
Resposta	247	71	23	27	2	5

Porcentagem	66%	19%	6%	7%	1%	1%
-------------	-----	-----	----	----	----	----

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 21 – Resultado do tipo de benefício social que o morador do residencial Jardim Açucena recebe ou já recebeu do poder público



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d.Quais os espaços ou serviços públicos você tem acesso perto do Habitacional Jardim Açucena?

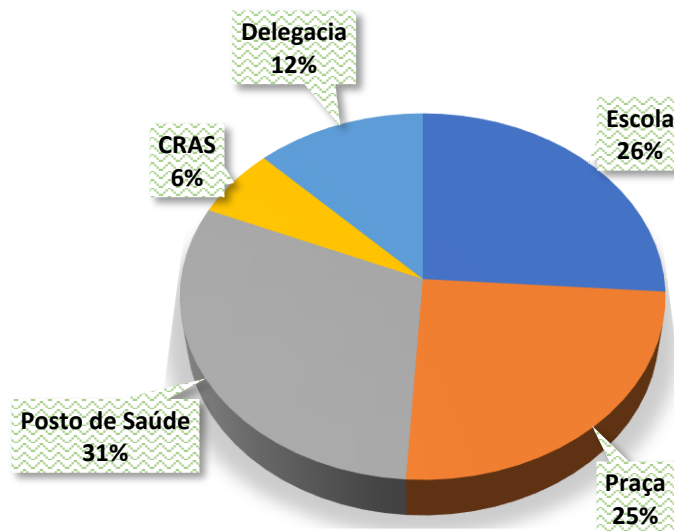
Nesta Pergunta, o morador teve a opção de escolher mais de uma opção de resposta, então a porcentagem será calculada sobre total para cada uma. Pode se observar que ainda faltam escolas próximas às residências para atender a demanda destes moradores, pois somente 62% possuem acesso. Ao lazer, que são as praças, podemos ver que a maioria tem acesso, ou seja, 60%, já o maior acesso é á saúde, sendo que 73% dos entrevistados responderam ter acesso ao serviço da atenção básica ofertado pela PMM. Á serviços do centro de referência a assistência social – CRAS, apenas 15% responderam que possuem acesso, ou seja, um número muito baixo, pois nestes centros administrados pela PMM, os usuários podem acessar benefícios eventuais como cestas básicas, vale gás, kit bebê, além de realizar inscrição e atualizar o CADÚNICO. Mais um dado para que a PMM possa implantar políticas de acesso a estes locais. Quanto a delegacias e serviços de segurança pública, neste caso, ofertado pelo governo do estado, podemos verificar que 30% da população possui acesso. Seguem os dados abaixo para comparação.

Quadro 17 - Resultado do tipo de espaços ou serviços públicos que os moradores possuem acesso perto do Habitacional Jardim Açucena

	Escola	Praça	Posto de Saúde	CRAS	Delegacia
Resposta	686	655	800	162	326
Porcentagem	62%	60%	73%	15%	30%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 22 – Resultado do tipo de espaços ou serviços públicos que os moradores têm acesso perto do Habitacional Jardim Açucena



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

e. Você ou alguém da sua residência participa de projetos sociais no residencial?

Podemos verificar que em quase sua totalidade as pessoas não participam de projetos sociais, ou seja, 92%, um total de 1012 famílias, entretanto 38% possuem vontade de participar de algum projeto. Apenas 8% dos entrevistados participam ou possuem alguém na família que tem acesso a projetos sociais no residencial. Estes dados norteiam o poder público, as associações, ONGs, instituições, dentre outros a desenvolver atividades de lazer, recreação e capacitação para os moradores.

Quadro 18 - Resultado da participação dos moradores em projetos sociais no residencial Jardim Açucena		
	Sim	Não
Resposta	89	1012
Porcentagem	8%	92%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

f. Você tem interesse de participar de projetos sociais no residencial Jardim Açucena?

Aqui podemos constatar o que foi citado acima, 38% ou 419 dos entrevistados possuem vontade de participar de algum projeto social no residencial, e em sua grande maioria, 62%, 682 pessoas não possuem essa vontade, muitas vezes por descredito na política pública, por não ver a possibilidade de acontecer de forma séria e contínua ou por já ter se decepcionado com as atividades ofertadas.

Quadro 19 - Resultado do interesse dos moradores em participação de projetos sociais no residencial Jardim Açucena		
	Sim	Não
Resposta	419	682
Porcentagem	38%	62%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

g. Qual o tipo de projetos sociais você tem interesse de participar no residencial Jardim Açucena?

Nesta pergunta, o morador teve a opção de escolher mais de uma opção, então a porcentagem será calculada sobre o total para cada resposta. Lembrando que essa porcentagem é sobre o número de 419 pessoas que responderam sim, têm interesse de participar ou colocar algum membro da família em projetos sociais no residencial. Conforme tabela abaixo a maioria, ou seja, 48% ou 200 pessoas gostariam que fosse proporcionado aulas de futebol, em seguida, 26% ou 109 participantes responderam que gostariam de aulas de balé, em terceiro ambos com 22% e 94 pessoas, gostariam de realizar aulas de

ginástica e música, já 13% ou 53 pessoas fariam capoeira e 16% fariam outras atividades. Estes resultados agregados a ações efetivas trariam satisfação da população residente na área e uma nova percepção desta política pública.

Quadro 20 - Resultado do tipo de atividade que os moradores do residencial Jardim Açucena gostariam que fosse implantada pelo poder público						
	Futebol	Música	Balé Infantil	Ginástica	Capoeira	Outros
Resposta	200	94	109	94	53	69
Porcentagem	48%	22%	26%	22%	13%	16%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

h. Você tem interesse de participar de cursos profissionalizantes no residencial Jardim Açucena?

O quadro abaixo nos mostra que a população está relativamente dividida em relação a participação em cursos de capacitação no residencial, a metade tem interesse e a outra não, isso reflete o desgaste do poder público que por muitos anos vem negligenciar a população dos residenciais de Macapá e por outro lado, muitos moradores por conta própria procuraram se capacitar e abrir seu próprio negócio, pois precisam aumentar a renda familiar para sobreviver. Acredito que a partir do momento que se implanta uma política pública e a mantém, vai se criando uma percepção na população de credibilidade do serviço e os índices podem vir a melhorar, inclusive com a vontade de participação.

Quadro 21 - Resultado do interesse dos moradores do residencial Jardim Açucena em participar de cursos		
	Sim	Não
Resposta	548	553
Porcentagem	50%	50%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

i.Qual curso profissionalizantes você gostaria que fosse ofertado no residencial Jardim Açucena?

Nesta pergunta o morador teve a opção de escolher mais de uma opção, então a porcentagem será calculada sobre total para cada resposta. Quantidade e porcentagem sobre o total de 548 pessoas que têm interesse de participar ou colocar algum membro da família em cursos. A grande maioria 283 ou 52%, gostariam de participar de cursos de informática, já 34%, ou 186 pessoas em fazer cursos de culinária, 19% ou 104 pessoas em fazer cursos relacionados a artesanato e 79 pessoas, correspondente a 14% disseram fazer outros cursos, todos estes dados estão exemplificados conforme quadro abaixo:

Quadro 22 - Resultado do tipo de curso profissionalizante que os moradores gostariam que fosse ofertado no residencial Jardim Açucena					
	Informática	Culinária	Beleza	Artesanato	Outros
Resposta	283	186	166	104	79
Porcentagem	52%	34%	30%	19%	14%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.2.3 Perfil Econômico Dos Moradores Do Residencial Jardim Açucena

É de suma importância a capacitação destes moradores, inserção no mercado de trabalho e a geração de renda, pois muitos encontram se em situação de pobreza ou com renda baixa. Com essa análise identificamos o perfil dos moradores em relação ao mercado de trabalho e a sua perspectiva de melhoria de vida e crescimento profissional.

a.Qual sua situação no mercado de trabalho?

Esta análise nos permite entender que a maioria, 24% ou 266 pessoas são autônomos sem registro, ou seja, trabalham na informalidade, deixam de gerar impostos, vivem na invisibilidade, comparando com os que possuem registro, há uma grande diferença, pois apenas 3%, ou 30 pessoas possuem. Os desempregados são em número de 23% ou 256, trabalhador com carteira assinada 15% e que trabalha sem registro temos 9%, 95 pessoas. Diaristas são 9%, ou 99

peças, funcionário público e pensionistas ambos com 4%, e por últimos os aposentados com benefícios do INSS ou BPC somam 9% ou 97 pessoas, conforme quadro abaixo:

Quadro 23 - Resultado da situação dos moradores do residencial Jardim Açucena em relação ao mercado de trabalho		
	Resposta	Porcentagem
Aposentado	97	9%
Autônomo COM Registro	30	3%
Autônomo SEM Registro	266	24%
Desempregado	256	23%
Diarista	99	9%
Funcionário Público	48	4%
Pensionista	40	4%
Trabalhador COM carteira assinada	170	15%
Trabalhador SEM carteira assinada	95	9%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Qual a Renda mensal da família?

Interessante essa análise, porque nenhuma família respondeu que sua renda familiar está acima de 4 salários-mínimos, o que também vai de assertividade da política pública de distribuição de moradia digna as famílias mais carentes e no que preconiza o PMCMV. A maioria das famílias, ou seja, 52% ou 574, vivem com menos de um salário-mínimo, 46% ou 508 famílias vivem com 1 a 2 salários-mínimos e apenas 2% dos entrevistados ou 19 famílias vivem com até 4 salários-mínimos. Estes dados norteiam os agentes públicos a criarem políticas publicas de geração de emprego e renda além de distribuição de renda através de programas e benefícios eventuais para essa população.

Quadro 24 - Resultado da renda familiar dos moradores do residencial Jardim Açucena

	Menos de Um Salário-Mínimo	01 até 02 Salários-Mínimos	02 a 04 Salários-Mínimos	Mais de 04 Salários-Mínimos
Resposta	574	508	19	0
Porcentagem	52%	46%	02%	0%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c.Você exerce alguma atividade econômica no residencial?

Muitas pessoas procuraram obter uma renda extra trabalhando no próprio residencial, são 145 pessoas, ou 13% que desenvolveram em sua própria residência ou em “puxadinhos” empreendimentos que geram renda. Por outro lado, 87% não desenvolve nenhuma atividade econômica.

Quadro 25 - Resultado do exercício de atividade econômica no residencial Jardim Açucena

	Sim	Não
Resposta	145	956
Porcentagem	13%	87%

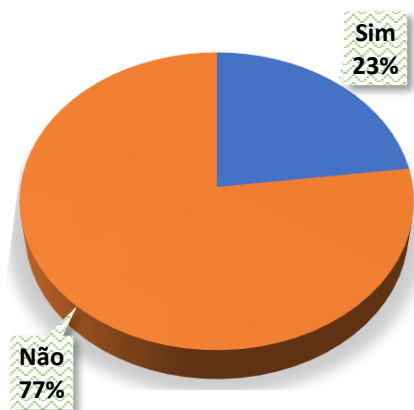
Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d.Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu Próprio Negócio?

Então acrescentamos essa pergunta com a finalidade de entender se as pessoas querem trabalhar no próprio residencial, querem expandir ou não o seu negócio existente, a resultado foi que 23% possuem a intenção de abertura ou expansão e 77% não possui interesse, conforme detalhado em gráfico abaixo:

Gráfico 23 – Resultado da intenção de abertura ou ampliação do próprio negócio

Fonte:
PMM,



SEMAS, CDM, 2021

Quadro 26 - Resultado da intenção de abertura ou ampliação do próprio negócio		
	Sim	Não
Resposta	253	848
Porcentagem	23%	77%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.3 Residencial Mestre Oscar

A pesquisa foi feita com 394 moradores, totalizando 75% das famílias dos residentes do habitacional Mestre Óscar, os outros 25% não quiseram responder ou as residências encontravam fechadas ou abandonadas, ou seja, temos uma pesquisa com $\frac{3}{4}$ de todos os imóveis, um número muito bom para se conhecer o perfil socioeconômico e proporcionar a implantação de políticas públicas de resultado.

Realizou se 13 perguntas relacionadas ao perfil familiar, social e econômico, dentre elas, quantitativo de pessoas que moram na residência, acesso a benefícios sociais, situação no mercado de trabalho e sugestões destes moradores para projetos sociais e cursos a serem implantados no residencial além da melhoria na estrutura ao entorno.

4.3.1 Perfil Familiar Dos Moradores Do Residencial Mestre Oscar

a. Quantas pessoas moram na sua residência?

Estas próximas perguntas visam compreender o número de moradores por residências e sua faixa etária. São 118 residências com mais de 4 moradores, ou 30%. Já com 5 pessoas são 20% ou 77 residências, com 3 pessoas são 18% ou 72 residências, mais de 6 pessoas por família são 11%, 2 pessoas são 9% ou 35 casas, 6 pessoas 29 casas, ou 7% e apenas 19 residências possuem pessoas que residem sozinhas. Podemos exemplificar todos estes dados abaixo:

Quadro 27 - Resultado do quantitativo de moradores nas residências do residencial Mestre Oscar							
	Mora Sozinho	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	6 pessoas	Mais de 6 pessoas
Resposta	19	35	72	118	77	29	44
Porcentagem	5%	9%	18%	30%	20%	7%	11%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Tem crianças na sua casa?

Neste residencial podemos verificar uma grande maioria de residências com crianças, ou seja, 62% das casas possuem uma ou mais crianças, totalizando 432, ou seja, praticamente uma por residência. Embora haja um número expressivo de crianças por todo o residencial, podemos constatar que 38% das casas não as possuem.

Quadro 28 - Resultado do quantitativo de crianças nas residências do residencial Mestre Oscar		
Sim	Não	Total de Crianças
246	148	432
62%	38%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Tem adolescente na sua casa?

Podemos analisar que há menos adolescentes que crianças no residencial, um total de 208, e em 43% das residências. Os outros 57% responderam não.

Quadro 29 - Resultado do quantitativo de adolescentes nas residências do residencial Mestre Oscar		
Sim	Não	Total de Adolescentes
169	225	208
43%	57%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Tem idoso na sua casa?

No residencial Mestre Oscar também podemos perceber que foi atingido o percentual mínimo de 5% de residências destinadas a idosos ou a famílias que tenham membros idosos, conforme as regras do PMCV do governo federal. São 52 casas que responderam sim ao questionário, um total de 14% com a presença de idosos e contabilizando 60 idosos nestas residenciais e o restante de 86%, ou 338 não possuem.

Quadro 30 - Resultado do quantitativo de idosos nas residências do residencial Mestre Oscar		
Sim	Não	Total de Idosos
56	338	60
14%	86%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

e. Tem pessoas portadoras de necessidades especiais na sua casa?

Os questionários apontam que 31 residências, ou 8% possuem pessoas portadores de necessidades especiais, chegamos 31 moradores

portadores de necessidades especiais. Como o PMCMV preconiza 10% das residências destinadas a este público, podemos concluir que o residencial não está dentro da norma vigente. Por outro lado, em sua maioria absoluta, ou seja 92% dos entrevistados, responderam que não há pessoas portadoras de necessidades especiais em suas residências. O que se pode visualizar que há acessibilidades, pois este residencial é constituído apenas por casas, o que facilita o acesso destas pessoas, mas o que se nota é uma contradição, local com mais acessibilidade tem a menor percentagem deste público-alvo e requisito obrigatório para o PMCMV.

Quadro 31 - Resultado do quantitativo de pessoas portadoras de necessidades especiais nas residências do residencial Mestre Oscar

Sim	Não	Total
31	363	31
8%	92%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.3.2 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial Mestre Oscar

a. Você ou alguém da sua casa recebe ou recebeu benefício social do poder público?

O poder público tem por obrigação a manutenção da subsistência deste público alvo, com políticas de distribuição e geração de renda. Podemos verificar que 38% ou 149 familiares recebem ou já receberam benefício social e por outro lado 62%, ou 245 residências, sua grande maioria não recebe ou não recebeu nenhum benefício, pelo poder público.

Quadro 32- Resultado do quantitativo de pessoas que recebem ou receberam benefício social do poder público no residencial Mestre Oscar

Sim	Não
149	245

38%	62%
-----	-----

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou já recebeu?

Baseados na resposta afirmativa do item a, podemos dividir a quantidade e a porcentagem sobre o total de 149 pessoas que são contempladas com algum tipo de benefício social, seja municipal, estadual ou federal. Podemos extrair deste gráfico que 86%, ou 131 dos entrevistados neste quesito recebem a Bolsa Família, benefício contínuo do governo federal. Por outro lado, apenas 5% destes entrevistados recebem ou receberam benefícios eventuais da prefeitura de Macapá, que é o somatório dos benefícios cesta básica, vale gás e kit bebê, um índice muito baixo e aquém da real necessidade desta população. Este indicador propicia a PMM a realizar estudos sobre quais políticas deverá implementar no residencial. Já 0% famílias recebem o Renda para viver Melhor, programa do Governo do Estado, outro dado importante, o Governo estadual tem por obrigação intervir com políticas públicas de distribuição de renda, pois este publico alvo possui perfil e necessidade para ser contemplado. O último dado relativo ao INSS e o BPC, apontam que 9% ou 13 familiares o recebem. Todos estes dados estão exemplificados conforme o quadro e gráfico abaixo:

Quadro 33 - Resultado do tipo de benefício social que o morador do residencial Mestre Oscar recebe ou já recebeu do poder público					
Bolsa Família	INSS BPC	Renda para Viver Melhor	Cesta Básica	Vale Gás	Kit Bebê
131	13	0	4	2	2
86%	9%	0%	3%	1%	1%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Quais espaços ou serviços públicos você tem acesso perto do Habitacional?

O morador teve a opção de escolher mais de uma opção de resposta, então a porcentagem será calculada para cada uma sobre total. Pode se observar que ainda faltam muitas escolas próximas às

residências para atender a demanda destes moradores, pois somente 50%, a metade, ou 197 possuem acesso, isso é preocupante, pois educação é a base para o desenvolvimento do ser humano. Ao lazer, que são as praças, podemos ver que a maioria tem acesso, ou seja, 59%, ou 279 famílias. O maior acesso á saúde é alarmante, apenas 13% dos entrevistados responderam ter acesso ao serviço da atenção básica ofertado pela PMM, ou 52 famílias. Este dado já norteia a PMM para planejar a construção e implantação de serviços de atenção básica no residencial ou nas proximidades. Á serviços do centro de referência a assistência social – CRAS, apenas 4% responderam que possuem acesso, ou seja, um número muito baixo, pois nestes centros administrados pela PMM, os usuários podem acessar benefícios eventuais como cestas básicas, vale gás, kit bebê, além de realizar inscrição e atualizar o CADÚNICO. Mais um dado para que a PMM possa implantar políticas de acesso a estes locais. Quanto a delegacias e serviços de segurança pública, neste caso, ofertado pelo governo do estado, podemos verificar que 4% da população possui acesso, outro dado muito aquém do que a população precisa. Este residencial, pela coleta e análise dos dados, precisa urgente de políticas públicas de resultado, tanto na saúde, quanto educação e segurança pública. O que envolve todas as esferas municipal, estadual e federal. Seguem os dados abaixo para comparação.

Quadro 34 - Resultado do tipo de espaço ou serviços públicos que os moradores têm acesso perto do habitacional Mestre Oscar				
Escola	Praça	Posto de Saúde	CRAS	Delegacia
197	279	52	17	17
50%	59%	13%	4%	4%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Alguém da sua residência participa de projetos sociais?

Relato dos entrevistados é que no habitacional havia projetos sociais implantados, dentre eles, escolinha de futebol, aulas de violão, balé infantil e capoeira. Que por conta dos decretos municipais e estaduais de enfrentamento a Covid 19, tiveram de ser paralisados e não foram retomados até o ano de 2021. Com isso, 100%, ou seja, 394 famílias que responderam a. esta pergunta não participam de nenhum projeto

no residencial. Isso mostra que as atividades precisam retornar para proporcionar esporte, lazer, educação e socialização dos moradores.

Quadro 35 - Resultado da participação dos moradores em projetos sociais no residencial Mestre Oscar	
Sim	Não
0	394
0%	100%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

e. Qual projeto social gostaria que fosse implantado no Habitacional?

O morador teve a opção de escolher mais de uma opção, então a porcentagem sobre as 394 pessoas que responderam sim, tem interesse de participar ou colocar algum membro da família em projetos sociais no residencial, será calculada sobre o total para cada resposta. Conforme tabela abaixo a maioria, ou seja, 54% ou 211 pessoas gostariam que fosse implantado um posto policial, para melhorar a segurança pública, em seguida, 53% ou 210, responderam que gostariam que houvesse distribuição de benefícios eventuais como cestas básicas, em terceiro com 50%, metade da população gostaria que se fosse construído uma quadra poliesportiva para atividades de lazer e esporte, com 49% ou 194 pessoas, gostariam que fosse implantado um posto de saúde por parte da PMM para atender as necessidades de saúde básica dos moradores, já 26% ou 103 pessoas ficariam felizes em ter uma creche para que matriculasses seus filhos e assim pudessem realizar cursos de capacitação e adentrar no mercado de trabalho, proporcionando uma renda extra para a família. Estes resultados agregados a ações efetivas trariam satisfação da população residente na área e uma nova percepção da política pública.

Quadro 36 - Resultado do tipo de atividade que os moradores do residencial Mestre Oscar gostariam que fosse implantada pelo poder público		
Academia ao ar livre	2	1%

Cesta básica	210	53%
Creche	103	26%
Posto de saúde	194	49%
Posto Policial	211	54%
Esportes/Quadra	197	50%
Praça	4	1%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.3.3 Perfil Econômico Dos Moradores Do Residencial Mestre Oscar

Podemos constatar que há necessidade de geração de emprego e renda, inclusive de formalização das pessoas no mercado de trabalho, o que melhoraria não só o perfil econômico, mas a dignidade de se viver destas famílias. Seria um esforço conjunto entre as esferas de poder público, iniciativa privada e instituições não governamentais, para que políticas públicas fossem implantadas e gerassem resultados efetivos a curto, médio e longo prazo.

a. Qual a sua situação no mercado de trabalho?

Estes dados nos permitem analisar que a maioria, 33% ou 131 chefes de família estão desempregados, em seguida 15%, ou 58 pessoas são autônomos sem registro, ou seja, trabalham na informalidade, deixam de gerar impostos, vivem na invisibilidade, comparando com os que possuem registro, há uma grande diferença, pois apenas 6%, ou 24 pessoas possuem. Os trabalhadores com carteira assinada 12% e que trabalham sem registro temos também 12%, 46 pessoas. Diaristas são 10%, ou 38 pessoas, funcionário público e pensionistas ambos com 2%, e por últimos os aposentados com benefícios do INSS ou BPC somam 8% ou 32 pessoas.

Isso nos propicia a visualizar muitos desempregados, ou seja, há a necessidade de capacitação e geração de empregos e renda por parte do poder público, da iniciativa privada, pois mão de obra ativa há nestes locais. Seque abaixo quadro que demonstra todos estes dados.

Quadro 37 - Resultado da situação dos moradores do residencial Mestre Oscar em relação ao mercado de trabalho

Aposentado	32	8%
Autônomo COM Registro	24	6%
Autônomo SEM Registro	58	15%
Desempregado	131	33%
Diarista	38	10%
Funcionário público	9	2%
Pensionista	10	2%
Trabalhador COM carteira assinada	46	12%
Trabalhador SEM carteira assinada	46	12%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Renda mensal da família

Podemos verificar que nenhuma família entrevistada recebe acima de 4 salários-mínimos, ou seja, neste quesito a política pública foi eficaz, pois atendeu famílias de baixa renda, com moradia digna. A maioria 61% ou 242 famílias recebem menos de 1 salário-mínimo, em seguida 145 famílias, ou 37% dos entrevistados recebem até 2 salários-mínimos e apenas 2% ou 7 famílias recebem até 4 salários-mínimos, conforme quadro abaixo:

Quadro 38 - Resultado da renda familiar dos moradores do residencial Mestre Oscar

Menos de 1 salário mínimo	1 até 2 salários mínimos	2 a 4 salários mínimos	Mais de 4 salários mínimos
242	145	7	0
61%	37%	2%	0%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Você exerce alguma atividade econômica no residencial?

Para obter uma renda extra trabalhando no próprio residencial, 38 pessoas, ou 10% desenvolveram em sua própria residência ou em “puxadinhos” empreendimentos que geram renda. Por outro lado, 90% não desenvolve nenhuma atividade econômica no residencial, conforme quadro abaixo:

Quadro 39 - Resultado moradores do residencial Mestre Oscar	
Sim	Não
38	356
10%	90%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu próprio negócio?

Analisando esta resposta podemos perceber que não só os moradores que já possuem seus empreendimentos possuem intenção de os aumentar, como outras pessoas também querem ter seu próprio negócio no residencial, isso contabiliza 1/4 ou 97 pessoas e por outro lado cerca de 75% não gostariam de trabalhar no residencial, conforme quadro abaixo:

Quadro 40 - Resultado da renda familiar dos moradores do residencial Mestre Oscar	
Sim	Não
97	297
25%	75%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.4 Residencial São José

Essa pesquisa foi feita com 1214 moradores, totalizando 84,31% das famílias residentes no habitacional, sendo que pouco mais de 155 não responderam ou estavam com as residências vazias ou

abandonadas. Foram 16 perguntas relacionadas ao perfil familiar, social e econômico, dentre elas, quantitativo de pessoas que moram na residência, idade, acesso a benefícios sociais e a programas que exigem o CADUNICO atualizado, situação no mercado de trabalho, se há liderança para tomada de decisões nos blocos de apartamentos, se desenvolvem atividades tanto de lazer e sociais quanto de geração de renda no habitacional, sugestões para projetos sociais e para a implantação de serviços de saúde, educação, lazer e segurança.

4.4.1 Perfil Familiar Dos Moradores Do Residencial São José

a. Quantas pessoas moram na residência, incluindo você?

Quanto a quantidade de pessoas que moram em cada apartamento, 11% ou 131 dos entrevistados informaram que moram sozinhos, 16% ou 191, informam que moram 2 pessoas no apartamento, 19% ou 232 informaram morar 3 pessoas, 22% ou 271 informaram morar 4 pessoas, 16% ou 198 informaram morar 5 pessoas, 9% ou 113 informaram morar 6 pessoas, 7% ou 78 informaram morar mais de 6 pessoas. Podemos verificar que a maior parte dos apartamentos possuem 4 moradores.

O quadro abaixo mostra o quantitativo de pessoas que moram em cada apartamento, incluindo o titular ou morador.

Quadro 41 - Resultado do quantitativo de moradores nas residências do Residencial São José							
	Mora Sozinho	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	6 pessoas	Mais de 6 pessoas
Resposta	131	191	232	271	198	113	78
Porcentagem	11%	16%	19%	22%	16%	9%	7%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Há crianças na sua casa, ou seja, morador até 14 anos de idade?

Quanto às informações sobre o a existência de crianças na composição familiar, 44% dos entrevistados informaram ter crianças

residindo no apartamento; e 56% disseram não haver crianças na composição familiar. Segundo os dados do levantamento, 824 crianças moram no Residencial São José. Segue abaixo o quadro demonstrativo:

Quadro 42 - Resultado da existência e do quantitativo de crianças nas residências do Residencial São José			
	Sim	Não	Quantas?
Resposta	532	682	824
Porcentagem	44%	56%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Tem adolescente na sua casa?

De acordo com o quadro abaixo, sobre a existência e quantitativo de adolescentes, a maioria dos entrevistados, 73% informou não conter adolescentes na composição familiar, ou seja, 891 residências, os outros 27% ou 323 dos entrevistados relatam que contém adolescentes em casa. O total de adolescente nestas residências que responderam positivo para a pergunta é de 396. Quando comparamos com o número de crianças, este apresenta quase três vezes mais, sendo 824 e 44%. Segue abaixo o quadro demonstrativo:

Quadro 43 - Resultado da existência e do quantitativo de adolescentes nas residências do Residencial São José			
	Sim	Não	Quantas?
Resposta	323	891	396
Porcentagem	27%	73%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Tem idoso na sua casa?

Foi identificado o total de 260 idosos nas residências do residencial São José que responderam positivo para a pergunta, ou seja, em 21% dos apartamentos dos moradores entrevistados, possuem idosos e por outro lado, 79% ou 975 das residências não possuem idosos em sua composição familiar. O que atende ao preconizado pelas regras

do PMCMV, que exige que 5% das residências sejam entregues a idosos ou a famílias que os possuem em sua composição. Segue quadro abaixo, que melhor exemplifica este item:

Quadro 44 - Resultado da existência e o quantitativo de idosos nas residências do Residencial São José			
	Sim	Não	Quantas?
Resposta	239	975	260
Porcentagem	21%	79%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

e. Tem pessoas portadoras de necessidades especiais na sua casa?

Analisando os dados verificamos que 13% dos moradores entrevistados informaram que há pessoas com deficiência residindo no apartamento. Totalizando 180 pessoas com deficiência no Residencial São José, uma por apartamento que respondeu sim a essa questão. O que atende ao preconizado pelas regras do PMCMV, que exige que 10% das residências sejam entregues a este grupo de pessoas ou a famílias que os possuem em sua composição. Segue quadro abaixo, que melhor exemplifica este item:

Quadro 45 - Resultado da existência e o quantitativo de pessoas portadoras de necessidades especiais nas residências do Residencial São José			
	Sim	Não	Quantas?
Resposta	180	1034	180
Porcentagem	13%	87%	

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.4.2 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial São José

Essas perguntas visam entender qual o acesso a benefícios sociais e eventuais essas famílias possuem, que seja do poder público municipal, estadual ou federal.

a. Seu CAD ÚNICO está atualizado?

Todos os moradores entrevistados possuem CADÚNICO, 65% o mantêm atualizado e os outros 35% estão desatualizados, o que impede que essas famílias tenham acesso a novos benefícios. O CADÚNICO é o cadastro das famílias de baixa renda em um banco de dados para que essa família tenha acesso aos programas sociais do governo federal, estadual e municipal. Sua manutenção e atualização por parte da população é de suma importância para compreender o perfil socioeconômico deste público-alvo e a necessidade de intervenção do poder público na intervenção e manutenção das suas condições de vida e de subsistência. Além de manter a regularidade do benefício recebido. É de obrigação e responsabilidade da prefeitura municipal de Macapá, neste trabalho específico, propiciar aos moradores as condições e facilidade para atualização, recadastro e novos cadastros no CADÚNICO. É necessário intervenções do poder público municipal, para que este percentual aumente, pois a não atualização pode acarretar perda ou bloqueio do benefício, como o Bolsa Família, por parte do Governo Federal, Renda para Viver Melhor do governo do estado do Amapá, dentre outros.

Quadro 46 - Resultado da quantidade de famílias que estão com seu CADÚNICO atualizado residências do Residencial São José

	Sim	Não
Resposta	793	421
Porcentagem	65%	35%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. No seu bloco ou quadra existe Síndico ou Líder?

Com essa pergunta pode se evidenciar que há uma hierarquia no residencial, pois 66% ou 803 dos entrevistados informaram que existe um síndico ou líder, geralmente da Quadra, e não do bloco e o restante 34% ou 411 pessoas informaram não haver um líder. Entretanto a opinião generalizada avalia como péssima a atuação dos síndicos ou líderes existentes. Reclamações como falta de limpeza, falta de políticas de segurança, som alto, entre outras situações, que segundo os moradores, o síndico deveria tomar providências, mas a função do síndico muitas vezes é deturpada, pois em muitos quesitos dos

questionamentos, ele pode apenas cobrar por parte do poder público que tome as devidas providências.

Quadro 47- Resultado da existência de síndico ou líderes nas quadras ou blocos do residencial São José

	Sim	Não
Resposta	803	411
Porcentagem	66%	34%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c.Você ou alguém da sua casa recebe benefício social municipal, estadual ou federal?

Foram identificados em 42% ou 511 dos apartamentos, que pelo menos uma pessoa recebe ou recebeu algum tipo de benefício social ou assistencial do poder público municipal, estadual ou federal. Entretanto a vasta maioria 58% ou 703 residências não recebe ou não recebeu nenhum auxílio, quer seja permanente ou eventual. Há aqui uma grande reclamação, por esse descaso dos poderes públicos.

Quadro 48 - Resultado da quantidade de pessoas com acesso a benefício social nas residências do residencial São José

	Sim	Não
Resposta	511	703
Porcentagem	42%	58%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d.Qual o tipo de benefício que você ou alguém da sua família recebe?

O principal benefício social que atende as famílias do Residencial São José, é o Bolsa Família, benefício contínuo do governo federal, que atende 64% ou 329 dos que responderam sim ao quesito de serem contemplados com algum tipo de benefício. Seguido pelo INSS e BPC com 26% ou 130 e Renda para viver melhor, do governo do estado do Amapá com 9% ou 43 famílias. Aos benefícios eventuais da prefeitura

de Macapá, que são cestas básicas, vale gás e kit bebê, somando apenas 3% ou 9 famílias receberam, sendo 1% para cada benefício.

Quadro 49– Resultado da divisão do tipo de benefício recebido pelos moradores do residencial São José

	Bolsa Família	INSS BPC	Renda para Viver Melhor	Cesta Básica	Vale Gás	Kit Bebê
Resposta	329	130	43	7	1	1
Porcentagem	64%	26%	9%	1%	1<%	1<%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

e.Quais espaços públicos você tem acesso perto do habitacional?

Escola, Praça, Posto de Saúde e Delegacia são espaços públicos de fácil acesso pelos moradores do Residencial São José, pois estão localizados em bairros vizinhos. Apenas o CRAS de cobertura dessa área que fica um pouco distante do residencial, foi o relatado. Nesta pergunta as pessoas puderam responder a mais de um item, os dados foram baseados no somatório total de respostas. Sendo que 97% ou 1172 famílias possuem acesso ao posto de saúde de atenção básica gerenciado pela PMM, 91% ou 1107 possuem acesso a praças de esporte e lazer, 90% ou 1089 possuem acesso as escolas, 87% ou 1057 possuem acesso a delegacia apenas 36% ou 439 famílias possuem acesso aos CRAS, justamente pelo motivo já mencionado.

Quadro 50– Resultado dos espaços públicos que os moradores possuem acesso próximo ao habitacional

Espaço Público	Resposta	Porcentagem (sobre total)
Escola	1089	90%
Praça	1107	91%
Posto de Saúde	1172	97%
CRAS	439	36%

Delegacia	1057	87%
-----------	------	-----

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Alguém da sua residência participa de projetos sociais?

Assim como nos demais habitacionais, no São José os projetos sociais tiveram suas atividades interrompidas com o agravamento da crise da Pandemia do Covid-19. Contudo, alguns projetos estão com retorno gradual, justificado pela diminuição dos casos de covid e o sucesso na vacinação promovida pela Prefeitura Municipal de Macapá, pois aqui podemos verificar que 10% ou 122 famílias participam destes projetos, entretanto 90% ou 1092 não tem acesso.

Quadro 51- Resultado das famílias participantes de projetos sociais no residencial		
	Sim	Não
Resposta	122	1092
Porcentagem	10%	90%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

e. Você tem interesse de participar de projetos sociais no residencial São José?

No residencial São José, 51% ou 622 dos moradores têm interesse de participar ou integrar projetos sociais e os outros 49% ou 592 não possuem. Entendo que a partir do retorno gradual das atividades haverá um maior interesse da população em participar destes eventos, o que terá de ser verificado em uma nova pesquisa.

Quadro 52 – Resultado do interesse dos moradores em participar de projetos sociais no residencial		
	Sim	Não
Resposta	622	592
Porcentagem	51%	49%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

f. Qual projeto social você gostaria que fosse implantado no Habitacional?

As principais sugestões são os projetos sociais voltados para crianças e adolescentes, para promover a formação de caráter, socialização, educação e para que não estejam vulneráveis a violência e criminalidade. Reforçando que os moradores poderiam responder a mais de uma sugestão. Em sua maioria, com 29% ou 354 citações seria a implantação de escolinhas de futebol, em seguida com 18% ou 223 respostas a ginástica para adultos, com 14% ou 165 balé infantil, em seguida 13% ou 162 a capoeira, com 12% e 150 respostas a música e outros somaram 5% ou 59 pessoas. Segue abaixo quadro explicativo:

Quadro 53 – Resultado dos principais projetos sociais que a população gostaria que fosse implantado no residencial		
Projeto Social	Resposta	Porcentagem (sobre total de entrevistados)
Futebol	354	29%
Música	150	12%
Balé Infantil	165	14%
Ginástica	223	18%
Capoeira	162	13%
Outros	59	5%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

g. Você tem interesse de participar de cursos profissionalizantes no residencial São José?

A maioria dos entrevistados, 56% ou 679, possuem interesse em participar de cursos de capacitação no residencial. Pois somente a certificação, capacitação e aperfeiçoamento os ajudaram a ser inseridos no mercado de trabalho.

Quadro 54 – Resultado do interesse dos moradores do residencial em participar de cursos profissionalizantes

	Sim	Não
Resposta	679	535
Porcentagem	56%	44%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

h. Qual curso profissionalizante você gostaria que fosse ofertado no residencial Jardim Açucena?

As pessoas que responderam sim à pergunta anterior puderam expressar e responder a mais de uma opção sobre qual curso seria interessante ser ofertado no residencial, para além de gerar capacitação, gerar renda e oportunidade para a melhoria da vida das familiares do residencial. A informática tem sido essencial neste mundo globalizado e mais ainda após pandemia, o que fica claro, pois 35% ou 420 pessoas responderam que seria importante o curso, já 18% ou 224 pessoas gostariam de empreender e se capacitar no ramo da beleza, 16% ou 191 pessoas seria no ramo da culinária, 12% ou 145 no artesanato e apenas 5% responderam ser em outros cursos, conforme quadro abaixo:

Quadro 55 – Resultado dos cursos profissionalizantes que os moradores do residencial gostariam que fosse implementado

Curso	Resposta	Porcentagem (sobre total de entrevistados)
Informática	420	35%
Culinária	191	16%
Beleza	224	18%
Artesanato	145	12%
Outros	63	5%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

4.4.3 Perfil Social Dos Moradores Do Residencial São José

a. Situação no mercado de trabalho dos chefes de família

A situação no mercado de trabalho condiz paralelo a renda financeira das familiares, por isso, precisamos analisar o quadro abaixo e em seguida analisar a renda. Abaixo, percebemos que a maioria, 30% ou 361 pessoas estão desempregadas. Outros 21% ou 250 são autônomos sem registro, ou seja, trabalham na informalidade, deixam de gerar impostos, vivem na invisibilidade, comparando com os que possuem registro, há uma grande diferença grande, pois apenas 3%, ou 39 pessoas as possuem. Os trabalhadores com carteira assinada representam apenas 10% ou 123 e que trabalha sem registro temos apenas 6% ou 77 pessoas. Diaristas são 14%, ou 177 pessoas, funcionário público 3% ou 34 e pensionistas do INSS ou BPC com 6% ou 77.

Quadro 56 – Resultado da situação no mercado de trabalho dos chefes de família		
Aposentado	82	7%
Autônomo COM Registro	39	3%
Autônomo SEM Registro	250	21%
Desempregado	361	30%
Diarista	177	14%
Funcionário Público	34	3%
Pensionista	71	6%
Trabalhador COM carteira assinada	123	10%
Trabalhador SEM carteira assinada	77	6%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

b. Renda mensal familiar

Na tabela abaixo é possível identificar que 62% ou 753 das famílias dos entrevistados do Residencial São José sobrevivem com a renda mensal de menos de um salário mínimo. É importante ressaltar que muitas famílias ainda sofrem as perdas econômicas agravadas pela crise global de Covid-19. Enquanto 37% ou 455 das famílias vive com 1

até 2 salários mínimos. Apenas 1% ou 6 possuem renda mensal de 2 a 4 salários mínimos. Não há registros de famílias que possuem renda mensal de mais de 4 salários mínimos, o que ao comparar com a situação do mercado de trabalho nos mostra o paralelo entre baixa renda e desemprego.

Quadro 57 – Resultado da renda mensal familiar			
Menos de 1 salário mínimo	1 até 2 salários mínimos	2 a 4 salários mínimos	Mais de 4 salários mínimos
753	455	6	0
62%	37%	1%	0%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

c. Você exerce alguma atividade econômica no residencial?

Na tabela seguinte, é possível perceber que 16% ou 194 dos entrevistados exercem algum tipo de atividade econômica no residencial. Geralmente estão associadas à venda de comidas (frango assado, açaí, comidas típicas, lanches), venda de vestuário e cosméticos e outros 84% ou 1030 não exercem nenhuma atividade no residencial. Muitas destas atividades são no próprio apartamento ou em “puxadinhos” irregulares, o que pode comprometer a estrutura física do imóvel. Cabe a PMM realizar a fiscalização destas áreas e propor dentro do plano diretor da cidade soluções para que estas pessoas possam empreender, gerar sua renda e melhorar a vida da família

Quadro 58 – Resultado do exercício de atividade econômica no residencial		
	Sim	Não
Resposta	194	1020
Porcentagem	16%	84%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

d. Você tem pretensão de abrir ou ampliar o seu próprio negócio no residencial?

A tabela abaixo mostra que 28% ou 343 dos moradores entrevistados têm o desejo de abrir ou ampliar o próprio negócio, mas encontram dificuldades em relação ao espaço físico necessário para colocar um ponto comercial, pois o espaço do apartamento limita-se apenas para moradia, e também pode haver risco de mexer na estrutura do prédio, por outro lado, a grande maioria, ou seja, 72% ou 871 dos entrevistados não possuem interesse de empreender no residencial. Se houvesse um lugar adequado como feiras ou salas, seria necessário realizar uma nova pesquisa, pois o ambiente favorável poderia modificar os números apresentados aqui.

Quadro 59 – Resultado da pretensão da abertura e/ou ampliação de negócio no residencial

	Sim	Não
Resposta	343	871
Porcentagem	28%	72%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021



5

QUANTITATIVO DE APARTAMENTOS EM SITUAÇÃO REGULAR OU IRREGULAR NOS RESIDENCIAIS:

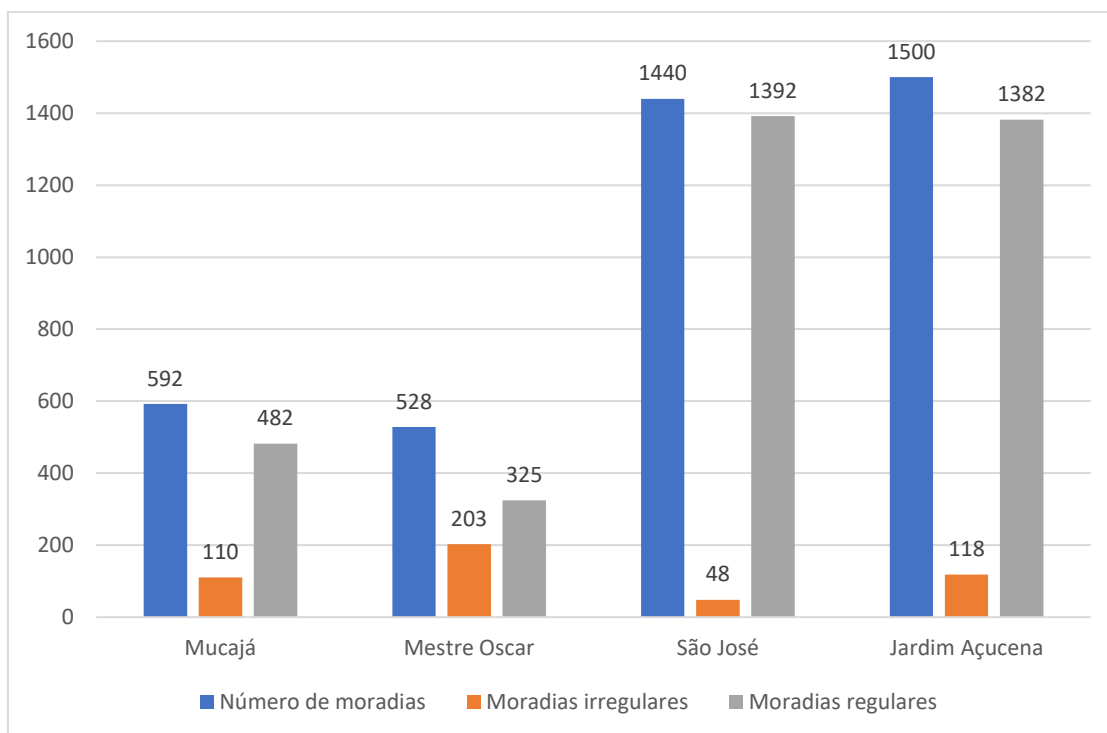
De acordo com os questionários, foram identificados apartamentos com situações regulares e irregulares. Entende-se por situação irregular os apartamentos que foram alugados, vendidos ou com suspeita de venda, cedidos, abandonados e invadidos, por outro lado, os apartamentos regulares são aqueles que a família contemplada reside no imóvel, além de cumprir com todas as suas obrigações financeiras e sociais. Todos estes dados são de suma importância para o poder público, pois se as famílias não se adaptam as regras do PMCMV elas perdem o direito ao imóvel. Sendo assim o governo e as entidades financiadoras do programa, juntamente com os órgãos fiscalizadores, como o Ministério Público Federal, necessitam tomar atitudes para reaver os imóveis em situações irregulares ou regulariza los e assim fazer uma nova distribuição para atender a quem realmente se enquadra nas responsabilidades do programa.

O maior residencial é o complexo de apartamentos Jardim Açucena com 1500 unidades, em seguida o São José com 1440, Mucajá atende 592 famílias e o Mestre Oscar 528, respetivamente. Com o maior número de casas irregulares encontra se o residencial Mestre Oscar 203, seguida pelo Jardim Açucena 118, Mucajá 110 e São José 48. Conforme quadro abaixo:

Quadro 60 – Resultado da comparação do quantitativo de imóveis nos habitacionais e sua situação regular ou irregular			
	Número de moradias	Moradias irregulares	Moradias regulares
Mucajá	592	110	482
Mestre Oscar	528	203	325
São José	1440	48	1392
Jardim Açucena	1500	118	1382

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 24 – Resultado da comparação do quantitativo de imóveis nos habitacionais e sua situação regular ou irregular



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

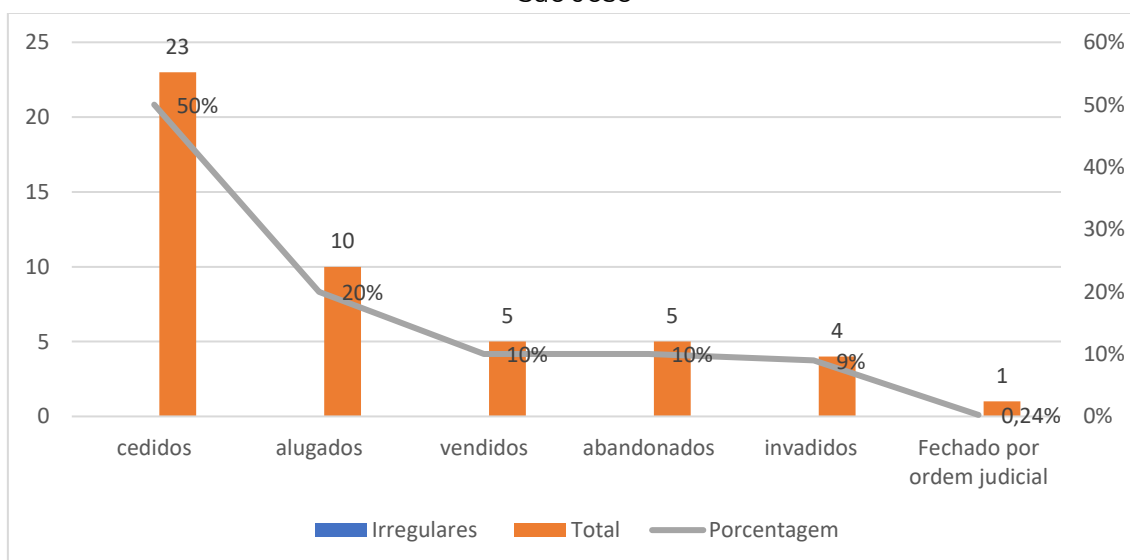
5.1 Residencial São José

No residencial São José foram identificados 1.392 ou 96% dos apartamentos de forma regular, de um total de 1440. Por ser um dos residenciais mais novos administrado pela PMM, pode se notar um número relativamente baixo de imóveis de forma irregular, apenas 48 ou 4% se enquadram neste quesito. Entretanto o maior número de irregulares, 23 ou 50% estão cedidos a amigos, familiares ou conhecido que possam cuidar do imóvel. Outros 10 ou 20% dos apartamentos estão alugados, 5 ou 10% constataram abandono e a mesma quantidade foi vendido, ainda 4 ou 9% foram invadidos e apenas 01 imóveis está lacrado por ordem judicial, conforme podemos verificar abaixo:

Quadro 61 – Resultado do total de apartamentos em situação irregular						
Apartamentos Irregulares	cedidos	alugados	vendidos	abandonados	invadidos	Fechado por ordem judicial
Total	23	10	05	05	04	01
Porcentagem	50%	20%	10%	10%	9%	0,24%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 25 – Resultado do total de apartamentos em situação irregular Residencial São José



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

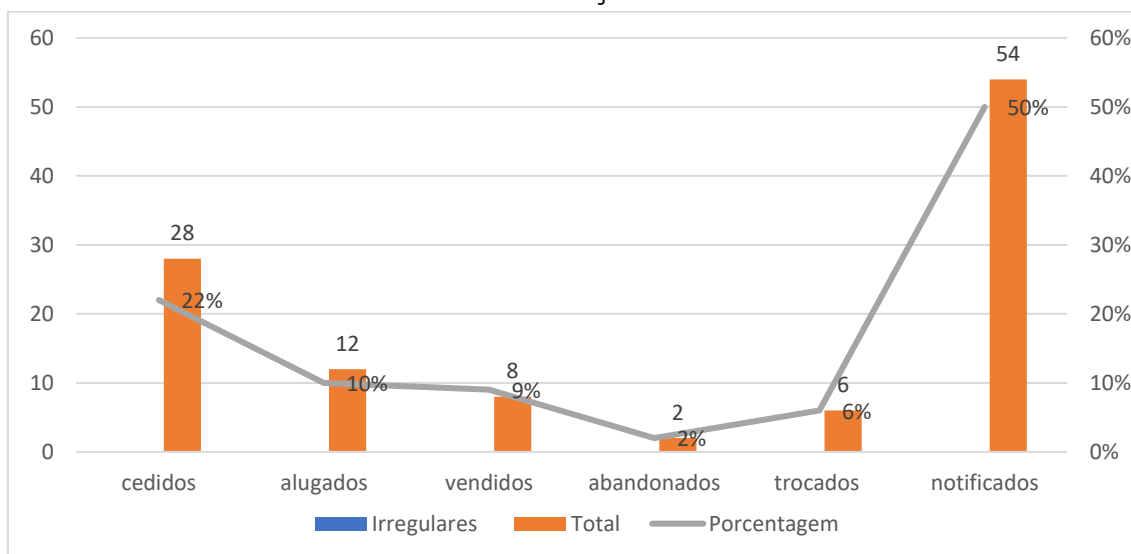
5.2 No Residencial Mucajá

No residencial Mucajá foram identificadas 482 ou 82% das moradias de forma regular, em um total de 592 apartamentos. Mas de forma irregular encontramos 110 ou 18% do total de residências, um número alto comparado com os demais residenciais, dentre eles 12 ou 10% estão alugados. Outros 8 apartamentos ou 9% estão vendidos, 2 ou 2% constataram abandono, 06 ou 6% foram trocados, 28 ou 22% foram cedidos para amigos, familiares ou conhecido que possam estar cuidando do imóvel. São 54 ou 50% das residências que possuem notificações pela PMM, CEF ou por ordem judicial.

Quadro 62 – Resultado do total de apartamentos de forma irregular						
Apartamentos Irregulares	cedidos	alugados	vendidos	abandonados	trocados	notificados
Total	28	12	08	02	06	54
Porcentagem	22%	10%	09%	2%	6%	50%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 26 – Resultado do total de apartamentos de forma irregular Residencial Mucajá



Fonte: Da autora, 2023

5.3 Residencial Jardim Açucena

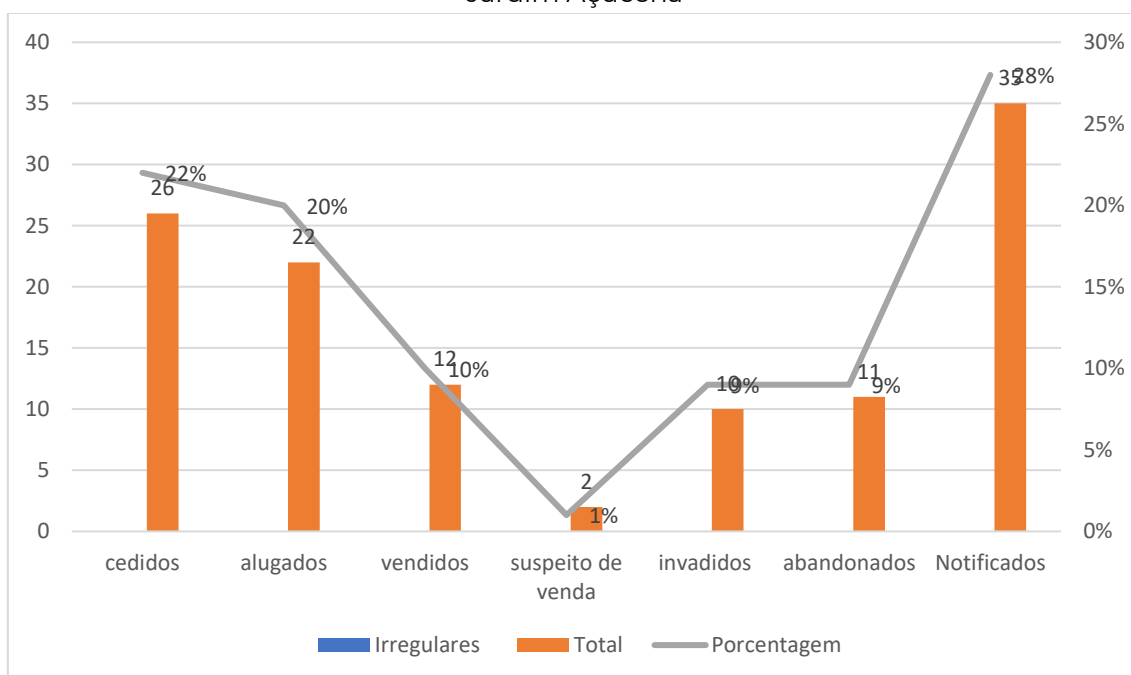
No residencial São José foram identificados 1.382 ou 92% dos apartamentos de forma regular, de um total de 1.500. Mas de forma irregular encontramos 118 ou 8% do total dos apartamentos. Dentre estes apartamentos irregulares 11 ou 9% estão abandonados. Outros 10 imóveis ou 9% estão invadidos, 02 ou 1% estão com suspeita de venda, 12 ou 10%, realmente constatou a venda, estão vendidos, 22 ou 20% foram alugados e 26 ou 22% foram cedidos para amigos, familiares ou conhecido que possam estar cuidando do imóvel, além de termos 35 apartamentos notificados por ordem judicial ou pela PMM, totalizando 28% do número de imóveis irregulares.

Quadro 63 - Resultado do total de apartamentos de forma irregular

Apartamentos Irregulares	cedidos	alugados	vendidos	suspeito de venda	invadidos	abandonados	Notificados
Resposta	26	22	12	02	10	11	35
Porcentagem	22%	20%	10%	1%	9%	9%	28%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 27 – Resultado do total de apartamentos de forma Irregular Residencial Jardim Açucena



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

5.4 Residencial Mestre Oscar

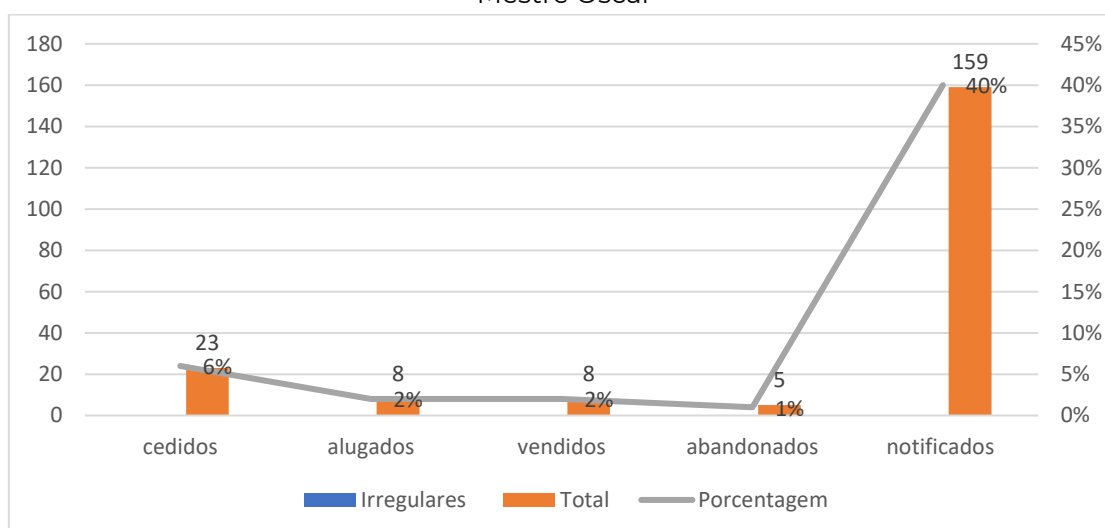
No residencial Mestre Oscar foram identificadas 325 residências de forma regular ou 61%, de um total de 582 casas. No entanto são 203 ou 39% de forma irregular, um número superior aos regulares, é um dos residenciais mais antigos de Macapá, além de ser o mais distante dos órgãos de fiscalização, o que também não se justifica, pois, a obrigação do poder público é zelar pela ordem e legalidade dentro dos residenciais, independente da sua idade e localização, entretanto dos residenciais analisados é o que apresenta o maior percentual de imóveis em situação irregular. Dentre estas casas 159 ou 40% do total já foram notificadas por ordem judicial, pela CEF ou pela PMM. São 5 casas

ou 1% abandonadas, 08 alugadas e vendidas, o que totaliza 2% cada quesito, e as cedidas para parentes ou amigos somas um total de 23 casas ou 6%. Este residencial necessita de uma análise criteriosa do poder público e dos órgãos fiscalizadores.

Quadro 64 - Resultado do total de apartamentos de forma irregular					
Apartamentos Irregulares	cedidos	alugados	vendidos	abandonados	notificados
Total	23	08	08	05	159
Porcentagem	6%	2%	2%	1%	40%

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 28 – Resultado do total de apartamentos de forma Irregular Residencial Mestre Oscar



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

5.5 Comparação Da Subdivisão Das Irregularidades Das Moradias Entre Os Habitacionais

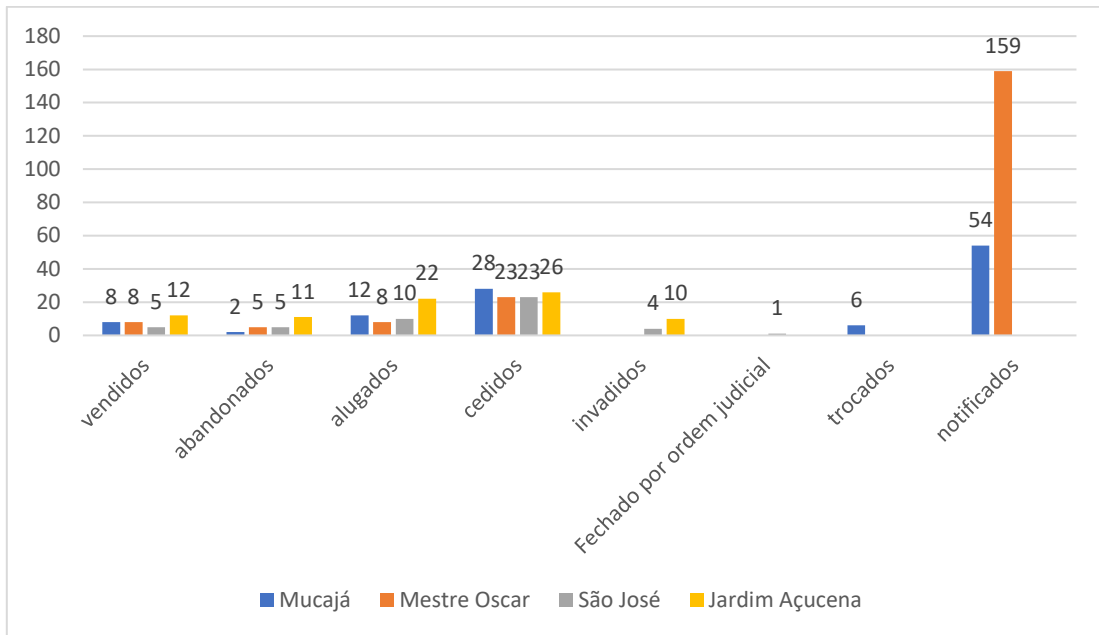
Em seguida passamos a analisar em um quadro comparativo os imóveis irregulares e suas subdivisões para cada residencial em estudo, o que nos permite ter uma visão marco de que todos os residenciais precisam de atenção do poder público e dos órgãos fiscalizadores, entretanto os mais antigos possuem os piores índices de moradias irregulares, 18% para o Residencial Mucajá e 39% para o residencial Mestre Oscar. Este habitacional apresenta o maior número de moradias

com notificações recebidas, 159, enquanto o Mucajá 54, o que indica que providências estão sendo tomadas pelos órgãos competentes a fim de regularizar as moradias e enquadrá-las no que preconiza o PMCMV. Já há 01 imóvel fechado por ordem judicial no residencial São José, o que reforça essa afirmativa. Embora haja mais casas notificadas no residencial Mestre Oscar que as identificadas como irregulares pela pesquisa não foi possível ter acesso a todas estas notificações e identificar sua causa e órgão fiscalizador, apenas nos foi relatado que havia notificação na residência, o que nos permite abrir a possibilidade de uma nova pesquisa. Segue abaixo os dados para comparação:

Quadro 65 – Resultado da comparação da subdivisão das irregularidades das moradias entre os habitacionais								
	vendidos	abandonados	alugados	cedidos	invadidos	Fechado por ordem judicial	trocados	notificados
Mucajá	08	02	12	28			06	54
Mestre Oscar	08	05	08	23				159
São José	05	05	10	23	04	01		
Jardim Açucena	12	11	22	26	10			

Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021

Gráfico 29 – Resultado da comparação da subdivisão das irregularidades das moradias entre os habitacionais



Fonte: PMM, SEMAS, CDM, 2021



6

CONCLUSÃO

O direito à moradia com qualidade é identificado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU, em 1948, sendo aderida pelo Brasil, ou seja, a moradia é um direito universal de todo ser humano. Neste sentido, é preciso entender que só se garante o efetivo exercício do direito à moradia, se esta vier acompanhada com o princípio da dignidade humana, ancorada de ferramentas necessárias para garantir uma boa qualidade de vida aos cidadãos. Portanto a construção de habitação para atender a população de baixa renda e com a devida carência, deve vir acompanhada a um programa completo que inclua educação, saúde, segurança pública, equipamentos de assistência social, espaços de lazer e esporte, dentre outros, e assim contribuir para que as famílias realmente sintam pertencentes àquele novo espaço e ambiente. Com esta perspectiva de garantir direito à moradia digna e reduzir o déficit habitacional no país que o governo federal, em 2009, juntamente com estados, municípios e distrito federal criou o PMCMV, administrado pelo Ministério das Cidades, para famílias vulneráveis e de baixa renda, com faixas de contemplação de acordo com a renda familiar e um limite atualizado de até R\$ 8.000,00. Terão prioridade na contemplação da residência, as famílias que tenham a mulher como responsável pela unidade, pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos, crianças ou adolescentes, pessoas com câncer ou doença rara crônica e degenerativa, em situação de vulnerabilidade ou risco social, que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais em localidade em que tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública, em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais, em situação de rua, que tenham mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, residentes em área de risco, integrantes de povos tradicionais e quilombolas. Em decreto o Brasil também ratificou o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU e garante proteção ao direito à moradia, tratando sobre a inviolabilidade e abandono do domicílio, incluídos nas regras dos programas, garantindo a regularidade das residências.

Em Macapá, capital do Amapá, essa política pública habitacional se fortaleceu em 2011, com a inauguração do residencial Mucajá, com

592 unidades, em 2013 com a inauguração do residencial Mestre Óscar, com mais 582 casas, o São José em 2016 contando com 1440 apartamentos e o maior dos analisados em nossa pesquisa, o residencial Jardim Açucena em 2018, com 1500 unidades. Totalizando neste período 4.114 unidades para este público-alvo. Destes residenciais somente o Mucajá foi construído com recursos do PAC, os outros se enquadraram no Programa Minha Casa Minha Vida.

Em relação ao déficit habitacional em Macapá, capital do Amapá, é importante salientar que, por mais que tenha havido intervenções de programas habitacionais como o PAC e o PMCMV, segundo os dados do IBGE, ainda é necessário a implantação de novas moradias, pois em números absolutos houve um aumento de pessoas que necessitam desta política. Ainda analisando os dados do número absoluto da população do Amapá em 2010, temos 694.261 habitantes, já em 2018 829.494, ou seja, houve um crescimento e conseqüentemente a desigualdade social e as famílias de baixa renda, que necessitam de suporte do poder público para ter seu direito habitacional garantido também aumentou. Pelos dados do Ministério Público Estadual, em 2021 são 160 mil amapaenses vivendo em condições insalubres, necessitando de 29 mil moradias, ou seja quase 20% da população do estado. Foi criado com esta política, ao longo de sete anos, 4.114 moradias, é importante, mas pouco próximo ao número de famílias que necessitam do suporte do poder público para garantir seus direitos. É de suma importância a sensibilidade destes entes com o direito à moradia das pessoas, política públicas de resultado e que tragam dignidade e qualidade de vida às pessoas.

Entretanto não é apenas entregar as chaves de uma residência, mas sim implementar ações nos quatro Conjuntos habitacionais estudados nessa pesquisa e nos próximos que virão, visando promover a participação dos moradores tanto em projetos sociais, quanto em cursos profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho, geração e distribuição de renda, efetivação dos direitos socioeconômico e assim a melhoria das condições de vida das pessoas. Adiciona-se a isto, a garantia de um empreendimento sustentável, e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais dos moradores, de acordo com os eixos norteadores do trabalho social: mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial e desenvolvimento socioeconômico com saúde, educação, emprego, transporte, segurança, saneamento básico, coleta de lixo, lazer, dentre outros.

O resultado dos dados coletados na pesquisa, sobre o quantitativo de moradores em cada residência, mostra que em números percentuais a maioria das residências possuem de 3 a 4 pessoas, e a minoria entre 6, 5 ou sozinho. Em relação ao perfil dos moradores, os residenciais Mestre Oscar e Mucajá possuem 62% das moradias com a presença de crianças, enquanto os demais habitacionais apresentam 44%. Quanto ao número de adolescentes, nenhum deles apresenta em termos percentual mais de 43% de moradias com este perfil. Todos os residenciais cumpriram as obrigações de distribuição de moradias, em termos percentuais, a idosos ou a famílias que os possuem em sua constituição, variando de 10 a 21%, a regra do PMCMV, preconiza 5%. Os residenciais Mucajá e Mestre Óscar não possuem o quantitativo de 10% de residências distribuídas a pessoas portadoras de necessidades especiais conforme as regras do programa habitacional, sendo 4% e 8% respectivamente. Jardim Açucena e São José cumprem com 12% e 13% respectivamente. Uma sugestão para a regularização seria utilizar dos imóveis em situações irregulares para se fazer uma distribuição específica a pessoas deste grupo

Sobre o todos os perfis econômicos de situação no mercado de trabalho o que mais chama atenção é o alto número de responsável familiar desempregado, o residencial Mucajá possui o maior, 38% e o Jardim Açucena o menor 23%, os demais de 30 a 33%. Este dado deve impulsionar o poder público a tomar medidas e implantar políticas públicas para gerar emprego e renda nos quatro habitacionais estudados. A renda familiar é compatível com a situação no mercado de trabalho, em nenhum habitacional há famílias com renda acima de quatro salários mínimos, todos ganham em sua maioria menos de um salário mínimo. Muitas familiares, cerca de 10% a 16%, utilizam do espaço do residencial e empreendem procurando assim melhorar, com serviços de beleza, alimentação, vestuário, dentre outros, a renda familiar. Outros 23% a 36% possuem pretensão em abrir ou expandir seu próprio negócio e 50% delas sentem necessidade de cursos profissionalizantes para isso, como informática, culinária, beleza e artesanato.

Por outro lado, no quesito perfil social o acesso, via CADÚNICO, a distribuição de renda através do recebimento ou não de benefícios municipal, estadual ou federal, mostra que de 30 a 40% dos moradores dos residenciais recebe ou já recebeu algum benefício. Os maiores índices, quando analisamos o tipo recebido, é em todos os

habitacionais para o Programa Bolsa Família do governo federal, o que podemos entender como uma política pública de resultado. Já os menores índices estão vinculados aos programas de distribuição de benefícios eventuais pela prefeitura de Macapá, com índices variando de 2% a 9%. Este dado chama atenção para que esse público não seja invisível aos olhos das políticas públicas municipal, que tenha sim, um fortalecimento e eficiência na distribuição de renda e que atenda não só os anseios do público, mas também seus direitos garantidos pela Constituição. Já na esfera dos projetos sociais existentes, a participação dos moradores é baixíssima, sendo 0% no Mestre Óscar, 1% no Mucajá, 8% no Jardim Açucena e 10% no São José. Os moradores alegam a falta destas oportunidades por parte do poder público e iniciativa privada, pois gostariam de participar de aulas de futebol, ginástica, música, balé, dentre outros.

Analisamos o acesso destas famílias a espaços públicos essenciais próximos aos habitacionais, suas expectativas e sugestões para a implantação de equipamentos. Nos residenciais com proximidade ao centro da cidade, vê um maior acesso a rede pública de ensino, saúde e assistência social. Já no Residencial Mestre Óscar, o mais distante, os índices são os piores, apenas 50% das famílias possuem acesso a escolas e 13% a posto de Saúde. O acesso à saúde para os moradores dos habitacionais Jardim Açucena, 73%, Mucajá 81% e São José 97%, possui bons indicativos quando comparados ao Mestre Óscar. Isso indica que o poder público necessita implantar serviços de saúde básica e educação, que atenda a esta população. Já o acesso à rede de assistência social os dados são baixos, de 4% para o Mestre Óscar, 14% para o Mucajá, 15% Açucena e 36% para o São José, e são estes serviços que garantem a inserção e a manutenção na política pública de distribuição de renda dos entes públicos. A prefeitura de Macapá como responsável por este serviço, deve promover ações que garantam o acesso ao CADÚNICO e sua constante atualização, para permitir assim, que estas famílias possam usufruir dos benefícios sociais em todas as esferas públicas. Em relação à educação 90% dos moradores do habitacional São José possuem acesso, 62% no Jardim Açucena e 70% no Mucajá, entretanto essas famílias gostariam que fosse implantado creches e escolas, inclusive há espaços destinados a isso a isso no Jardim Açucena, São José e Mestre Oscar, o mais deficiente,

Sobre as residências a análise focou na sua regularidade ou irregularidade, sendo estas cedido, alugado, suspeita de venda,

vendido, abandonado, invadido, fechado por ordem judicial ou notificados. O residencial Mestre Óscar possui o maior número de residências irregulares, 203, já o São José o menor, 48. Os órgãos fiscalizadores como PMM, MPF, CEF e Banco do Brasil, precisam implantar uma política que garanta a regularização ou a redistribuição das moradias que estão irregulares, pois o déficit habitacional, com família em Macapá que vivem em situações insalubres, é bastante alto.

Após a análise em campo e escutas com moradores dos quatro habitacionais gerenciados pela PMM, e analisando seu perfil familiar, socioeconômico e a regularidade das residências, podemos identificar a insatisfação dos moradores com a estrutura coletiva dos habitacionais e seu entorno, com os líderes e síndicos que possuem poder para tomada de decisões, sendo que os encontramos em 32% no Jardim Açucena e 66% no São José. As pessoas possuem acessos relativamente baixos a serviços de saúde, educação e lazer, falta intervenção do poder público em atividades sociais, econômicas, geração de emprego e política pública de distribuição de renda, pois a que se identifica é ineficaz para garantir a subsistência dessas famílias. Todas estas respostas são subsídios e contribuições para a implantação de agendas futuras que seja a construção de residências ou habitacionais mais completos, visando a eficiência e o resultado positivo da política pública, além da implantação de equipamentos ao entorno dos habitacionais estudados como escolas, creches, praças, postos de saúde, CRAS e delegacias, o que traria mais dignidade a vida destas pessoas, proporcionando seus direitos básicos garantidos em lei.

- a) Discussão de direitos sociais**
- b) Fenômeno da gentrificação ocorreu?**
- c) Corrobora achados de muitas outras pesquisas sobre o MCMV**
- d) Método de pesquisa de coleta de dados**



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion**. 2008. Disponível em: <https://www.dsecoaching.com/pdf/2008%20Angrist%20Pischke%20MostlyHarmlessEconometrics.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BACHTOLD, I.V.; ROBERT, R. R. Etnografia como evidência: contribuições e desafios do uso de estudos etnográficos para análise de políticas sociais brasileiras. In: KOGA, N. M. et al. **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: IPEA, 2022.

BEZERRA, J.M.V.; HELAL, D. Direito à moradia e regularização fundiária: Discutindo o Programa Moradia Legal em Pernambuco. Grupo Temático: 16 Administração da Justiça e Desafios de Gestão no Poder Judiciário- **IX Encontro Brasileiro de Administração Pública**. Sociedade Brasileira de Administração Pública Brasil. Disponível em: <https://sbap.org.br/> Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 28 fev. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais** - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 43. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Sobre o Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**, volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

CAIRNEY, P. **The Politics of Evidence-Based Policy Making**. Oxford: Oxford Research Encyclopedia of Politics, 2017.

D'AVILA, D.F. **O Brasil na contramão**: legislação, jurisprudência e políticas públicas violadoras do direito humano a moradia adequada. (Dissertação em Direito) - Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público. Porto Alegre, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**: 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

FURTADO, B.A.; LIMA NETO, V.C.; KRAUSE, C. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)**. Nota Técnica, N° 1. Brasília: IPEA, 2013.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

PACHECO, Tainá Souza. **Moradia, localização e o programa habitacional "Minha Casa Minha Vida" no município do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado CMAPG) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Orientador: Ciro Biderman. 2019.

PINHEIRO, M.M.S. Políticas públicas baseadas em evidências: um modelo moderado de análise conceitual e avaliação crítica. In: KOGA, N.M. *Et al.* **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil**: conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: IPEA, 2022.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2015. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAGUIN, K. Intuition, Reasoning and Capacity in Policymaking: building a cognitive model of knowledge and evidence utilization. In: KOGA, N.M. *et al.* **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil**: conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: IPEA, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TAKIYAMA *et al.* **Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá.** Macapá: IEPA, 2012.

TAVARES, A.P.C. **Os Impactos dos Processos de Planejamento Urbano através de Programas Habitacionais no período de 2011 a 2018 na cidade de Macapá.** (Dissertação em Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Direito, UNIFAP. Macapá, 2022.

TOSTES, J.A; TAVARES, A.P.C. Planejamento urbano e a política habitacional em Macapá: a análise do direito à moradia no Conjunto Açucena sob a ótica da nova agenda urbana. **Rev. Inter Espaço. Grajaú/MA** v. 09, n. especial p. 01-24, 2023.

WU, Xun *et al.* **Guia de Políticas Públicas:** Gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014.



APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro De Entrevista Mutuários

Questões adaptadas de:

Brasil. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**/editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo – Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.

Questionário Residencial Mestre Ocar

1. Nome do(a) entrevistado(a) e qualificações
2. Quantas pessoas moram na residência incluindo você?
3. Há crianças na casa, ou seja, morador até 14 anos na residência?
4. Tem adolescente na sua casa?
5. Tem idoso na sua casa?
6. Tem pessoa portadoras de necessidades especiais na sua residência?
7. Você ou alguém de sua casa recebe ou recebeu benefício social municipal, estadual ou federal?
8. Qual o tipo de benefício social você ou alguém de sua residência recebe ou recebeu?
9. Quais espaços públicos você tem acesso próximo ao Habitacional?
10. No seu bloco tem síndico ou líder?
11. Alguém da sua residência participa de projeto social no residencial?
12. Qual a sua situação em relação ao mercado de trabalho?
13. Qual a renda mensal da sua família?
14. Você exerce alguma atividade econômica no residencial?
15. Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu próprio negócio?
16. Qual projeto social gostaria que fosse implantado no habitacional?
17. ?

Questionário Residencial Jardim Açucena

1. Nome do(a) entrevistado(a) e qualificações
2. Quantas pessoas moram na residência, incluindo você?
3. Há crianças na sua casa, abaixo de 14 anos?
4. Tem adolescente na sua residência?
5. Tem idoso na sua casa?
6. Há pessoas portadoras de necessidades especiais na sua residência?
7. No seu bloco tem síndico ou líder?
8. Seu CADÚNICO está atualizado?
9. Você ou alguém da sua família recebe ou recebeu benefício social do poder público?
10. Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou recebeu?
11. Quais espaços ou serviços públicos você tem acesso perto do habitacional?
12. Alguém da sua residência participa de projetos sociais no residencial?
13. Você tem interesse em participar de projetos sociais no residencial?
14. Qual a atividade que você gostaria que fosse implantada pelo poder público no residencial?
15. Você tem interesse em participar de cursos no residencial?
16. Qual o curso profissionalizante você gostaria que fosse ofertado no residencial?
17. Qual sua situação no mercado de trabalho?
18. Qual a renda mensal da família?
19. Você exerce alguma atividade econômica no residencial?
20. Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu próprio negócio?

Questionário Residencial MUCAJÁ

1. Nome do(a) entrevistado(a) e qualificações
2. Quantas pessoas moram na residência incluindo você?
3. Tem crianças na sua casa?
4. Tem adolescente na sua casa?
5. Tem idoso na sua casa?
6. Tem pessoas portadoras de necessidades especiais na sua casa?
7. Você ou alguém da sua casa recebe ou recebeu benefício social do poder público?
8. Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou já recebeu?

9. Quais espaços ou serviços públicos você tem acesso perto do habitacional?
10. Alguém da sua residência participa de projetos sociais no residencial?
11. Qual projeto social você gostaria que fosse implantado pelo poder público no habitacional?
12. Qual a sua situação no mercado de trabalho?
13. Qual a renda mensal da família?
14. Você exerce alguma atividade econômica no residencial?
15. Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu próprio negócio?

Questionário Residencial São José

1. Nome do(a) entrevistado(a) e qualificações
2. Quantas pessoas moram na residência incluindo você?
3. Tem criança na sua casa?
4. Tem adolescente na sua casa?
5. Tem idoso na sua casa?
6. Tem pessoa portadora de necessidades especiais na sua casa?
7. Seu CADÚNICO está atualizado?
8. No seu bloco tem síndico ou líder?
9. Você ou alguém da sua casa recebe ou recebeu benefício social do poder público?
10. Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou já recebeu?
11. Quais espaços públicos você tem acesso perto do Habitacional?
12. Alguém da sua residência participa de projetos sociais no residencial?
13. Você tem interesse de participar de projetos sociais no residencial?
14. Qual projeto social você gostaria que fosse implantado pelo poder publico no habitacional?
15. Você tem interesse de participar de cursos no residencial?
16. Qual o curso profissionalizante você gostaria que fosse ofertado no residencial?
17. Qual a sua situação no mercado de trabalho?
18. Qual a renda mensal da família?
19. Você exerce alguma atividade econômica no residencial?
20. Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu próprio negócio?



idp

Bo
pro
cit
ref
Noss
são e

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO